

MAURA MARIA DOS SANTOS

**REPRESENTAÇÕES DE POLÍTICOS EM
ENUNCIADOS DESTACADOS DE
REPORTAGENS IMPRESSAS: UM ESTUDO DO
CASO *MENSALÃO* NAS REVISTAS *ÉPOCA*, *VEJA*
E *ISTOÉ***

BELO HORIZONTE

FACULDADE DE LETRAS - UFMG

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MAURA MARIA DOS SANTOS

**REPRESENTAÇÕES DE POLÍTICOS EM ENUNCIADOS
DESTACADOS DE REPORTAGENS IMPRESSAS:
UM ESTUDO DO CASO *MENSALÃO* NAS REVISTAS *ÉPOCA*,
*VEJA E ISTOÉ***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Lingüísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Emília Mendes.
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG

2008

Dissertação intitulada “*Representações de políticos em enunciados destacados de reportagens impressas: um estudo do caso Mensalão nas revistas Época, Veja e IstoÉ*”, de autoria da mestrandia Maura Maria dos Santos, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª. Dra. Emília Mendes-Lopes – FALE/UFMG - Orientadora

Profª. Dra. Ida Lúcia Machado – FALE/UFMG

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos - UFU

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos
FALE/UFMG

Belo Horizonte, 17 de março de 2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Profa. Dra. Emília Mendes, minha orientadora, pela competência, paciência e dedicação, fundamentais nos momentos mais difíceis da elaboração desta dissertação.

À Profa. Dra. Vera Lúcia de Menezes de Oliveira e Paiva, por possibilitar o meu retorno aos estudos sistematizados por meio de oferta de disciplinas *on-line* no nível de Pós-Graduação.

À Profa. Dra. Ida Lúcia Machado e ao Prof. Dr. Wander Emediato por contribuírem para o meu amadurecimento com a oferta de disciplinas que me auxiliaram a dar um novo enfoque ao meu projeto de pesquisa inicial.

À amiga Graciele Silva Rezende, pelo incentivo e pelo companheirismo.

À Prefeitura de Belo Horizonte pela concessão da licença de um turno de trabalho durante o período de realização desta pesquisa.

Ao Gladston pelas horas de leitura e revisão do texto.

Aos meus familiares, especialmente a Ambrosina, Amaury, Éder, Ana Júlia e Gabriel, Odilon e Juninho.



A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal.

Bakhtin (1992)

RESUMO

O objetivo de nossa pesquisa é analisar as representações de alguns políticos brasileiros construídas em três revistas semanais de grande circulação nacional: *Época*, *Veja* e *IstoÉ*. Os *corpora* foram submetidos a dois tipos de recorte: (a) num primeiro momento, selecionamos reportagens publicadas entre junho e julho de 2005 e que focalizavam a crise política pela qual passou o governo de Luís Inácio Lula da Silva após a seqüência de denúncias feitas pelo então deputado Roberto Jefferson no episódio conhecido como *Mensalão*; (b) num segundo momento, procedemos a outro recorte com base na noção de sobreassercção desenvolvida por Maingueneau (2006).

O quadro teórico do presente estudo se concentra essencialmente sobre a teoria Semiolingüística de P. Charaudeau porque ela define a idéia de representações sob a forma de *imaginários sociodiscursivos* e de *ethos*. Outras contribuições desta teoria para a nossa pesquisa são as noções de domínio de avaliação, a proposta de diversas classificações das imagens de si no discurso (*ethé*) e as reflexões sobre o entrecruzamento do discurso político com o discurso midiático. Além disso, contamos também com o trabalho de pesquisadores como Amossy (1991, 1997, 2000 e 2005) e Bakhtin (1992), dentre outros.

A análise dos *corpora* nos levou a concluir que o ato de reportar a fala de uma pessoa em forma de sobreassercção pelas instâncias midiáticas é essencial para a construção dos *ethé* dos políticos em questão na nossa pesquisa, está ancorada na construção da imagem de credibilidade das revistas e, por fim, constitui uma estratégia discursiva efetiva de captação de leitores.

RÉSUMÉ

Le but de notre recherche est d'analyser les représentations de quelques hommes politiques brésiliens construites par trois magazines de grande circulation nationale : *Época*, *Veja* et *Isoté*. Pour réaliser ce travail, les *corpora* ont été soumis à deux procédés de découpage : (a) premièrement, nous avons sélectionné des reportages publiés entre juin et juillet 2005 focalisant la crise politique qui a traversé le gouvernement de Luís Inácio Lula da Silva à la suite des dénonciations faites par le député Roberto Jefferson dans l'événement connu comme « scandale des mensualités » ; (b) deuxièmement, nous avons procédé à un processus de découpage à travers lequel nous avons extrait des « surassertions » au sens de Maingueneau (2006).

Le cadre théorique de cette étude se concentre essentiellement sur la théorie Sémiolinguistique de P. Charaudeau parce qu'elle définit l'idée de représentations sous la forme des concepts *d'imaginaires sociodiscursifs* et *d'éthos*. Une autre contribution de cette théorie à notre recherche, ce sont les notions de domaines d'évaluation, la proposition des diverses classifications des images de soi dans le discours (*éthé*) et les réflexions sur l'entrecroisement du discours politique et du discours médiatique. Notre cadre théorique a été aussi composé par le travail d'autres chercheurs tels que : Amossy (1991, 1997, 2000 e 2005), Bakhtine (1992) etc.

L'analyse de nos *corpora* nous a mené à conclure que l'acte de rapporter les paroles d'une personne en forme de surassertion par les instances médiatiques est essentiel à la construction des *éthé* des hommes politiques concernés dans l'événement étudié, il est ancré sur la construction de l'image de la crédibilité des magazines et, par fin, constitue une stratégie discursive effective de captation de lecteurs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sobreasserção de José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil	14
Figura 2	A máquina midiática e seus três lugares de produção de sentido	27
Figura 3	Processo de construção do sentido aplicado ao discurso informativo.....	28
Figura 4	Posição do sujeito falante entre as restrições da situação de comunicação.	46
Quadro 1	Situação de comunicação e os sujeitos da linguagem no entrecruzamento de dois contratos: informativo midiático e político.....	89
Grade 1	Reportagens da revista <i>Época</i>	86
Grade 2	Reportagens da revista <i>Veja</i>	86
Grade 3	Reportagens da revista <i>IstoÉ</i>	86
Grade 4	<i>Corpus</i> 1: Sobreasserções encontradas nas reportagens de cinco edições da revista <i>Época</i>	87
Grade 5	<i>Corpus</i> 2: Sobreasserções encontradas nas reportagens de cinco edições da revista <i>Veja</i>	88
Grade 6	<i>Corpus</i> 3: Sobreasserções encontradas nas reportagens de cinco edições da revista <i>IstoÉ</i>	88
Grade 7	<i>Ethé</i> presentes nas sobreasserções dos políticos nas revistas <i>Época</i> , <i>Veja</i> e <i>IstoÉ</i>	139
Grade 8	Ocorrências dos domínios de avaliação nas sobreasserções dos políticos	141
Grade 9	Ocorrências dos valores relacionados aos domínios de avaliação da grade anterior	142

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Somatório das sobreasserções nas reportagens de capa das cinco edições da revista <i>Época</i>	131
TABELA 2	Somatório das sobreasserções nas reportagens de capa das cinco edições da revista <i>Veja</i>	132
TABELA 3	Somatório das sobreasserções nas reportagens de capa das cinco edições da revista <i>IstoÉ</i>	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	20
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
1. - TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA: ASPECTOS GERAIS	21
1.1 - A informação como discurso	25
2. - O CONTRATO DE INFORMAÇÃO MUDIÁTICO.....	26
2.1 - A visada de informação	29
2.2 - A visada de captação	31
2.3 - As identidades das instâncias do contrato de informação	32
2.4 - As estratégias de encenação da informação: a notícia	35
2.5 - Os Modos de Organização do discurso de informação	37
2.6 - Discurso relatado	39
2.6.1 - A dimensão argumentativa do discurso relatado	43
3. - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO	47
3.1 - Relações entre Mídia e Política	48

4. - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	50
4.1 - Domínios de avaliação	52
4.2 - <i>Ethos</i>	54
4.2.1 - Aristóteles: em busca da origem	55
4.2.2 - Émile Benveniste: o <i>ethos</i> nos limites do discurso	56
4.2.3 - Kerbrat Orecchioni: percepção do <i>ethos</i> pelas marcas verbais	57
4.2.4 - Auchlin: uma noção prática	58
4.2.5 - Maingueneau: a vocalidade e a corporalidade do <i>ethos</i>	59
4.2.6 - Eggs: o <i>ethos</i> procedural	61
4.2.7 - Amossy: estereotipagem e <i>ethos</i>	62
4.2.8 - Charaudeau: <i>ethé</i> relacionados ao espaço político	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
PARTE II – DO MÉTODO À ANÁLISE DOS <i>CORPORA</i>	73
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	74
5. - A OPÇÃO PELA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA	74
5.1 - A seleção dos <i>corpora</i>	75
5.2 - Procedimentos, etapas e grades de análise	76
5.3 - A noção de sobreasservação e o sub-recorte dos <i>corpora</i>	81
5.4 - O método de análise da imagem	85

6. - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CORPORA	85
6.1 - Análise do <i>corpus</i> 1: sobreasserções encontradas nas edições da Revista <i>Época</i>	95
6.2 - Análise do <i>corpus</i> 2: sobreasserções encontradas nas edições da Revista <i>Veja</i>	120
6.3 - Análise do <i>corpus</i> 3: sobreasserções encontradas nas edições da Revista <i>IstoÉ</i>	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
PARTE III – RESULTADOS DA PESQUISA	129
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	130
7. - AS IMAGENS DAS REVISTAS	130
8. - CONCLUSÕES SOBRE AS ANÁLISES	136
8.1 - <i>Ethos</i> atribuídos aos políticos	136
8.2 - Síntese dos domínios e dos valores presentes nas sobreasserções	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
CONCLUSÃO	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

ANEXOS.....	152
ANEXO I: Sobreasserções transcritas das revistas <i>Época</i> , <i>Veja</i> e <i>IstoÉ</i>	153
ANEXO II: Grades de descrição dos <i>ethé</i> atribuídos aos políticos	164
ANEXO III: Grades de descrição dos domínios de avaliação	170
ANEXO IV: Grades de descrição dos valores encontrados nas sobreasserções	177
ANEXO V: Páginas das revistas utilizadas na constituição dos <i>corpora</i> dessa pesquisa	184

INTRODUÇÃO



**REFLEXÕES INICIAIS A RESPEITO DO RELATO MIDIÁTICO DE DITOS DE ALGUNS
POLÍTICOS CITADOS EM REPORTAGENS SOBRE O MENSALÃO**



Figura 1 – Sobreassessão de José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil.
Fonte: Revista *Época*, edição de número 370, 20/06/2005: 31.

Nosso trabalho de pesquisa teve por motivação algumas reflexões sobre o tratamento dado pelos jornalistas aos textos informativos que reportavam os fatos sobre o escândalo do *Mensalão*. Tendo em vista que esses textos foram veiculados por meio de uma vasta rede de informações, da qual a revista impressa constitui uma parte significativa e que, além disso, possuem a capacidade de difundir a imagem de agentes governamentais, objetivamos analisar representações de três políticos que ocuparam papel central no episódio, segundo as divulgações das revistas *Época*, *Veja* e *IstoÉ*: Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu e Roberto Jefferson. Para melhor elucidar a natureza de nossos *corpora*, colocamos na página anterior um exemplo do material trabalhado.

A partir de enunciados destacados de reportagens veiculadas por essas revistas, interessa-nos realizar um estudo contrastivo entre as representações do ser político a partir de três instâncias: (i) do político falando de si mesmo; (ii) do político se referindo a outro político; (iii) da mídia comentando o dito do político. Além disso, é nosso intuito identificar algumas estratégias utilizadas na construção dessas representações pelas instâncias produtoras dessas revistas e, finalmente, que imagem é possível depreender de cada revista analisada.

Embora os *corpora* selecionados para esta pesquisa sejam compostos por declarações publicadas como sendo proferidas por políticos, ou acerca destes, e reportadas pelos jornalistas que elaboram seu destaque conforme o projeto de fala da instância de produção da revista, os enunciados atribuídos a políticos contribuem para a construção de sua imagem, de modo a torná-los - ou não - credíveis e atrativos perante a instância cidadã, isto é, o conjunto ao qual o público leitor da revista pertence.

Apesar de que não tenham, em princípio, o domínio sobre a seleção de parte ou da íntegra da declaração que será destacada pela instância jornalística, os políticos podem jogar, insinuar coisas, a fim de que sua estratégia obtenha êxito e a sua fala chegue à instância cidadã por meio da instância jornalística. Dessa maneira, parece-nos possível relacionar essas declarações a um recurso que, tendo sua origem nas declarações de políticos, é utilizado pela mídia na construção da imagem deles.

A utilização dessa estratégia, baseada em informações concernentes ao campo político, é passível de favorecer a credibilidade ou a identificação de políticos com o cidadão, ou seja, ao reportar ditos de políticos, a revista simultaneamente constrói a imagem deles e desvela sua própria imagem à parcela da instância cidadã que corresponde ao seu público-leitor. Nesse sentido, o discurso informativo das revistas tem como matéria-prima um discurso político.

O discurso informativo é, segundo Charaudeau (2006a), voltado para transmitir saber a um determinado público destinatário. Por isso, a organização desse discurso leva em conta as hipóteses formuladas a respeito desse alvo, especificamente a respeito das representações sociais. Estas, por sua vez, constituem os saberes com os quais se elaboram os sistemas de pensamento. Na medida em que constroem o real como universo de significação, esses saberes são chamados de imaginários, sendo discursivos em decorrência de sua identificação como enunciados languageiros, semanticamente reagrupáveis, e sociais pelo fato de circularem no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros.

Tendo em vista que é com base nessas representações que a mídia elabora as hipóteses sobre o público-alvo da informação a ser transmitida, vale ressaltar a distinção entre informação, comunicação e mídia, proposta por Charaudeau (2006a:15):

[...] “informação” e “comunicação” são noções que remetem a fenômenos sociais; as mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas – econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã). É justamente neste ponto que se tornam objeto de todas as atenções: do mundo político, que precisa delas para sua própria “visibilidade social” e as utiliza com desenvoltura (e mesmo com certa dose de perversidade) para gerir o espaço público – apesar da desconfiança que as mídias suscitam, por serem um potente produtor de imagens deformantes [...]

Essa citação deixa entrever a relevância das três lógicas que incorporam as noções de informação e de comunicação. Apesar de considerar as lógicas econômica e tecnológica incontornáveis, o autor destaca a lógica simbólica como a de maior interesse para o estudo da mídia pelo fato de esta constituir a maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido.

Dessa maneira, a mídia, ao se apresentar como organismo especializado, com vocação para responder a uma demanda social no sentido da democracia, coloca-se como benfeitora do cidadão, buscando tornar público aquilo que seria ignorado, oculto ou secreto.

Por outro lado, é determinada por imperativos mercadológicos que a impelem a concorrência e visam a interesses financeiros. Assim, disputam leitores/consumidores, e para tal, às vezes, com prejuízo da aludida democracia, utilizam estratégias capazes de seduzir uma quantidade de receptores que garanta sua sobrevivência.

O princípio da democracia que *a priori* professa e o grande público que alcança fazem da mídia objeto de interesse por parte de políticos que têm necessidade dela para sua visibilidade social. Para concorrer a um cargo governamental ou permanecer nele, o indivíduo necessita inserir-se em um processo que lhe garanta distinção ou notoriedade entre os demais membros de uma comunidade. O político, então, tentará construir ou sustentar uma imagem positiva de si e/ou de sua atuação enquanto ser de decisão política, de modo a persuadir um público quantitativamente suficiente para elegê-lo e também para construir a credibilidade necessária à conservação de seu exercício.

Portanto, os domínios midiático e político se imbricam, estando a mídia condicionada a fornecer informações acerca dos assuntos do domínio político, de acordo com as leis peculiares a seu imaginário jornalístico que, segundo Emediato (2005), são quatro: (i) a lei de proximidade cronológica que a obriga a selecionar o que há de mais novo e atual; (ii) a lei de proximidade geográfica ou a seleção do que há de mais próximo no espaço; (iii) a lei de proximidade psico-afetiva ou a escolha pelo que há de mais humano e, por isso, toca mais os leitores; (iv) a lei de proximidade específica que consiste em optar por aquilo que diferencia tais leitores dos outros.

Paradoxalmente, qualquer palavra política, segundo Charaudeau (2006a:258), ao ser transmitida para tornar-se pública, somente pode ser tática, pois a mídia, mesmo que pesquise para confirmar a veracidade do que diz ou para denunciar suas mentiras, é obrigada a divulgar as declarações dos políticos, logo, a dar livre curso a seus efeitos. Dessa maneira, em reportagens cujos ditos relatados pertencem ao domínio político, como ocorre em nossos *corpora*, por exemplo, podemos tratar de contrato de informação e enfatizar o provável entrecruzamento dos discursos midiático e político.

Tendo em vista que o jornalismo impresso reporta, constantemente, fatos e declarações de políticos, podemos afirmar que as instâncias produtoras de reportagens constroem sua imagem ao mesmo tempo em que atribuem ao político enunciados que corroboram na construção de seu *ethos*. Charaudeau (2006b) propõe considerar o *ethos* sob dois aspectos: enquanto imagem que se liga àquele que fala (*ethos* prévio ou pré-discursivo), mas também enquanto *ethos* discursivo que supõe o sujeito languageiro, ou seja, um ser feito de discurso.

Nessa perspectiva, *ethos* equivale às identidades interna e externa dos parceiros de uma troca comunicativa. Dessa maneira, para analisá-lo, deve-se considerar a situação de comunicação em suas dimensões situacional, discursiva e lingüística. Assim, formulamos a hipótese de que o discurso dos políticos ao ser reportado pelas instâncias midiáticas funciona,

em certos casos, como estratégia discursiva na captação de leitores e na construção de uma imagem de credibilidade da revista e, ao mesmo tempo, participa na construção do *ethos* desses políticos. Logo, a identificação dos *ethé* criados por políticos e refletidos pelas revistas fornece pistas dos saberes partilhados em nossa sociedade.

Essas observações, as quais inscrevem nosso trabalho em uma abordagem Semiolingüística, conduzem à proposição das seguintes questões: i) A utilização de sobreasserções em reportagens consistiria em uma estratégia de captação dos leitores pelas instâncias produtoras das revistas? (ii) Quais seriam os *ethé* presentes nessas sobreasserções? (iii) Esses *ethé* corresponderiam às imagens criadas no corpo de reportagens em que se recuperam essas sobreasserções? (iv) A que domínios e valores, a que imaginários sociodiscursivos (*ethé*) estariam relacionadas essas imagens?

Para respondermos a essas questões, além da Semiolingüística de Charaudeau, adotamos como complemento do referencial teórico deste trabalho os estudos de Amossy (2005) acerca da estereotipagem e da construção da imagem de si. Para essa autora, o estereótipo se define como uma representação social, um esquema coletivo cristalizado que corresponde a um modelo cultural estabelecido. Nesse sentido, a noção de estereótipo desempenha papel essencial no estabelecimento do *ethos*.

Com relação às fotografias presentes nas reportagens, considerando que elas fazem parte do conjunto das estratégias utilizadas pelos jornalistas na informação e na captação dos leitores, recorremos a Joly (2004). Para a referida autora (2004:38), “uma imagem é, antes de tudo, algo que se assemelha a outra coisa”. Dessa maneira, a autora propõe que a análise das imagens seja realizada a partir de significados para encontrar significantes e, portanto, os signos que compõem a imagem. Nossa abordagem da imagem será desenvolvida em função das relações entre os enunciados estudados e as fotografias dos políticos citados que os proferiram.

Dividimos nossa pesquisa em três partes. Na primeira, estabelecemos o quadro teórico, focalizando aspectos relevantes da Teoria Semiolingüística para este estudo, enfatizando categorias de análise a serem utilizadas. Em seguida, identificamos algumas relações entre mídia e política e nos concentramos nas noções de representações sociais, domínios de avaliação e de *ethos* na perspectiva de Charaudeau (2006b), além de autores como Amossy (2005) e Maingueneau (1997 e 2002), por exemplo, que complementam a base teórica aplicada aos nossos *corpora*.

Na segunda parte, para viabilizar nossa escolha metodológica de trabalhar com as sobreasserções, recorremos aos estudos de Maingueneau (2006) acerca dos enunciados

aforizantes, a fim de propor um recorte dos enunciados dos políticos presentes nas reportagens selecionadas das revistas *Época*, *Veja* e *IstoÉ*. Apresentamos, em seguida, o detalhamento do método a ser empregado na pesquisa e descrevemos os *corpora* e as grades que serão utilizadas na análise. Finalmente, analisamos cada *corpus* selecionado.

Na terceira parte, apresentamos os resultados obtidos na análise dos dados, retomamos as perguntas do trabalho a fim de propor possíveis respostas e elaboramos algumas considerações finais.

PARTE I
PRESUPUESTOS TEÓRICOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Esta parte compõe-se de quatro Capítulos. O primeiro concentra fundamentos da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau. Traçamos um breve histórico dessa teoria, enfatizando a concepção de sentido discursivo e as problemáticas apontadas pelo autor como básicas na compreensão do que seja uma análise semiolingüística. Nessa perspectiva, abordamos algumas características da informação como discurso. No segundo Capítulo, focalizamos o contrato de informação midiático, os Modos de Organização do Discurso da informação, mais especificamente o Modo Narrativo a fim de situar alguns aspectos de uma das categorias centrais de nosso trabalho: o discurso relatado. No terceiro Capítulo, apresentamos algumas noções acerca do discurso político. Em seguida, identificamos algumas relações entre mídia e política. No quarto e último Capítulo desta parte, focalizamos as demais categorias a serem aplicadas em nossos *corpora*: as representações sociais, os domínios de referência e os *ethé*, além dos estudos de outros autores que complementam a base teórica de nossa pesquisa.

1. - TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA: ASPECTOS GERAIS

Destacamos a Semiolingüística como base teórico-metodológica de nosso estudo, na medida em que essa teoria nos permite analisar um determinado *corpus*, considerando seus elementos extralingüísticos como constitutivos dos processos de significação (Charaudeau: 1993).

Pottier (1983), no prefácio de *Langage et Discours - Elements de Sémiolinguistique*, obra baseada na tese de doutorado de Charaudeau, na qual o autor apresenta a Teoria Semiolingüística, afirma que o surgimento dessa teoria se deu como proposta inovadora no âmbito da pesquisa lingüística. Esse aspecto fundador da Semiolingüística decorre de sua constituição, baseada em idéias de vários teóricos, como podemos constatar, retomando as observações de Machado (2006)¹:

¹ www.letraseletras.ileel.ufu.br

Charaudeau elaborou, de modo consciente ou não, uma junção de conceitos vindos de Benveniste com outros vindos de Bakhtin, chegando então a conceber um dos pontos inovadores da citada teoria: a volta do “sujeito”, conceito que havia sido completamente “pulverizado” por Barthes, nos anos 60 e depois, de certa forma, por Pêcheux e seus seguidores. Estamos nos referindo aqui, é claro, não ao “sujeito-assujeitado” de quem fala Foucault, mas, ao sujeito histórico, com suas idiossincrasias e crenças e também com o seu “estilo”.

Segundo a autora (2001), na Semiologia podem ser percebidos certos conceitos fundantes provenientes de alguns teóricos franceses, tais como os já citados, Benveniste e Barthes, não citado, Greimas, além de outros de igual interesse, provindos de teóricos ingleses como Grice, Austin e Searle. Machado também destaca a importância das ideias de Bakhtin na constituição dessa teoria.

De acordo com Charaudeau, há várias noções relevantes na teoria que se imbricam. Enfatizamos as mais diretamente implicadas em nossa pesquisa: discurso midiático; contrato de informação; estratégias de encenação da informação; discurso político, representações sociais ou imaginários sociodiscursivos, *ethos*.

Esses conceitos, aprofundados por Charaudeau na *Grammaire du sens et de l'expression* (1992), tiveram sua aplicação especificada no discurso midiático na obra *Le discours d'information médiatique* (1997) e no discurso político em *Le Discours Politique: les masques du pouvoir*, dentre outras obras e vários artigos publicados.

Antes de especificarmos cada um desses conceitos ou noções, destacamos algumas observações do autor acerca da construção do sentido do discurso, devido à relevância do lugar ocupado por essa noção no campo da análise do discurso, à medida que este conceito integra a proposta de Charaudeau (1983:14):

une analyse sémiolinguistique du discours est Sémiotique en ce qu'elle s'intéresse à un objet qui ne se constitue que dans une intertextualité, laquelle dépend des sujets du langage, cherchant à en dégager des possibles significants, et qu'elle est Linguistique en ce que l'instrument qu'elle utilise pour interroger cet objet est construit au terme d'un travail de conceptualisation structurelle des faits langagiers. On ne peut séparer ces deux aspects.

uma análise semiológica do discurso é semiótica na medida em que se interessa por um objeto que se constitui somente em uma intertextualidade, da qual dependem os sujeitos da linguagem, buscando apreender possíveis significantes, e ela é linguística na medida em que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao final de um trabalho de conceitualização estrutural de fatos linguageiros. Não se podem separar esses dois aspectos. (Tradução nossa).

Charaudeau (1999) defende que o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é dirigido. Para isso, propõe que seja estabelecida a diferença entre sentido lingüístico e sentido discursivo, levando-se em consideração o ponto de vista de quem recebe as mensagens e que é, por conseguinte, levado a compreender e interpretar os enunciados que as compõem.

Assim, o autor aponta três questões correlativas entre si que, segundo ele, são centrais no estabelecimento dessa diferença: (i) a primeira é que o objetivo do interpretante não é tanto o sentido das palavras, mas a significação social que resulta de seu emprego, assim como da relação deste com algo que lhe é exterior e que, de algum modo, sobredetermina essa relação; (ii) a segunda questão se dá em decorrência da primeira, na qual é exigido um novo tipo de competência, tanto para quem produz um ato de linguagem, quanto para quem o interpreta, e conduz à idéia de que “o sentido discursivo caracteriza-se por sua opacidade face ao mundo, já que ele se refere ao próprio processo de enunciação e a um sujeito que se define em relações múltiplas de intersubjetividade” (Charaudeau, 1999:31); (iii) o terceiro ponto que caracteriza o sentido do discurso, opondo-o ao sentido lingüístico, resulta dessa relação de opacidade que se instaura entre a linguagem e o mundo.

Segundo o autor, as diferenças entre o sentido da língua e o sentido do discurso mostram que as condições de pertinência de uma lingüística do discurso são radicalmente diferentes das condições de uma lingüística da língua. Para Charaudeau (1999:32):

Uma lingüística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o mundo como real construído, a linguagem como forma-sentido em difração, e um sujeito (eu/tu) intersubjetivo em situação de interação social.

Essa distinção é relevante para nós à medida que nossa proposta de análise seleciona três *corpora* constituídos de enunciados destacados de quinze reportagens, cuja análise deve levar em conta as condições de produção de cada um deles. Estas, por sua vez, dizem respeito à dimensão implícita da linguagem, implicando, pois, na necessidade de se incluir na realização da análise de determinados *corpora*, tanto a observação do contexto sócio-histórico, quanto das relações que se estabelecem entre o emissor e o receptor.

É nessa perspectiva que Charaudeau (1983) destaca a relevância dos “*possíveis interpretativos*” para a produção/interpretação de um ato de linguagem, definindo-os como conjunto das representações coletivas produzidas por uma dada sociedade num mesmo período ou em períodos diferenciados, os quais são sugeridos pelo contexto e não pelo

dicionário. Desse modo, toda interpretação depende da relação que os sujeitos (enunciador e interpretante) possuem em face do propósito linguageiro, bem como da relação que esses mesmos sujeitos sustentam na presença um do outro. Embora esses sujeitos tenham que acatar as normas que os sobredeterminam, nenhuma interpretação é capaz de abranger todos os sentidos possíveis, pois o discurso solicita novas possibilidades de sentido pelo fato de permanecer em aberto.

Ao tratar do sentido do discurso, o autor aponta três diferentes problemáticas que envolvem seu estudo: uma problemática dita *cognitiva e categorizante*; uma problemática *comunicativa e descritiva* e uma problemática tida como *representacional e interpretativa*. Com relação à última, vale salientar que para Charaudeau (1999:35):

trata-se de assinalar aqui que a realidade social é objeto de uma construção significativa através de uma atividade mental consistindo, por si mesma, em produzir discursos de racionalização, de explicação e de justaposição dessa realidade e que faz com que esta se constitua como real.

De acordo com essa abordagem, o autor afirma não ser necessário distinguir a natureza desse real que pode ser verdadeiro, falso ou, ainda, mascarar outro real. O autor salienta que esses discursos de representação construídos em nossa sociedade revelam sistemas de valores utilizados pelos indivíduos para julgar a realidade.

As três problemáticas acima descritas constituem a base da Teoria Semiolingüística, permitindo, portanto, uma abordagem dos fatos de discurso tanto por suas marcas lingüísticas quanto por suas condições situacionais de produção, possibilitando a realização de um trabalho sobre o reconhecimento das estratégias discursivas que deve resultar na descrição do que o autor denomina imaginários sociodiscursivos de base. Estes, segundo ele, devem ser descritos com as categorias que ele chama de semiolingüísticas².

² Machado (2001:47) explica que a palavra “Semiolingüística” (junção de *Sémio-* + *-lingüística*) é reveladora do que representa a teoria, já que *sémio-* ou *sémiosis* remete aos diversos sistemas semiológicos por meio dos quais se constrói o sentido e sua configuração.

1.1 A INFORMAÇÃO COMO DISCURSO

Charaudeau (2001) reconhece duas possibilidades de utilização para o termo discurso. Em um primeiro sentido, discurso refere-se ao fenômeno da encenação do ato de linguagem, da qual depende um dispositivo que compreende dois circuitos: um circuito externo que representa o lugar do fazer psicossocial (o situacional) e um circuito interno que representa o lugar da organização do dizer.

Segundo o autor, isso ocasiona uma oposição entre encenação discursiva e encenação linguageira, na medida em que a segunda, incluindo o aspecto situacional do ato de linguagem, engloba a primeira. A encenação discursiva, mesmo possuindo um dispositivo próprio que lhe confere relativa autonomia, não se constrói independentemente da encenação linguageira. Além disso, ela promoverá a realização de gêneros e de estratégias que não estão, obrigatoriamente, ligados às circunstâncias de produção. Para exemplificar, citamos o discurso político que, em suas características do dizer, não está, exclusivamente, ligado à situação política (ritual: comícios, debates), podendo ser encontrado em outros tipos de situação como a que ocorre em nossos *corpora*, ou seja, a midiática.

Em um segundo sentido, discurso pode ser entendido como um conjunto coerente de saberes partilhados, construído, na maioria das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um determinado grupo social. Os discursos sociais, também designados por Charaudeau como imaginários sociais, mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em certo contexto sócio-cultural e como são racionalizadas em termos de valor que, no caso do discurso político, constituem o que Charaudeau (2006b) denomina como valores de verdade, os quais, segundo ele, foram substituídos pelos valores de *ethos* e de *pathos*, conforme veremos no Capítulo que trata das relações entre discursos político e midiático.

Essas observações permitem abordar o discurso em suas dimensões lingüística, situacional e discursiva e, ainda, considerar seu aspecto histórico e cultural. Nessa perspectiva, as noções de discurso midiático, contrato de informação, estratégias de encenação da informação, discurso político, representações sociais e *ethos* serão tratadas no próximo Capítulo.

2. O CONTRATO DE INFORMAÇÃO MIDIÁTICO

Ao abordar a mídia para tentar analisar o discurso da informação, Charaudeau (2006a) parte das seguintes observações: (i) A mídia não é uma instância de poder apesar de não ser estranha aos diferentes jogos de poder social, pois uma instância de poder somente existe mediante uma vontade coletiva de guiar ou orientar os comportamentos em nome dos valores compartilhados, sendo esta vontade representada por autoridades dotadas de meios de coerção social; (ii) a mídia manipula tanto quanto manipula a si mesma devido ao efeito de retorno que forma o círculo vicioso no qual está inserida à medida que tenta resolver a seguinte contradição: dirigir-se a um alvo quantitativamente maior baseando-se, por isso, em uma hipótese fraca sobre o grau de saber desse alvo, considerando-o como pouco esclarecido, traria o problema da heterogeneidade qualitativa, pois a informação será forte para uns e fraca para outros; fornecer informação com alto teor de saber, partindo de uma hipótese forte sobre o saber desse alvo, traria o problema da quantidade reduzida de receptores, criando assim um problema de ordem econômica para a mídia, ou seja, sustentar-se com um público reduzido; (iii) A mídia não transmite o que ocorre na realidade social, ela impõe o que constrói no espaço público, pois a linguagem, único meio de tornar possível a comunicação, apresenta sua própria opacidade por meio da qual se constrói um sentido particular do mundo. Além disso, o fato de terem de efetuar um recorte dos acontecimentos do mundo para divulgá-los faz com que a mídia construa um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo.

Com base nessas considerações, o autor afirma que a mídia não é a própria democracia, mas o espetáculo da democracia, o que parece ser, mesmo paradoxalmente, uma necessidade que emerge da existência de diversos pontos de vista relacionados à realidade social. Sendo as sociedades democráticas constituídas pelas esferas política, civil e midiática, e ligadas por uma dinâmica de influência mútua, os atores de cada uma delas constroem para si sua própria visão do espaço público, como uma representação que tomaria o lugar de realidade.

Dessa maneira, Charaudeau (2006a) propõe distinguir os lugares de construção do sentido da máquina midiática, definindo como quadro de referência teórica um modelo de análise do discurso que se baseia no funcionamento do ato de comunicação, conforme figura abaixo:

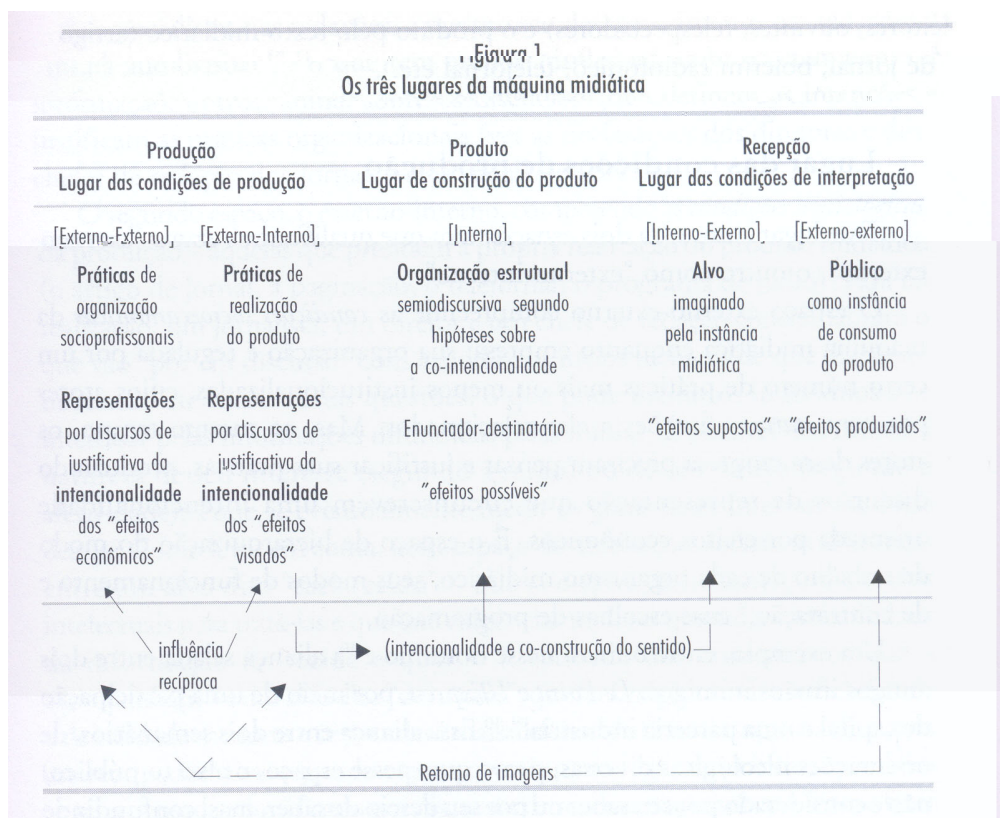


Figura 2 – A máquina midiática e seus três lugares de construção do sentido
Fonte: CHARAUDEAU, 2006a, p.23.

Com essa figura, Charaudeau parte da dinâmica da troca entre as instâncias de produção e de recepção de um ato de comunicação para demonstrar que o sentido resultante do ato comunicativo depende da relação de intencionalidade que se instaura entre essas duas instâncias determinando, portanto, três lugares de pertinência: o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, subordinada a condições de interpretação; o do texto como produto, o qual está sujeito a certas condições de construção.

Charaudeau (2006a) distingue o contrato de informação do contrato da mídia em geral. Este último, para o autor, refere-se a todo tipo de comunicação, enquanto o primeiro atravessa os suportes (rádio, televisão, imprensa) e é abordado do ponto de vista de uma de suas dimensões: a informação. Por meio dessa distinção, a instância de produção passa a ser representada pelo produtor da informação, a instância de recepção pelo consumidor da informação e o produto pelo texto midiático.

De acordo com esse esquema, a produção de sentido decorre da imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas de determinado discurso. Por isso, para descrever o sentido de um discurso deve-se proceder a uma relação entre esses dois

pólos. Considerando os aspectos internos e externos do discurso da informação, esse procedimento de descrição envolve um conhecimento acerca da mecânica de construção de sentido, a identificação da natureza do saber que é transmitido e que efeito de verdade pode produzir no receptor.

A fim de explicar essa “mecânica”, Charaudeau (2006a) fornece um esquema da construção do sentido, por meio do qual demonstra sua aplicação à comunicação midiática. Nesse esquema, o autor mostra que, como em todo ato de comunicação, a realização se dá segundo um duplo processo de transformação e de transação: o primeiro consiste em transformar o “mundo a significar” em “mundo significado”, estruturando-o de acordo com certa quantidade de categorias que são expressas por formas. “O ato de informar inscreve-se nesse processo porque deve descrever (identificar/qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos), explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos)” (Charaudeau: 2006a:41). Assim, o processo de transformação consiste em transformar o mundo a descrever e a comentar em mundo descrito e comentado, conforme podemos ver no esquema proposto por Charaudeau para representar esse processo aplicado ao discurso informativo:

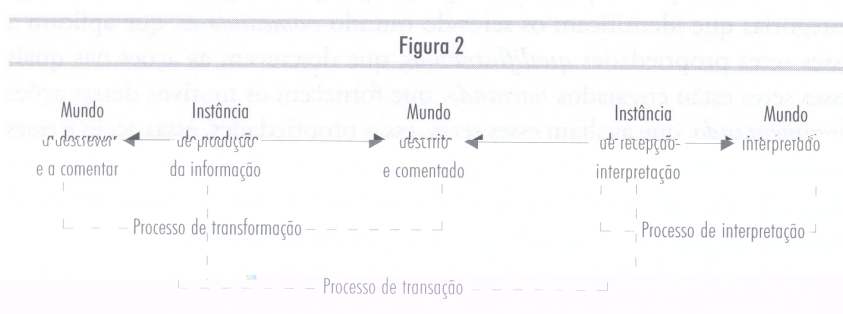


Figura 3 – Processo de construção do sentido aplicado ao discurso informativo.
Fonte: Charaudeau, 2006a: 42.

Vale lembrar que é o processo de transação que comanda o processo de transformação, na medida em que a construção e a interpretação de uma notícia decorrem tanto dos parâmetros utilizados pela instância midiática para construí-la quanto daqueles usados pela instância receptora para interpretá-la. Logo, pode ou não haver coincidência entre estes e os parâmetros postulados pelo sujeito informador. Dessa maneira, não se pode aspirar a uma informação transparente, neutra ou puramente factual, pois sua significação está submetida às restrições do contrato e à expectativa pessoal de cada um dos sujeitos envolvidos no ato de informar.

De acordo com esse ponto de vista, o autor (2006a) concebe a informação como pura enunciação cuja existência está condicionada à ação humana. Assim, ela constrói um saber que depende ao mesmo tempo do campo de conhecimento que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento.

Apesar de a mídia constituir organismo legítimo de transmissão da informação, elemento essencial na constituição de uma sociedade democrática, o ato de informar suscita vários problemas. Um deles diz respeito às fontes que, embora devam ser dignas de fé, são diversas e susceptíveis a parcialidades e manipulações por parte daqueles que as selecionam; outro se relaciona à exigência de se conhecer o receptor a fim de que se possa prever a pertinência ou não da informação a ser-lhe transmitida; enfim, deve-se considerar, no tratamento dado à informação, os aspectos de extensão, a inteligibilidade que inclui as escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador e os efeitos discursivos provocados por essas escolhas evitando, desse modo, uma dramatização deformante da informação midiática.

Essas dificuldades resultam em um paradoxo resumido por Charaudeau (1997: 73) com a seguinte fórmula: “Être le plus crédible possible tout en attirant le plus grand nombre possible de récepteurs”³. Ela participa na definição da finalidade do contrato de comunicação midiática como uma finalidade dupla, uma tensão entre duas visadas que correspondem cada uma, por seu turno, a uma lógica simbólica particular: (a) uma visada de informação que tende a produzir um objeto de saber, segundo uma lógica cívica: informar o cidadão. (b) uma de captação que tende a produzir um objeto comercial, segundo uma lógica de mercado que objetiva captar a maior quantidade de consumidores para sobreviver à concorrência com outras empresas.

2.1 A VISADA DE INFORMAÇÃO

A visada de informação, segundo Charaudeau (1997), consiste em fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou está acontecendo no mundo da vida social, agora, aqui, ou em outro lugar. O autor explica que a instância midiática tenta realizar esta visada quando pratica dois tipos de atividade linguageira: (i) a descrição-narração, para relatar os fatos do mundo;

³ “Ser o mais credível possível atraindo o maior número possível de receptores.” (Tradução nossa).

(ii) a explicação, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as conseqüências do surgimento dos fatos.

Para o autor (1997), tanto em um caso, quanto no outro, mesmo que diferentemente, impõe-se o problema de relatar a verdade. Não a verdade dos fatos em si, mas antes a verdade que está ligada ao modo de relatar os fatos. O autor propõe que esse problema seja tratado do ponto de vista lingüístico na medida em que ele liga a problemática do verdadeiro e do falso à linguagem. Assim, noções do domínio lingüístico como “significar o verdadeiro” ou “significar o falso” produzem valores de verdadeiro e de falso, respectivamente, permitindo um tratamento da verdade por meio do discurso.

De acordo com Charaudeau (1997), certas oposições permitem avaliar a verdade por meio de um dizer: (i) no primeiro caso, o verdadeiro seria dizer com precisão, pois isso significa que há coincidência entre o que é dito e os fatos do mundo exterior à linguagem, enquanto o falso seria dizer o erro, pois este seria, inversamente, a não coincidência; (ii) no segundo, o verdadeiro seria dizer o que aconteceu e o falso seria dizer o que não aconteceu; (iii) no terceiro, o verdadeiro seria dizer a intenção oculta, ou seja, aquilo que é dito corresponde à intenção oculta; ao contrário, o falso seria mascarar a intenção oculta por meio de mentira ou segredo; (iv) finalmente, o verdadeiro seria fornecer a prova das explicações, ou seja, mostrar os motivos dos fatos ou sua provável conseqüência, contrariamente, o falso seria fornecer explicações sem prova.

Para cada uma dessas nuances, Charaudeau (2006a:88) aponta uma atividade utilizada pela instância midiática a fim de garantir as “condições de veracidade” da informação, a saber: (i) autenticar, ou fazer crer na coincidência, sem filtragem nem falsas aparências; (ii) tornar verossímil, ou tentar fazer crer que o relato corresponde à reconstituição mais provável, apresentando-se o dito como o mais fiel possível ao fato, tal como se realizou, por meio de analogia; (iii) desvendar o oculto por meio de confissões ou denúncias, que podem ser provocadas por entrevistas, debates, bate-papos, ou ainda obtidos por meio de investigações e pesquisas; (iv) tornar inteligíveis as explicações, fundamentando a validade destas por meio de demonstração e sua obtenção por análise, investigação, demonstração de imagem.

Charaudeau (1997) afirma que a mídia, em sua visada de informação, está em confronto permanente com um problema de credibilidade, porque baseia sua legitimidade no *fazer crer* que tudo que é dito é verdadeiro, afirmando que os fatos não existem sem os comentários.

2.2 - A VISADA DE CAPTAÇÃO

Charaudeau (1997) afirma que toda visada de captação é orientada em direção ao parceiro da troca (interlocutor ou destinatário), na direção deste “outro” do ato de comunicação, sem o qual o próprio sujeito comunicante não existiria. Ela supõe esse parceiro como um ser não natural que, por esse motivo, deve ser instituído como destinatário de uma mensagem; um ser não passivo porque possui suas próprias faculdades de interpretação e, finalmente, alguém que deve ser persuadido ou seduzido pelo interesse da mensagem.

Desse ponto de vista, segundo o autor, a instância midiática se encontra diante de um impasse, porque não somente ela deve se mostrar credível junto de seu destinatário, como deve fazer isso diante da maior quantidade possível de pessoas. Isso se dá por uma dupla razão: (i) por um lado, porque ela se encontra em uma posição de concorrência diante dos outros órgãos da informação, aquilo que a coloca em um campo de luta comercial para sua própria sobrevivência econômica; (ii) por outro, porque, em nome do lugar que ela ocupa institucionalmente em um campo sócio-político como instância de construção do espaço público, ela deve ter um projeto educativo ante a opinião pública.

Segundo Charaudeau (1997), quanto maior for o público a alcançar e, sobretudo se for cativado *a priori* como ocorre na publicidade, menos os meios dependem de uma atitude racionalizante para atingi-lo. A instância midiática está então engajada em uma visada que consiste em construir uma imagem ideal de sujeito-alvo susceptível de sentir emoções, de mobilizar seu afeto, a fim de desencadear nele o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida, mais especialmente pela informação na maneira particular deste órgão midiático.

Assim, o efeito produzido por esta visada se encontra no extremo oposto do efeito de racionalidade que sustenta a visada de informação. Em decorrência, surge uma tensão entre essas duas visadas. O princípio de prazer sobre o qual se funda a visada de captação não pode ser dominante, nem se realizar em detrimento da visada de informação, sob pena de fazer com que a mídia perca sua credibilidade.

Na perspectiva da Teoria Semiolingüística, a instância midiática deve então proceder a uma encenação sutil do discurso da informação que deve se apoiar ao mesmo tempo sobre os resultados emocionais predominantes em cada comunidade sociocultural e sobre o conhecimento dos universos de crença que circulam nessas comunidades. Estas

emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializáveis, resultam da regulação coletiva de trocas, às quais ligam por uma parte os movimentos do afeto e paralelamente as representações que atribuem valores aos comportamentos e às reações emocionais.

Segundo Charaudeau (2006a), as emoções e a afetividade são estruturadas pelos imaginários sociodiscursivos. Desse modo, o contrato de informação midiática é fundamentalmente marcado pelo paradoxo da obrigatoriedade de buscar um grau zero de espetacularização da informação a fim de demonstrar seriedade ao produzir efeitos de credibilidade e, ao mesmo tempo, pela necessidade de fazer sentir por meio de efeitos de dramatização, decorrentes de suas escolhas estratégicas.

Portanto, a mídia torna-se um campo de poder complexo que entrecruza vários outros, cujo ponto comum é “o campo político, perante o qual ela se legitima por uma dupla ação do contra-poder, ao opor-se a esse campo, e de interface com a sociedade civil, o que a leva a denunciar” (Charaudeau:2006a:93). A mídia se legitima também no campo do econômico por sua capacidade de alcançar o grande público, o que a leva a dramatizar, e no campo da cidadania por sua aptidão em realizar um projeto de construção da opinião pública passível de torná-la credível.

2.3 - AS IDENTIDADES DAS INSTÂNCIAS DE INFORMAÇÃO

Charaudeau (2006a), ao tratar da identidade dos parceiros, lembra que a comunicação midiática, como todo ato de comunicação, coloca em relação duas instâncias: uma instância de produção e uma de recepção.

A primeira deve ser considerada sob dois aspectos: (i) como organizadora do conjunto do sistema de produção da informação, num lugar externo ao processo de enunciação; (ii) como organizadora da enunciação discursiva da informação.

A segunda deve igualmente ser desdobrada: (i) de um ponto de vista interno à instância midiática, como destinatário ou instância-alvo; (ii) de um ponto de vista externo, como instância de recepção, possuindo uma atividade própria de consumo e sendo chamada de instância-público.

Segundo Charaudeau (2006a), a instância de produção midiática consiste em uma entidade composta que compreende vários tipos de atores: os da direção do órgão da

informação que têm a preocupação com a saúde econômica de sua empresa e de uma organização competitiva; os da programação, ligados aos precedentes, de forma que as informações que o órgão escolha tratar obtenham sucesso junto ao público; os da redação das notícias e os operadores técnicos que tratam a informação em conformidade com a sua linha editorial.

Todos eles, segundo o autor, contribuem para produzir uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático, uma co-enunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto que é comum a seus atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do órgão de informação. Nessa instância, o jornalista representa o papel central.

Embora o papel do jornalista seja o de transmissor da informação, ela se compõe de um conjunto de acontecimentos ou de saberes que aparentemente pré-existem ao ato de transmissão, fazendo com que o jornalista se encontre em uma posição que consiste em coletar os acontecimentos e os saberes, e não a de criá-los antes de tratá-los ou transmitir. Pode-se assim, segundo Charaudeau (2006), determinar dois papéis fundamentais que ele deve desempenhar, e por intermédio dele a instância midiática: o de pesquisador-fornecedor e o de descritor-comentador da informação. Cada um desses papéis impõe um tipo de dificuldade ao jornalista: o primeiro concernente às fontes, o outro inerente aos princípios de descrição-explicação.

Com relação à primeira dificuldade, ou seja, a fonte, o problema fundamental é o da descontextualização, pois toda informação, descontextualizada de sua origem e transportada para outro contexto, é susceptível de alterações que provocam até a desinformação. Por isso, toda informação midiática é susceptível de produzir um “efeito de rumor”.

Convém salientar que esse problema possui uma relação estreita com nossa pesquisa na medida em que os enunciados analisados em nossos *corpora* constituem declarações de políticos, selecionadas previamente pelos jornalistas a partir de fontes diversificadas como entrevistas, por exemplo, e sobreasseridas nas reportagens das revistas.

A segunda dificuldade, que diz respeito aos princípios de descrição-explicação, constitui um problema igualmente importante, pois se encontra em uma contradição inscrita no próprio contrato de informação: um princípio de explicação exige coerência e rigor, apesar de o discurso da informação não poder pretender nem à cientificidade, nem à historicidade, nem tampouco à didaticidade.

Segundo Charaudeau (2006a), na comunicação midiática, a instância de recepção se confunde com o público, embora esta seja uma entidade compósita que não possa ser tratada de maneira global.

Para o referido autor, em primeiro lugar, o público se diferencia de acordo com o suporte de transmissão: leitores para a imprensa, ouvintes para o rádio, telespectadores para a televisão. Em segundo lugar, a identidade social dessa instância de recepção é uma incógnita para a instância de produção. Esses receptores não estão presentes fisicamente em uma relação de troca, e a instância midiática não pode perceber suas reações, nem pode dialogar com eles, nem pode conhecer diretamente seu ponto de vista para completar ou retificar a apresentação de sua informação.

Por outro lado, é difícil de determinar o público que compõe esta instância quanto a seu estatuto social, geralmente bem diversificado, e, além disso, mesmo quando se tem meios para determiná-lo, não se sabe se os dados são pertinentes. Assim, o verdadeiro problema neste gênero de comunicação não são as categorias sociológicas ou sócio-econômicas, mas a relação entre certos dados desses estatutos e as categorias mentais que corresponderiam ao modo de apreender, compreender e interpretar os acontecimento que são relatados.

Charaudeau (1997) coloca o duplo problema de como conhecer a motivação do público e de como mensurar o impacto da informação. Para esse autor, podem-se elaborar hipóteses acerca desse público, heterogêneo e instável, mas o único traço de identidade que se pode atribuir *a priori* a esta instância de recepção é o traço de ator social enquanto participante da vida da sociedade.

Essas previsões são feitas a partir de dois pontos de vista: (i) considerando este público como um alvo ideal que reagiria em conformidade com suas intenções; (ii) considerando-o em suas próprias reações. Para o autor, ambos consistem na distinção entre os efeitos visados pela instância de produção que pode se endereçar somente a um destinatário ideal (interno), e os efeitos produzidos no receptor real (externo).

A instância-alvo é, segundo Charaudeau (2006a), portadora de um conjunto impreciso de valores ético-sociais e afetivo-sociais, os quais devem ser considerados pela instância midiática para poder apresentar uma informação que tenda mais às suas expectativas. Esta instância em relação com a dupla finalidade do contrato de informação pode, então, ser abordada de dois modos:

(i) como alvo intelectual, isto é, capaz de avaliar seus interesses de acordo com o que lhe é proposto, utilizando, para isso, sua capacidade de pensar. A credibilidade que o alvo

pode atribuir à instância midiática baseia-se na hipótese de que este alvo dispõe de critérios de avaliação para julgar e separar o que é verdadeiro, confiável e autêntico. Já a acessibilidade da informação baseia-se na hipótese de que o grau de compreensão de um discurso está ligado à simplicidade, à clareza com qual o discurso é construído;

(ii) como alvo afetivo que, diferentemente do precedente, constitui aquele que se acredita não avaliar nada de maneira racional, mas sim de modo inconsciente por meio de reações de ordem emocional. Dessa maneira, a instância midiática constrói hipóteses sobre o que é mais apropriado para tocar a afetividade do sujeito alvo, baseando-se para isso em categorias socialmente codificadas de representação das emoções tais como: o inesperado, o repetitivo, o insólito, o inaudito, o enorme, o trágico.

A instância-público, segundo Charaudeau (2006a) encontra-se em posição de exterioridade com relação à zona de influência na qual se encontra a instância-alvo, o que é parcialmente verdadeiro porque alvo e público constituem as duas faces da mesma instância de recepção, influenciando-se mutuamente, o que não impede que a instância-público tenha existência autônoma, com seus próprios movimentos sociológicos, não podendo ser considerada do mesmo modo que a instância-alvo (constituindo uma espécie de público efetivo).

Segundo o autor, ambas são entidades consideradas do ponto de vista de seus comportamentos enquanto consumidores de um produto comercial: a mídia.

2.4 - AS ESTRATÉGIAS DE ENCENAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A NOTÍCIA

De acordo com a abordagem adotada para a realização desta pesquisa, o acontecimento depende de um discurso para sua existência, e somente se torna notícia a partir do momento em que for levado ao conhecimento de alguém. Assim, Charaudeau (2006a:132) propõe “chamar notícia a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo o caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado”.

O espaço temático corresponde a um certo domínio do espaço público e remete aos lugares, fatos e atores que estão ligados a um determinado setor da vida social; o caráter de novidade consiste em trazer um elemento desconhecido (ou supostamente desconhecido)

do público que possa ser integrado ao acontecimento; a fonte diz respeito à credibilidade na medida em que fornecerá o acontecimento a ser convertido em informação; o tratamento discursivo dado à notícia envolverá um ou mais dos procedimentos, a saber: descrever o que se passou, reportar reações, analisar os fatos.

A mídia deve dar conta dos acontecimentos em uma co-temporalidade enunciativa, independentemente do suporte de difusão (imprensa, rádio ou televisão). Isso faz com que ela se inscreva em um quadro temporal que define a notícia como atualidade, nas palavras de Charaudeau (2006a:133), “aquilo que confere à notícia seu caráter factual desprovido, em seu princípio, de qualquer qualificação subjetiva e de qualquer tentativa de explicação de sua razão de ser”. A noção de atualidade é fundamental no contrato midiático, sendo ela que guia as escolhas temáticas.

Além da atualidade, a mídia precisa reportar os acontecimentos do mundo que ocorrem em locais próximos ou afastados daquele em que se encontra a instância de recepção. A proximidade e a ubiquidade dependem do modo de tratamento da notícia que faz com que o lugar do acontecimento esteja próximo ou longínquo, valendo-se de dois imaginários de identidade: o da aldeia e o do planeta. A seu turno, determinam dois tipos de público: aquele que se apega à aldeia (imprensa regional) e aquele que sonha com o planeta (imprensa nacional).

Segundo Charaudeau (2006a), a mídia opera a seleção dos acontecimentos de acordo com um recorte do espaço público e uma configuração do acontecimento, respeitando os critérios de seleção externos e internos. Os primeiros estão voltados para o modo de aparição do acontecimento, sendo que este pode surgir em sua factualidade, ser programado pela existência de um calendário que pontua a organização e o desenvolvimento da vida social, ser preparado e provocado por algum setor institucional, particularmente o setor do poder político que faz pressão junto à mídia com fins estratégicos.

Os critérios internos são aqueles relativos às escolhas operadas pela instância midiática em função do princípio de saliência. Essas escolhas dependem da maneira pela qual a mídia constrói representações sobre o que pode interessar ou emocionar o público. O autor (2006a) afirma que a mídia, ao efetuar esse recorte do mundo, propõe uma grade de leitura dos acontecimentos do mundo.

Segundo Charaudeau (2006a), a instância midiática tem a responsabilidade de obter os meios de aceder a um máximo de fontes possíveis, verificá-las e apresentá-las. Essas fontes podem ser identificadas como internas ou externas à mídia. As fontes internas podem ser: (i) pertencentes aos organismos de informação (correspondentes, enviados especiais e

arquivos próprios); (ii) não pertencentes aos organismos de informação (agências e indústrias de serviço, outro tipo de mídia). As fontes externas à mídia podem ser de ordem: (i) institucional (oficial/oficiosas), tais como Estado-Governo, Administrações, Organizações sociais (partidos, sindicatos), Políticos (representantes sociais); (ii) não institucional, no caso, testemunhas, especialistas, representantes (corpos profissionais).

O autor (2006a) explica que o modo de nomear a fonte, bem como a modalidade de enunciação desta, indica a relação que ela mantém com a mídia, sendo que o modo de denominação pode consistir em identificar a fonte por meio do nome de uma pessoa ou instituição, com marcas de deferência ou não, de maneira direta ou indireta, manifestando maior ou menor familiaridade; o título de uma pessoa combinado ao nome e/ou a uma marca de deferência, marcando autoridade e prestígio; a função, que se confunde muitas vezes com o *status* profissional, assinalando assim a tecnicidade da fonte; uma denominação vaga, quando se trata de preservar o anonimato da fonte ou quando se ignora sua identidade.

A modalidade de enunciação pode ser expressa por verbos de modalidade (dizer, declarar, fazer, saber, afirmar, indicar, anunciar, expor), cujo semantismo é mais ou menos revelador da instância de enunciação com relação à fonte original do que é relatado, por locuções ou emprego do condicional; procedimentos que indicam distância com relação ao valor de verdade da informação.

Segundo Charaudeau, o cumprimento ou não das exigências de identificação das fontes e signatários, bem como o modo selecionado para uma identificação, influencia na credibilidade da instância de informação, produzindo efeitos diversos: (i) de evidência quando a fonte não é citada, mas sob risco de prejudicar a credibilidade da instância de informação; (ii) efeito de verdade e de seriedade profissional quando a fonte é identificada com precisão ou com prudência sob modo provisório a ser verificado, (iii) efeito de suspeita quando a identificação se faz de maneira vaga, anônima ou indireta.

2.5 - OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DA INFORMAÇÃO

Ainda com base nos estudos de Charaudeau (2006a:150), “a instância *midiática* procede à formulação de seu propósito, buscando as categorias que permitem, a todo sujeito falante, responder às questões do como descrever (o ‘descritivo’), como contar (o ‘narrativo’),

como explicar e/ou persuadir (o 'argumentativo')". Além destas, o autor aponta as categorias particulares ou "modos discursivos" que, segundo ele, correspondem à especificidade das instruções dadas por cada situação de comunicação. No caso da situação *mediática* esses modos podem ser: relatar, comentar e provocar. No caso:

(i) o acontecimento relatado consiste na construção de um espaço de mediação que compreende assim os fatos e as ações dos atores concernidos no espaço público, como palavras com declarações e demais reações verbais dos atores da vida pública. No primeiro caso, trata-se de "fato relatado", no segundo, de "dito relatado";

(ii) o acontecimento comentado refere-se às explicações e comentários acerca do acontecimento relatado, o que é feito por meio de análises e pontos de vista diversos mais ou menos especializados e por justificativas eventuais desses posicionamentos, sendo que essa explicação pode incidir sobre o fato relatado e também sobre o dito relatado. Neste último caso, as explicações incidem sobre as causas e conseqüências do dito relatado, pois o "como" está incluído na maneira de relatar. As causas resumem-se aos motivos externos ou internos que levaram o locutor de origem a fazer certa declaração. Os motivos externos são as causas independentes do declarante de origem que o compeliram a falar. Já os motivos internos dependeriam mais da intenção e do cálculo estratégico do declarante, muitas vezes apresentados de maneira integrada à descrição do dito relatado; as conseqüências podem ser apresentadas como já tendo ocorrido;

(iii) o acontecimento provocado remete ao confronto de idéias realizado por meio de dispositivos como as tribunas de opinião, entrevistas ou debates, objetivando contribuir para um melhor discernimento social.

Convém salientar, conforme propõe Charaudeau (2006a), que o universo da informação mediática é o resultado de uma construção e não o reflexo do que acontece no espaço público. Assim, a instância mediática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo.

De acordo com Charaudeau (2006a), a narrativa mediática, estando submetida às restrições situacionais do contrato de informação, imputa ao jornalista a responsabilidade de relatar fielmente o acontecimento, ao mesmo tempo em que o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação. Assim, a instância mediática institui um meganarrador compósito (fonte da informação, jornalista, redação) que poderá produzir uma narrativa em simultaneidade ou uma narrativa de reconstituição. No primeiro caso, os acontecimentos são relatados no mesmo instante em que ocorrem; no segundo, têm-se as

reportagens da imprensa e certas reportagens de televisão difundidas a *posteriori* com comentário não simultâneo.

2.6 - DISCURSO RELATADO

Charaudeau (2006a), ao definir dito e discurso relatados, vale-se das noções de polifonia e de dialogismo descritas por Bakhtin, em 1929, e retomadas em obras posteriores. Vejamos alguns desses princípios que embasaram as definições propostas por Charaudeau. Segundo Bakhtin (1992:316):

o enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato); refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. Não se pode esquecer que o enunciado ocupa uma posição definida numa dada esfera da comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada questão, etc.. Não podemos determinar nossa posição sem correlacioná-la com outras posições. É por esta razão que o enunciado é repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal.

De acordo com o ponto de vista do autor, não há enunciado destituído de outras vozes, ou seja, a voz do outro permeia nosso discurso e vice-versa. O discurso é impregnado por diversos pontos de vista que podem se manifestar de formas variáveis: por meio da introdução direta de um enunciado alheio no contexto de nosso enunciado; da introdução de palavras isoladas ou orações que figurariam em nosso discurso como representantes de enunciados completos; de paráfrases acerca do enunciado do outro, por meio de referências ao enunciado do outro como opiniões bem conhecidas de um parceiro discursivo, pelas pressuposições explícitas ou, ainda, conforme propõe Bakhtin (1992:316-317):

nossa reação-resposta também pode refletir-se unicamente na expressão de nossa própria fala- na seleção dos recursos lingüísticos e de entonações, determinados não pelo objeto de nosso discurso e sim pelo enunciado do outro acerca do mesmo objeto.

É nessa perspectiva que se fala de polifonia, ou seja, da presença de várias vozes em um mesmo discurso. Decorre desse fenômeno um dialogismo pleno, fruto da interação discursiva constitutiva da própria linguagem considerada como enunciação. Esta noção permeia toda a obra de Bakhtin e pode ser comprovada pela seguinte passagem do autor (1992:290):

O desejo de tornar o discurso inteligível é apenas um elemento abstrato da intenção discursiva em seu todo. O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores __ emanantes dele mesmo ou do outro __ aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados.

O dialogismo é, portanto, esse permanente diálogo entre os diferentes discursos, o qual mantém uma estreita relação com a natureza interdiscursiva da linguagem. O enunciado como elo na cadeia da comunicação verbal, conforme propõe o referido autor, possui fronteiras nítidas que permitem a alternância dos sujeitos falantes e, por isso, permitem entender o discurso não como fala individual, mas como um entrelaçamento de discursos que se realizam nas e pelas interações entre sujeitos. Além disso, o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria e a do enunciado que o acolhe. A presença da palavra do outro no discurso que a acolhe pode estar oculta ou semi-oculta, tornando o discurso heterogêneo.

Charaudeau (2006a) baseia-se nessas noções ao apontar a possibilidade de se considerar todo fato de linguagem como discurso relatado desde que este último fosse entendido de maneira mais ampla, ou seja, em sua dimensão dialógica. Ao retomar as noções de Bakhtin, o autor (2006a:161) afirma que:

A palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um “dialogismo” permanente entre o outro e o sujeito que fala, fazendo de todo discurso um discurso heterogêneo por definição, uma vez que se compõe freqüentemente “dos traços das enunciações do outro”. A palavra do outro aparece, entretanto, sob diferentes formas, de maneira mais ou menos explícita, com significações diversas, daí por que seja necessário distinguir diferentes tipos de heterogeneidade, dentre os quais o “discurso relatado”.

Segundo Charaudeau (1992:572-574), “L’Énonciation est un phénomène complexe qui témoigne de la façon dont le sujet parlant “s’approprié la langue”, pour l’organiser en discours”⁴. Segundo ele, nesse processo de apropriação da língua, o sujeito falante é levado a se situar em relação a seu interlocutor, ao mundo que o circunda e àquilo que diz. Do ponto de vista de sua manifestação, a enunciação comporta índices dessas diferentes posições do sujeito falante, os quais podem se constituir em sistemas formais (pronomes pessoais, demonstrativos, tempos, modos, etc.); assumir a forma de um adjetivo ou de um advérbio, ou ainda se manifestarem na própria organização do discurso.

A enunciação se apóia na modalização, a qual permite ao sujeito falante explicitar suas posições com relação a seu interlocutor (Loc. - Interloc.), a si mesmo (Loc. - Loc) e a seu propósito (Loc. - Propósito), bem como a suas intenções de enunciação.

Dessa maneira, ela se compõe de certa quantidade de atos enunciativos de base que correspondem a uma posição particular – e assim a um comportamento particular – do locutor em seu ato de locução, os quais são denominados, por Charaudeau (1992), como atos locutivos e suas especificações, ou subcategorias, como modalidades enunciativas: (i) O ato “alocutivo”, pelo qual o locutor implica o interlocutor em seu ato de enunciação e lhe impõe o conteúdo de seu propósito; (ii) O ato “elocutivo”, por meio do qual o locutor situa seu propósito com relação a si mesmo, em seu ato de enunciação, revelando sua própria posição quanto àquilo que diz; (iii) o ato “delocutivo”, pelo qual o locutor deixa que o propósito se imponha, sem assumir responsabilidade sobre ele.

Cumpre-nos salientar que, neste último, tanto o locutor quanto o interlocutor estão ausentes no ato de enunciação, já que os enunciados aparecem sob forma impessoal ou se referem a uma terceira pessoa. Embora nem um nem outro possam explicitar sua posição e a configuração lingüística, neste caso, se apresente como se o locutor não existisse, ele permanece responsável por seu ato de comunicação.

Segundo Charaudeau (1992), alguns desses atos locutivos são necessariamente especificados por certas subcategorias, as modalidades enunciativas: (i) categorias como a “injunção”, “a interrogação” e a “interpelação” correspondem ao ato alocutivo, precisando a relação que se estabelece entre locutor e interlocutor, e assim a maneira pela qual eles estão implicados no ato de linguagem; (ii) a “opinião”, a “apreciação”, “a obrigação”, a “promessa”, o “acordo”, todos correspondem ao ato elocutivo, especificando a maneira como o locutor revela seu ponto de vista sobre aquilo que diz; (iii) as categorias de “asserção” e de

⁴ “A enunciação é um fenômeno complexo que testemunha a maneira pela qual o sujeito falante se apropria da língua para organizá-la em discurso”.(Tradução nossa).

“discurso relatado” correspondem ao ato delocutivo, definido a maneira como o propósito existe enquanto tal e se impõe aos interlocutores.

O discurso relatado é, segundo Charaudeau (1992), uma modalidade enunciativa do ato delocutivo que pode ser definido como um ato de enunciação por meio do qual um locutor se dirige a um Interlocutor, em um tempo e espaço, para lhe relatar o discurso previamente enunciado por um Locutor de origem que se dirigia a um Interlocutor, em algum tempo e espaço.

De acordo com Charaudeau (1992), o discurso de origem pode ser relatado de diferentes modos pelo locutor:

(i) citado (citação): o discurso de origem é citado (mais ou menos integralmente) em uma construção que o reproduz tal como ele foi enunciado, de maneira autônoma com relação ao dizer enunciativo que relata, podendo ser apresentado com dois pontos seguidos do discurso de origem marcado por aspas; ou por dois pontos, ou um ponto, seguido do discurso de origem, sem aspas, procedimento freqüente no romance moderno;

(ii) integrado: o discurso de origem é relatado em uma construção que o integra parcialmente ao dizer daquele que relata o que ocasiona a transformação do enunciado;

(iii) narrativizado: o discurso de origem é relatado de tal modo que ele se integra totalmente, até desaparecer, no dizer daquele que relata. O locutor de origem tornando-se o agente de um ato de dizer;

(iv) evocado (a alusão): o discurso de origem que aparece apenas como uma evocação daquilo que o locutor de origem disse ou costuma dizer.

Segundo Charaudeau (1992), o discurso relatado representa um dos maiores problemas enfrentados pelo discurso da mídia, especialmente o da imprensa escrita, como despachos de agências ou declarações de homens políticos. Esse discurso navega constantemente entre uma “citação” fiel (apresentada entre aspas), mas que pode raramente ser dada em totalidade (por extenso), e uma “interpretação” de fatos e gestos, assim como “não-ditos”. Além disso, o discurso da mídia de informação situa-se em um jogo de marcação/demarcção e não-marcação/integração do discurso ou “dito relatado”, denominação preferida por Charaudeau (2006a).

O autor explica que é na operação de construção do dito com a finalidade de reintegrá-lo a um novo ato de enunciação que o discurso relatado sofre uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta para uma apropriação ou rejeição deste último pelo locutor-relator. Acresce que é na operação de desconstrução que o discurso relatado mostra se tratar realmente de um dito tirado de outro ato de enunciação, distinguindo

o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator.

Desta maneira, o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova em relação ao outro e a si mesmo. Com relação ao outro, apoiando-se na operação de empréstimo, o discurso relatado visa a produzir provas de autenticidade do dito de origem, de responsabilidade daquele que disse, de verdade do que foi dito; com relação a si, apoiando-se na operação de demarcação, o discurso relatado visa a produzir a prova de certo posicionamento do locutor, a saber: de autoridade, na medida em que relatar é mostrar que sabe; de poder, já que citar é revelar ao outro o que foi dito e que ele ignora (a mídia, ao relatar as declarações de políticos, assume essa posição de poder); de engajamento, pois relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem. É nesse sentido que podemos falar de uma dimensão argumentativa do discurso relatado em geral e, mais especificamente, do objeto de nossa pesquisa, as sobreasserções dos políticos.

2.6.1 - A DIMENSÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO RELATADO

Amossy (2000) propõe considerar a argumentação como algo que atravessa o conjunto dos discursos. Para a autora, a utilização da linguagem em seu contexto dialógico obriga o discurso a comportar sempre uma dimensão argumentativa, mesmo quando não há projeto admitido. Plantin⁵ (1996, citado por Amossy, 2000:25) resume esta opção ao afirmar que:

Toute parole est nécessairement argumentative. C'est un résultat concret de l'énoncé en situation. Tout énoncé vise à agir sur son destinataire, sur autrui, et à transformer son système de pensée. Tout énoncé oblige ou incite autrui à croire, à voir, à faire, autrement.

Toda fala é necessariamente argumentativa. É um resultado concreto do enunciado em situação. Todo enunciado visa a agir sobre seu destinatário, sobre o outro, e a transformar seu sistema de pensamento. Todo enunciado obriga ou incita o outro a crer, a ver, a fazer, de outro modo. (Tradução nossa).

⁵ PLANTIN, Christian. *L'Argumentation*, Paris: Le Seuil, 1996.

Com base nessa citação, podemos dizer que a existência da dimensão argumentativa em certos discursos estaria relacionada a uma espécie de questionamento implícito (de *ethé*) decorrente da própria evolução do pensamento ou do caráter dinâmico da ação de determinados campos sociais.

Segundo Amossy (2000), a análise argumentativa se vincula tanto aos discursos que visam explicitamente a agir sobre seu público, quanto aos que exercem uma influência sem se dar, portanto, como uma empresa de persuasão. Por isso, a autora considera relevante uma distinção entre a dimensão argumentativa inerente a numerosos discursos e a visada argumentativa que caracteriza somente alguns desses discursos. Para a autora, a primeira constitui uma simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, sem que se pretenda expressamente modificar as posições do alocutário, enquanto a segunda constitui uma empresa de persuasão sustentada por uma intenção consciente, oferecendo estratégias programadas para sua realização.

De acordo com a autora (2000), o discurso eleitoral, uma publicidade de marca de carro, um manifesto político ou literário são exemplos de gêneros com visada persuasiva. Já a reportagem, o artigo científico e as informações televisivas são exemplos de discursos que comportam uma dimensão argumentativa.

Assim, uma análise, que por comodidade é denominada argumentativa, consiste em uma busca da dimensão argumentativa do discurso no sentido de utilização da linguagem em contexto, pois todo sujeito falante, ao utilizar a língua, participa de uma dinâmica de troca. O locutor comunica ao mesmo tempo em que interage, pois expressão visa o outro, não podendo existir sem a presença de um parceiro que pode estar ou não presente, ser real ou virtual, aceito ou recusado.

Charaudeau (1992) também inscreve seus trabalhos nessa abordagem retórico-discursiva na medida em que considera que toda asserção pode ser argumentativa desde que esteja inscrita em um dispositivo argumentativo.

Nesse sentido, o autor parece estar de acordo com a distinção proposta por Amossy (2000) entre a visada argumentativa e a dimensão argumentativa. Segundo a referida autora, quando o objetivo de persuasão é explícito, tem-se uma visada argumentativa, ao contrário da dimensão argumentativa na qual a argumentação não aparece como o resultado de uma intenção declarada e de uma programação.

Ao afirmar que o dispositivo de argumentação se insere em uma dinâmica do conjunto da interação verbal, Charaudeau (2006a) coloca esse dispositivo na dependência daquilo que ele denomina como “mecânica argumentativa”. Apoiando-se nos dados

situacionais que constituem o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação e tendo em vista o contrato de informação midiático, o autor (2006a) propõe pensar a argumentação como uma relação triangular entre um sujeito proponente, um sujeito oponente e uma proposição que deve ser problematizada.

Segundo Charaudeau, na mídia, a problematização pode ser apresentada sob a forma de: uma pergunta; de várias asserções que se combinam, como um pré-título; de uma asserção negativa; de uma dupla asserção apresentada como uma alternativa; de uma asserção simples que incluiria uma opinião engajada ou uma apreciação orientada.

De acordo com o autor, uma vez problematizado, devem-se fornecer as razões pelas quais um fato pôde produzir-se e o que ele significa. O terreno do acontecimento político é ideal para um desvendamento das intenções dos atores dos acontecimentos, estando o jornalista no papel de elucidar, ou seja, descobrir a intenção dissimulada por trás das declarações e dos atos de tal ou qual político.

Plantin (1996), Amossy (2005) e Charaudeau (2006b) constroem uma perspectiva de que *ethos*, *pathos* e *logos* participam da construção do discurso, de acordo com cada situação. O *ethos* referindo-se ao processo de identificação que exige do sujeito falante a construção, por si próprio, de uma imagem que tenha poder de atração sobre o auditório, de forma que este conceda ao locutor uma adesão quase incondicional; o *pathos* que diz respeito à questão de *como afetar o outro*, isso por meio de um processo de dramatização que consiste em provocar a adesão passional do outro, atingindo suas pulsões emocionais; e do *logos*, por meio de um processo que envolve questionamentos e problematização.

Nesse sentido, Charaudeau (2006a) afirma que o raciocínio deve implicar de maneira direta ou indireta o consumidor cidadão e para isso vários tipos de procedimentos são utilizados. Os argumentos que servem de apoio à análise são escolhidos em função de seu valor de crença, mais do que de acontecimento, pois as crenças são amplamente compartilhadas pelo grande público, sendo mais suscetíveis de atingi-lo com mais eficiência. Assim, recorrem-se aos lugares-comuns que facilitam a compreensão do público.

A partir dessas considerações, Charaudeau (2007:246) propõe a seguinte figura que representa a posição do sujeito falante entre as restrições da situação de comunicação na qual se encontra e o processo que operacionaliza.

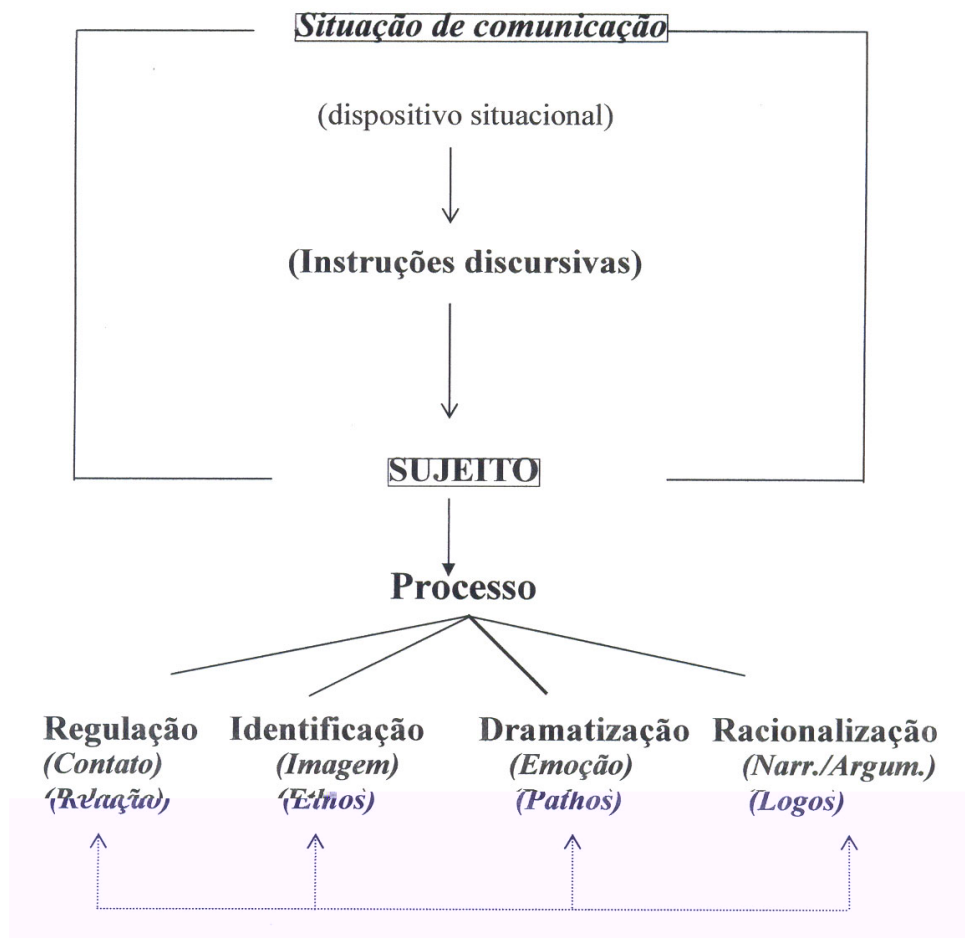


Figura 4 – Posição do sujeito falante entre as restrições da situação de comunicação.

Fonte: CHARAUDEAU, P. In: MACHADO, I. L. *et al.* (orgs.), 2007, p.246.

Por meio do esquema representado na figura acima, o autor demonstra seu posicionamento com relação à argumentação. Este consiste em estabelecer em termos de noção genérica, sobredeterminante, uma finalidade de influência que se realiza por meio de diversos processos - marcados pelo jogo de flechas e pontilhados – e que estão em interação constante entre si. Essa figura evidencia os papéis sociais e discursivos dos atores argumentantes que participam de um mundo compartilhado.

3. - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSO POLÍTICO

Segundo Charaudeau (2006b:32), “falar de discurso político é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas”. Nesse sentido, o discurso político constitui um objeto de estudo que está no centro de diversas disciplinas: na Filosofia Política, na Ciência Política, na História, na Análise do Discurso. Esta última tem um enfoque muito diverso do de suas precedentes, na medida em que propõe um questionamento sobre os discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política quanto a regulação dos fatos políticos. Dessa maneira, ela não se questiona acerca da legitimidade da racionalidade política, dos mecanismos de produção de certos comportamentos políticos ou de suas explicações causais, conforme fazem as outras disciplinas citadas.

Para o referido autor (2006b), o discurso político não esgota todo o conceito político, mas não existe política sem discurso. Além disso, a ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo da instância política pelo discurso. Dessa maneira, é a situação de comunicação que permite identificar se um discurso é ou não político.

Tendo em vista que a produção de sentido é uma questão de interação e que o pensamento político se elabora segundo os modos de interação e a identidade dos participantes implicados, Charaudeau (2006b) distingue três lugares de estruturação desse pensamento, correspondendo cada um deles a um desafio de troca linguageira particular, a saber:

(i) um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento, de maneira que o discurso político é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de determinados princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos;

(ii) um lugar cujo sentido está relacionado ao próprio ato de comunicação, onde o discurso político concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, com o objetivo de influenciar as opiniões, a fim de obter adesões, rejeições ou consensos;

(iii) um lugar onde é produzido o comentário, no qual o discurso político não está necessariamente voltado para um fim político.

Ao considerar esses diferentes lugares como constitutivos do pensamento político, Charaudeau (2006b:40-43) afirma ser “mais justo falar dos discursos do conceito político do que do discurso político”, pois, nas suas palavras, “Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas a situação que o politiza”.

Observe-se que os *corpora* de nossa pesquisa possuem características que permitem abordá-los na fronteira entre os discursos político e midiático, na medida em que as declarações que os constituem são atribuídas aos atores que participam da cena de comunicação política, inseridos, pois, em um jogo de influência do qual a mídia torna-se parte integrante.

Assim, partiremos das noções de discurso midiático, já abordadas nesta pesquisa, e de algumas observações de Charaudeau (2006b) acerca dos efeitos de interferência da mídia no campo político para refletir um pouco sobre as relações entre mídia e política.

3.1 - RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA

Para Charaudeau (2006b) não há pesquisas em ciências humanas e sociais que possam comprovar a existência de uma relação de causa e efeito entre uma estratégia deliberada de influência por parte de um indivíduo ou de um grupo e seu impacto sobre ele. Porém, o mesmo autor reconhece que, para existir, toda sociedade necessita de um sistema de valores mais ou menos mitificado que possa ser partilhado pelos membros de sua comunidade. Esses valores, nos quais se baseiam o julgamento e a ação dos indivíduos, são construídos e veiculados por um discurso que os faz circular em determinada comunidade, constituindo, assim, a base relativa de sua identidade.

Na sociedade contemporânea, a circulação desses valores se dá muitas vezes por meio da mídia. Esta, segundo Charaudeau (2006b), “é portadora de imaginários sociais que têm influência sobre as opiniões sem que se saiba verdadeiramente qual é essa influência.” Para esse autor, nesse jogo de influências, a mídia constrói uma visão dos fatos políticos fragmentada e atemporal, além de misturar os espaços público e privado.

Os problemas ocasionados pela mídia ao político, conforme propõe Charaudeau (2006b), podem ser resumidos em: (i) a não-coincidência entre o público-alvo dos meios de informação e o destinatário-alvo do discurso político, fazendo com que o político possa apenas elaborar hipóteses muito gerais sobre os imaginários de expectativa de seu discurso; (ii) as condições desiguais de acesso à cena midiática que fazem com que o político de menor destaque na sociedade procure chamar a atenção da mídia com a intensificação de suas declarações provocativas; (iii) o tratamento sistematicamente dramatizador dado à informação, induzindo o político a jogar com a tendência da mídia de focalizar as luzes sobre certos temas e determinadas declarações, ocultando, portanto, declarações susceptíveis de causar prejuízo a sua imagem; (iv) a descontextualização e uso pelos jornalistas de pequenas frases de políticos, fazendo com que o político explore voluntariamente o efeito de *slogan* que certas frases podem produzir; (v) as armadilhas preparadas pelos jornalistas nas entrevistas e debates, contra as quais o político comumente se previne por meio de estratégias, utilizando, por exemplo, a “língua de madeira”⁶. Também ocorre o uso da dramaturgia nos debates, necessária ao político a fim de que possa tocar a emoção, a paixão, o sentimento do cidadão, valendo-se para tal de uma encenação de discurso que joga com efeitos de *ethos*, *pathos* e *logos*; (vi) a precipitação da mídia em divulgar revelações que acusam pessoas de envolvimento em escândalos não confirmados.

Esses problemas conduzem Charaudeau (2006b:295) à seguinte conclusão: “a opinião pública construída pela mídia escapa ao político, pois apenas raramente ele corresponde ao que deveria ser o alvo do discurso político: uma consciência política” Além disso, o autor sugere aos jornalistas um pouco mais de modéstia na realização de suas análises já que não dispõem, nem dos instrumentos dos historiadores, nem dos das ciências sociais, para produzir um discurso de explicação de acordo com essas disciplinas. Com relação aos políticos, o autor aponta para a necessidade de perceberem que, ao se submeterem cegamente às condições do discurso midiático, eles correm o risco de perder toda credibilidade e de fazer ruir o debate democrático.

A partir da constatação do deslocamento do discurso político em direção a seu propósito, ou seja, a passagem do lugar do teor dos argumentos (*logos*) para sua encenação (*ethos* e *pathos*), Charaudeau (2006b) assinala com a proposta de análise do discurso político considerando, concomitantemente, em sua realização empírica, o recurso a estratégias de

⁶ Amossy (1997) emprega o termo “língua de madeira” como uma linguagem técnica, normatizada, fria, sem efeito sobre o auditório, podendo ser percebida como uma linguagem estereotipada, refratária a toda evolução, peremptória, feita de contra-verdades, em função da propaganda.

construção de imagens de si mesmo, de maneira a se tornar credível aos olhos da instância cidadã (*ethos* de credibilidade) e atrativo (*ethos* de identificação). Para a construção dessas imagens, o político busca tocar o afeto do cidadão, produzindo em seu discurso efeitos do (*pathos*) e evocando valores comuns, supostamente partilhados pela instância política e pela instância cidadã com a finalidade de se fundir em um ideal de “viver junto” em sociedade.

Nosso trabalho se inscreve nessa perspectiva na medida em que considera aspectos relacionados à construção de imagens de políticos por meio de declarações divulgadas por revistas de informação. Assim, o próximo Capítulo aprofunda questões relativas às categorias inscritas na problemática das representações sociais presentes na construção da imagem desses políticos: domínios de avaliação e *ethos*.

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representações sociais, oriundo das Ciências Sociais, é abordado por Charaudeau (2006b:194) “como fenômeno cognitivo-discursivo geral que engendra sistemas de saber nos quais se distinguem os saberes de conhecimento e os de crença”.

Sendo assim, as representações constituem maneiras de ver e de julgar o mundo, por meio de discursos que engendram saberes, sendo que por meio desses últimos é que se elaboram sistemas de pensamento, os quais equivalem a um consolidado de conhecimento, de julgamento e de afeto, em cujo fundamento estão os imaginários sociodiscursivos.

Nessa perspectiva, a noção de “representações” está ligada às noções de interdiscursividade e dialogismo de Bakhtin. Marin⁷ (1993, citado por Charaudeau & Maingueneau, 2004a:433):

confere às representações três funções sociais: de “representação coletiva”, que organiza os esquemas de classificação, de ações e de julgamentos; de “exibição” do ser social por meio de rituais, estilizações de vida e signos simbólicos que os tornam visíveis; de “presentificação”, que é uma forma de encarnação, em um representante, de uma identidade coletiva.

⁷ MARIN, L. *Des pouvoirs de l'image*. Gloses, Paris: Seuil, 1993.

Essa posição, a nosso ver, mostra a relevância das representações como ponto de contato entre os sujeitos falantes e interpretantes. Nessa abordagem teórica, ela acarreta as seguintes conseqüências:

(i) as representações, ao construírem uma organização do real por meio das próprias imagens mentais veiculadas por um discurso, fariam parte deste real e, desse modo, poderiam configurar-se em discursos sociais que testemunham acerca do saber de conhecimento sobre o mundo, ou ainda, sobre um saber de crenças que encerram sistemas de valores dos quais os indivíduos se dotam para julgar essa realidade;

(ii) “Esses discursos sociais se configuram, ora de maneira explícita, objetivando-se em signos emblemáticos, ora de maneira implícita, por alusão”. Bourdieu⁸ (1979, citado por Charaudeau & Maingueneau: 2004a:433);

(iii) esses discursos de conhecimento e de crença constituem a mediação social que permite aos membros de um grupo construírem uma consciência de si, partindo de uma identidade coletiva.

Charaudeau (2006b:197) distingue os saberes de conhecimento dos de crença: os primeiros “visam a estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, existindo, pois, para além da subjetividade do sujeito”; os segundos visam a sustentar um julgamento sobre o mundo, referem-se aos valores que lhe são atribuídos pelos indivíduos e não ao conhecimento sobre o mundo. Dessa maneira, esses dois tipos de saberes estruturam as representações sociais na medida em que os primeiros constroem representações classificatórias do mundo e os últimos fornecem um tratamento axiológico às relações do homem com o mundo. De acordo com Charaudeau (2006b:203):

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio de coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados languageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos”.

Essa citação salienta os aspectos relevantes da definição de imaginários, permitindo-nos percebê-los como resultado da interação do homem com o mundo e do homem com o próprio homem, sendo que devem materializar-se a fim de que possam desempenhar plenamente seu papel de espelho identitário nessa interação.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *La distinction, critique sociale du jugement*. Paris: Ed. de Minuit, 1979.

Os imaginários, segundo Charaudeau (2006b), circulam em um espaço de interdiscursividade, dando testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos e dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais.

4.1 - DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO

A análise do discurso político deve levar em conta os valores supostamente partilhados pelas instâncias política e cidadã. Esses valores são fundados e, ao mesmo tempo, configurados pela linguagem, estando, portanto, do ponto de vista da linguagem, inseridos na problemática das representações sociais.

Charaudeau (1992) insere a descrição dos domínios de avaliação em uma problemática argumentativa. Nesse sentido, esses domínios funcionam como procedimentos utilizados no jogo de comunicação para validar a argumentação. O referido autor distingue três tipos de procedimentos, a saber: (i) os semânticos visam provar a validade da argumentação, apoiando-se sobre o valor dos argumentos; (ii) os discursivos utilizam categorias lingüísticas com o objetivo de produzir certos efeitos de discursos; (iii) os de composição organizam, quando a situação de comunicação o permite, o conjunto da argumentação.

Os procedimentos semânticos, segundo o autor (1992), consistem em utilizar um argumento baseado em um consenso social. Isso somente é possível pelo fato de os membros de um grupo sociocultural partilharem certos valores, em certos domínios de avaliação, a saber:

(i) o domínio da Verdade: define em termos de valores (verdadeiro e falso), de um lado, o que concerne à existência de seres em sua originalidade, autenticidade e unicidade; de outro, o que se origina do saber como princípio único de explicação de fenômenos do mundo. Tendo em vista que não há verdade absoluta, este domínio trabalha em termos de “efeitos de verdade”;

(ii) o domínio do Estético: define em termos de belo e de feio os seres da natureza, as representações que os homens fazem disso (a expressão artística) ou os objetos que eles fabricam;

(iii) o domínio do Ético: define em termos de bem e de mal os comportamentos humanos ao olhar de uma moral externa (as regras de comportamento são impostas ao indivíduo pelas leis do consenso social) ou interna (o indivíduo define para si as regras de comportamento). Em ambos os casos, o indivíduo deve agir segundo alguns preceitos. É o domínio do dever e da obrigação no qual, diferentemente do Pragmático, o argumento é concebido como origem de uma ação. Esta se realiza em nome de um princípio, e esse princípio é o próprio argumento;

(iv) o domínio do Hedônico: define em termos de agradável e de desagradável o que se origina dos sentidos que procuram prazer em relação com os projetos e as ações humanas;

(v) o domínio do Pragmático: define em termos de útil/inútil o que surge de um cálculo. O cálculo consiste em mensurar os projetos e os resultados das ações humanas em função das necessidades racionais dos sujeitos agentes que as realizam (mesmo que eles passem por estados desagradáveis).

Esses julgamentos, afirma Charaudeau (1992), são geralmente marcados no selo de um valor. Correspondem às normas de representação social construídas em cada domínio de avaliação, conforme os seguintes exemplos: Intelectivo (rigoroso, lógico, ordenado, racional, etc.); Estético (bonito/feio; moderno/antigo, etc.); Afetivo (enervado, agitado, tranquilo, inquieto, olímpico, atento, etc.); Hedônico (agradável/desagradável), Verdade (verdadeiro/falso, original, autêntico, único).

Entre os domínios, destacamos os valores concernentes aos domínios da Verdade e Ético pelo fato de estarem diretamente relacionados ao objeto de nossa pesquisa. Como exemplos de valores concernentes ao domínio Ético, destacamos: solidariedade, fidelidade, disciplina, honestidade e lealdade, responsabilidade, engajamento, justiça e bondade. Estes, por sua vez, são enaltecidos principalmente no discurso político.

Destacamos, ainda, os valores concernentes ao domínio do Pragmático que estão fundados sobre a experiência que se apóia tanto sobre aquilo que é habitual, durável, freqüente, e se inscreve então em uma norma de comportamento, quanto sobre o que é singular, original (ou seja, realmente especial, excepcional), e se inscreve então em uma diferença com relação à norma de comportamento. A norma pode estar fundada sobre a quantidade, constituir-se em modelo de comportamento, funcionar como argumento de prudência e de conservadorismo, ou basear-se na diferença como argumento de sedução, relacionar a diferença à singularidade.

Charaudeau (1992) afirma que os domínios Pragmático e Ético podem se combinar na medida em que uma regra de comportamento tenha sido mensurada e dada como eficaz (Pragmática) tornando-se um dever ou um modelo de conduta (Ética). É o caso, de um lado, dos valores que se relacionam à organização racional da vida: o trabalho, o sucesso, o mérito; de outro, dos valores que surgem da imaginação: a invenção e a criação, por exemplo.

De acordo com Charaudeau (2006b:96), no espaço político, a seleção dos valores implica o obstáculo de sua pluralidade e de sua mudança através do tempo. Assim, o político deve “adequar-se aos valores da maioria – ao menos aos que ele imagina que sejam – sem se contradizer por causa disso” e evitar escolher esses valores com base nas “opiniões de grupos ou partidos de direita ou de esquerda de modo rígido, mesmo se certas posições permanecem”.

Convém salientar a afirmativa do autor (2006b) de que “é na maneira de apresentar os valores que estes adquirem sentido no espaço político”. Essa apresentação deve, portanto, satisfazer a certas condições de simplicidade e de argumentação. Nesse sentido, esses valores constituem domínios que servem de base à estruturação dos imaginários que, por sua vez, podem circular nas sociedades de maneira consciente ou inconsciente.

Entre os imaginários que circulam no espaço político, destacamos os que dizem respeito especificamente à nossa pesquisa, ou seja, os imaginários relativos ao *ethos* que os políticos devem construir para si, considerando a expectativa coletiva dos cidadãos, pois são eles que sustentam, entre outros, os escritos analíticos e inspiram os programas eleitorais.

Tendo em vista que o *ethos* recorta um conjunto específico de imaginários, os quais se relacionam com a questão da identidade dos sujeitos falantes, vejamos alguns aspectos importantes do estabelecimento dessa noção.

4.2 - ETHOS

De acordo com Ferreira (1999) *ethos* é palavra de origem grega (costume, uso, característica) e pode significar tanto o “modo de ser, o temperamento ou a disposição interior de natureza emocional ou moral”, quanto “o espírito que anima uma coletividade, instituição, etc.”.

Essa diversidade de empregos do termo é um dos fatores responsáveis por certa variedade em torno de suas definições, mas não é o único. Pode-se atribuí-la também à evolução etimológica do termo e ao fato de receber, na atualidade, um tratamento diferenciado conforme a abordagem da disciplina que o emprega.

Dessa maneira, não abarcaremos a totalidade de suas definições, limitando-nos à retomada de estudos de alguns teóricos a fim de destacar as contribuições destes no estabelecimento do conceito de *ethos* pertinente à nossa pesquisa.

4.2.1 - ARISTÓTELES: EM BUSCA DA ORIGEM

A noção de *ethos* veio da retórica e de acordo com Aristóteles remete à imagem de si que o locutor constrói em seu discurso a fim de convencer seu auditório. O *ethos* constitui, juntamente com o *pathos* e o *logos*, os meios técnicos de persuasão citados pelo pensador grego (1998). Acerca da origem desse termo, Charaudeau e Maingueneau (2004:220) esclarecem que:

Termo emprestado da retórica antiga, o *ethos* (em grego $\eta\theta\omicron\varsigma$, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal.

Essa passagem aponta para uma evolução da definição clássica de *ethos*. Aristóteles (1998:48-49), ao definir retórica como a “capacidade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada”, distingue dois tipos de provas de persuasão, a saber: as técnicas e as não-técnicas. As primeiras, segundo o autor, “são todas as que não são produzidas por nós” como, por exemplo, os testemunhos e os documentos escritos; as segundas “são todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios”. No que diz respeito a essas provas, o autor salienta a necessidade de se utilizar as primeiras, mas inventar as segundas. Segundo Aristóteles (1998:49):

As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o

ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.

A partir dessa passagem, Aristóteles (1998: 49-50) explica como se dá a persuasão em cada um desses meios de prova (*ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente): (i) no primeiro, a persuasão se dá pelo caráter “quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé”; (ii) no segundo, “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso”; (iii) neste último, a persuasão se dá pelo discurso “quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular”.

Da trilogia dos meios de prova acima citados, Aristóteles parece atribuir maior importância ao *ethos*, pois afirma que “quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão”. O filósofo (1998:105-106) enfatiza o seguinte:

Muito conta para a persuasão, (...) a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer com que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito para com o orador.

Aristóteles (1998:106) aponta três causas que tornam os oradores persuasivos: a prudência, a virtude e a benevolência. Essas constituem o que o autor denomina “virtudes morais” e sua importância consiste no fato de elas possibilitarem a persuasão sem que haja necessidade de demonstrações.

Essas observações deixam entrever o duplo sentido do *ethos* em Aristóteles: no sentido moral, ao designar as virtudes que garantem a credibilidade do orador; no social, ao considerar a maneira como essas virtudes são expressas pelo orador a fim de provocar uma boa disposição em seu ouvinte.

4.2.2 - ÉMILE BENVENISTE: O *ETHOS* NOS LIMITES DO DISCURSO

Outros teóricos das ciências da linguagem contemporâneas também se baseiam na concepção aristotélica de *ethos* para situar essa noção nos limites do discurso. Nessa perspectiva, o *ethos* está ligado à noção de enunciação que Émile Benveniste define como

sendo o ato pelo qual um locutor mobiliza a língua, fazendo-a funcionar por um ato de utilização.

Esse postulado fez surgir um interesse pelas modalidades segundo as quais a subjetividade se constrói na língua e, de modo mais geral, pela inscrição do locutor em seu dizer. Dessa maneira, o interlocutor torna-se o centro da análise. Segundo Benveniste (1974:32):

Toute énonciation est, explicite ou implicite, une allocution, elle postule un allocutaire [...] dans l' énonciation, la langue se trouve employée à l'expression d'un certain rapport au monde. La condition même de cette mobilisation et de cette appropriation de la langue est, chez locuteur, le besoin de référer par le discours, et , chez l'autre, la possibilité de co-référer identiquement, dans le consensus pragmatique qui fait de chaque locuteur un co-locuteur.

Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. [...] na enunciação, a língua se encontra empregada pela expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, no locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, no outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. (Tradução nossa).

A enunciação definida como alocação supõe um alocutário que, de modo explícito ou implícito, estabelece uma “relação discursiva com o parceiro”. Para o referido autor (1974) o quadro figurativo remete à enunciação como forma de discurso, estabelecendo duas figuras indispensáveis ao seu funcionamento: a origem e o alvo da enunciação. Essas figuras mantêm uma relação de interdependência, pois assumem alternadamente a posição de protagonistas da enunciação.

4.2.3 - KERBRAT-ORECCHIONI: PERCEPÇÃO DO *ETHOS* PELAS MARCAS VERBAIS

Kerbrat-Orecchioni (1980:32) inscreve seus trabalhos na perspectiva da enunciação, definindo sua problemática como:

c'est la recherche des procédés linguistiques (shifters, modalisateurs, termes évaluatifs, etc.) par lesquels le locuteur imprime sa marque à l'énoncé, s'inscrit dans le message (implicitement ou explicitement) et se situe par rapport à lui (problème de la “distance énonciative”).

É a busca dos procedimentos lingüísticos (*shifters*, modalizadores, termos avaliativos etc.) pelos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação a ele (problema da distância enunciativa). (Tradução nossa).

De acordo com a abordagem da referida autora, a imagem de si é apreendida por meio das marcas verbais que a constroem e a propõem ao parceiro da interlocução. Com base nisso, em um enunciado como “Volto a ser militante do partido, disse o ex-ministro, em encontro minutos antes da demissão”, proferido por José Dirceu, o pronome marca a existência de um locutor, aquele que assume o dito, com relação aos interlocutores, pessoas presentes em um encontro com o Ministro.

4.2.4 - AUCHLIN: UMA NOÇÃO PRÁTICA

Auchlin (2001) baseia-se no sistema de provas da Retórica de Aristóteles para explicar a existência de um caráter dialogal e reflexivo do *ethos*, bem como de sua dependência do discurso. De acordo com o autor (2001:202):

o *ethos* é constitutivamente dialogal e seu conteúdo descritivo remete à experiência de um discurso, não às representações, e deve ser visualizado enquanto eu, e não enquanto “ele” ou enquanto “isso” para dar acesso a nossa experiência própria, a parte interior e íntima de nossa relação com a linguagem, acesso à interação verbal, à nossa própria identidade, na qualidade de que ela se constitui, notadamente, de sucessivas identidades languageiras que nós adquirimos para nossos diferentes interlocutores. (grifos do autor).

Nessa perspectiva, o *ethos* pode ser percebido por meio das informações extraídas do material lingüístico e do ambiente. Essa percepção, estando condicionada à experiência de um discurso, somente é possível devido ao potencial do *ethos* de ativar o interesse e a confiança do interlocutor.

Segundo Auchlin (2001), esta não é a única maneira de conceber o *ethos*. Ele pode ser concebido também como: (i) mais ou menos focal, mais ou menos carnal, concreto ou abstrato, resultando em uma diversidade de empregos do termo; (ii) mais ou menos axiológico (moralizado), fato que liga o debate sobre o caráter moral ou não da prova ética à possibilidade de engano sobre seu conteúdo; (iii) mais ou menos proeminente, manifesto, singular, coletivo, compartilhado, quadro implícito e invisível, resultando no problema dos

diferentes parâmetros que servem para articular uma descrição de *ethé* coletivos; (iv) mais ou menos convencionalizado, semiotizado, fixo, emergente, singular, suscitando o problema do tratamento uniforme dado aos empregos diferenciados, conforme o campo metafórico no qual se encontram.

Para o autor (2001:217), “o conteúdo impreciso do *ethos* se presta a muitas variações ao curso de seus empregos e conduz a paradoxos ou a pseudoparadoxos”. Por isso, o autor propõe não tratar o *ethos* como um conceito teórico claro, preferindo abordá-lo como uma excelente noção prática: “o *ethos* é um instrumento de pilotagem do diálogo a serviço da prudência auto-reflexiva”.

4.2.5 - MAINGUENEAU: A VOCALIDADE E A CORPORALIDADE DO *ETHOS*

Maingueneau (2002:97-98) também retoma as noções de quadro figurativo segundo Benveniste, ao considerar a enunciação como ponto de partida para a análise do *ethos*. Nas palavras do autor: “Esse é o tipo de fenômeno que, como desdobramento da retórica tradicional, podemos chamar *ethos*: por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador”. Com base nessa afirmação, o autor enfatiza a validade do *ethos* também para o discurso escrito. Assim, para Maingueneau (2002:98):

o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

De acordo com essa abordagem, aplicada aos enunciados orais e aos escritos, o *ethos* compreende, além de sua dimensão vocal, um conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à personagem do enunciador. O leitor constrói uma figura de fiador com base em indícios textuais de diversas ordens, atribuindo a este fiador um caráter e uma corporalidade, cujo grau de precisão varia segundo os textos. O “caráter” corresponde a uma gama de traços psicológicos e a “corporalidade” a uma

compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social.⁹

Dessa maneira, conforme propõe Maingueneau, o texto configura-se em uma enunciação dirigida a um co-enunciador para fazê-lo aderir fisicamente a um determinado universo de sentido. O locutor persuade pelo discurso ao fazer com que o interlocutor se identifique com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. Essa ação do *ethos* sobre o co-enunciador é denominada, por Maingueneau (2002:99), incorporação, e por sua vez opera em três registros indissociáveis, a saber: (i) a enunciação conduz o co-enunciador a conferir um *ethos* ao seu fiador; (ii) o co-enunciador incorpora um conjunto de esquemas que definem para um determinado sujeito uma forma específica de se inscrever no mundo decorrente da maneira como este controla seu corpo; (iii) essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo que corresponde a uma comunidade imaginária dos que comungam na adesão de um mesmo discurso.¹⁰ Portanto, para Maingueneau (1997:46):

a fé em um discurso, a possibilidade de que os sujeitos nele se reconheçam presume que ele esteja associado a certa voz (que preferiremos chamar de tom, à medida que seja possível falar do “tom” de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa).

É a associação desse tom ao caráter e à corporalidade que realça esse *ethos* enunciativo, devendo o locutor se inscrever em uma cena de enunciação a fim de legitimar sua maneira de dizer.

Enquanto para Maingueneau *ethos* está relacionado à vocalidade, para Eggs (2005), somente é possível explicar essa noção reiterando a noção aristotélica de *ethos*, destacando sua dupla dimensão, ao mesmo tempo moral e estratégica, como veremos a seguir.

⁹ Segundo Maingueneau (2002:99), o caráter e a corporalidade provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apóia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las.

¹⁰ A palavra co-enunciador foi utilizada somente nas partes em que o autor as utiliza originalmente.

4.2.6 - EGGS: O *ETHOS* PROCEDURAL

Segundo Eggs (2005:30), Aristóteles se distancia dos retóricos de sua época por considerar que o *ethos* contribui para a persuasão. Segundo o autor:

Encontramo-nos, portanto, na Retórica de Aristóteles, diante de dois campos semânticos opostos ligados ao termo *ethos*: um, de sentido moral e fundado na *epieikeia*, engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade; outro, de sentido neutro ou ‘objetivo’ de *héxis*, reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter.

Ao ressaltar a dupla dimensão do *ethos* aristotélico, Eggs (2005) diferencia os traços de uma pessoa de sua conduta real, sendo que uma boa argumentação exige que os primeiros sejam demonstrados, enquanto a segunda transpareça no processo da atividade discursiva em questão.

Em virtude disso, Eggs (2005) afirma que tais concepções não se excluem, mas constituem, ao contrário, as duas faces necessárias a qualquer atividade argumentativa. Nas palavras do autor (2005:30), “convencemos ao mostrar, no discurso, uma moral elevada e, ao mesmo tempo, ao usar uma expressão adequada ao caráter e ao tipo social”.

Para Eggs, o *ethos* é mostrado no discurso por meio das escolhas efetuadas pelo orador. Com o intuito de esclarecer como isso ocorre, o autor retoma a seguinte passagem de Aristóteles (Ret. II, 137 a 6; citadas por Eggs, 2005: 32):

Os oradores inspiram confiança por três razões que são, de fato, as que, além das demonstrações (*apódeixis*), determinam nossa convicção: (a) prudência/sabedoria prática (*phrónesis*), (b) virtude (*aretê*) e (c) benevolência (*eúnoia*). Os oradores enganam [...] por todas essas razões ou por uma delas: sem prudência, se sua opinião não é a correta ou, se pensando corretamente, não dizem - por causa de sua maldade - o que pensam; ou, prudentes e honestos (*epieikés*), não são benevolentes; razão pela qual se pode, conhecendo-se a melhor solução, não a aconselhar. Não há outros casos.

Eggs (2005:32) propõe uma interpretação mais moderna dessa citação, segundo a qual “Os oradores inspiram confiança, (a) se seus argumentos e conselhos são sábios e razoáveis; (b) se argumentam honesta e sinceramente; (c) se são solidários e amáveis com seus ouvintes”. Nesse sentido, o autor associa a *phrónesis* ao *logos*, a *areté* à virtude do *ethos* e a *eúnoia* ao *pathos*.

Reaproximando a passagem aristotélica da *Ética a Nicômaco* (EN), Eggs (2005) propõe relacionar os termos *phrónesis*, *areté* e *eúnoia* aos adjetivos razoável, honesto/sincero (virtude); e solidário (benevolência), respectivamente, assinalando, desse modo, a existência dos seguintes tipos de *ethos*: (i) *ethos* moral ou Ideal, cuja moralidade se produziria pelas escolhas competentes, deliberadas e apropriadas (essa moralidade, enfim, o *ethos* como prova retórica, é, portanto, procedural); (ii) *ethos* neutro ou objetivo pelo qual o orador deve encontrar os argumentos apropriados às noções comuns às tópicos de seu auditório, a fim de mostrar-se honesto e sincero, de modo que o verdadeiro e o justo se imponham.

Com base em tais observações, Eggs (2005:39) aponta para uma conclusão que, em seu parecer, é contraditória, mas simples:

Não se pode realizar o *ethos* moral sem realizar ao mesmo tempo o *ethos* neutro, objetivo ou estratégico. É preciso agir e argumentar estrategicamente para poder atingir a sobriedade moral do debate. Essas duas faces do *ethos* constituem, portanto, dois elementos essenciais do mesmo procedimento: convencer pelo discurso.

Desse modo, a manifestação do *ethos* moral está vinculada à capacidade do orador de usar estrategicamente os argumentos apropriados aos *topoi*, ou saberes comuns, bem como, à adaptação de seu discurso ao auditório ao qual se dirige.

Ainda segundo Eggs (2005), essa concepção aristotélica implica um princípio antropológico segundo o qual o homem tem uma tendência natural para o verdadeiro, o bom e o justo. O autor acrescenta que, para dar conta de explicar o desenvolvimento real dos processos de argumentação e de convicção, uma abordagem do *ethos* deve considerar o seu sentido procedural (que inclui o *ethos* objetivo e neutro).

4.2.7 - AMOSSY: ESTEREOTIPAGEM E ETHOS

Para Amossy, “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (informação verbal)¹¹, sendo que a maneira de se construir a imagem se dá pela linguagem e o *ethos* se constitui nas construções verbais em interações mutáveis. Essa

¹¹ Falas proferidas pela autora durante as aulas da Disciplina *O Ethos_ Análise Argumentativa*, ministradas na FALE/UFMG em março de 2007.

afirmação possibilita o entendimento de que não há uma maneira de apreender o *ethos* sem se considerar a relação estabelecida entre locutor e auditório (e vice-versa) e a característica fluida dessa relação, pois cada troca ocorre em uma situação e em um período determinado, tendo, portanto, suas especificidades.

A referida autora, ao distinguir “Retórica Antiga” de “Nova Retórica”, afirma que, na primeira, o objetivo do locutor é agir eficazmente pela palavra; na segunda é exercer a arte do bem falar. Essa distinção conduz a duas questões: (i) ao fato de a Retórica Antiga conferir um valor à palavra, ligada ao exercício da democracia, por definição; (ii) ao fato de a Nova Retórica retomar a Retórica de Aristóteles como o conjunto de meios verbais de que o locutor dispõe para fazer seu auditório aderir às suas idéias.

Portanto, analisar o *ethos* na perspectiva aberta pela Nova Retórica é analisar a maneira pela qual a imagem de si age sobre o outro se aliando ao *pathos* e ao *logos*, implicando certa responsabilidade do interlocutor.

Amossy (2005) examina a noção contemporânea de *ethos* na interseção da Sociologia e da Pragmática com o objetivo de reintegrar as conquistas das duas ciências em uma perspectiva retórica inspirada em Perelman. Baseando-se em Bourdieu¹² (1982, citado por Amossy, 2005:120), para quem o princípio da eficácia da palavra não está em sua “substância propriamente lingüística”, afirma que:

o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos.

Nesse quadro, segundo a autora, o *ethos* ocupa um lugar determinante, mas nada tem de construção discursiva. Ele consiste na autoridade exterior de que goza o locutor que, aqui, aparece como um “porta-voz autorizado” que somente “pode agir sobre os outros agentes pelas palavras porque sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo de quem ele é mandatário e do qual ele é o procurador”. Assim, resume Amossy (2005:120-121), “a eficácia da palavra não depende do que ela enuncia, mas daquele que a enuncia e do poder do qual ele está investido aos olhos do público”.

Ainda com base em Bourdieu (1982), para quem o dizer não pode ser um fazer senão na lógica da troca, e esta se dá por definição como uma interação social, Amossy (2005) afirma que passamos dos *speech acts* às trocas simbólicas entre participantes que são

¹² BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

agentes sociais. Essa passagem, segundo a autora, implica a tomada do discurso em uma dupla perspectiva: (i) interacional no sentido de que a eficácia discursiva não possa ser compreendida fora da troca entre os participantes e (ii) institucional já que essa troca é indissociável das posições ocupadas pelos participantes no campo (religioso, político, intelectual...) em que atuam.

Segundo Amossy (2005:122), a pragmática contemporânea pesquisa a eficácia da palavra no interior da troca verbal, privilegiando os estudos dos dispositivos de enunciação em detrimento dos rituais sociais exteriores à prática languageira. Nessa perspectiva, o *ethos* é definido “como um fenômeno discursivo que não deve ser confundido com o *status* social do sujeito empírico”, construindo-se na interação verbal, sendo, portanto, interno ao discurso. Já o *ethos*, segundo os sociólogos, “se inscreve em uma troca simbólica regrada por mecanismos sociais e por posições institucionais exteriores”.

Amossy (2005:123) retoma essas duas abordagens para mostrar como elas podem ser complementares se consideradas a partir da perspectiva aberta pela “Nova Retórica” de Perelman (1989), da qual a autora destaca algumas questões centrais, a saber: (i) a concepção de argumentação como um conjunto de meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu assentimento; (ii) a importância atribuída ao auditório em Perelman, conduzindo a uma *doxa*, ou seja, opinião comum, tendo em vista que é por meio de um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista; (iii) a necessidade do auditório de se apoiar nos *topoi* ou lugares comuns a todos os participantes da troca verbal a fim de que possam aplicar às conclusões a anuência dada às premissas, conduzidos por uma argumentação; (iv) a definição de auditório como uma construção do orador que apóia seus argumentos sobre uma *doxa* que toma emprestada de seu público, sendo o *ethos* modelado a partir de representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias.

Com base no pensamento de Perelman (1989), Amossy (2005:124) afirma que:

a construção discursiva do *ethos* se faz ao sabor de um verdadeiro jogo especular no qual o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, ou seja, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público.

Segundo a autora, a *doxa* constitui um fator determinante no estabelecimento do *ethos*; ela compreende um saber prévio que o auditório possui sobre o orador. Essa imagem pública, segundo a autora, intervém principalmente quando se trata de uma personalidade

conhecida há muito tempo, como ocorre com os políticos que são conhecidos por muitas pessoas em decorrência daquilo que a imprensa e o rumor público comentam sobre eles, pelo que a mídia mostra deles, ou, ainda, pela imagem associada ao grupo ou ao partido do qual são porta-vozes. A autora lembra que esses *ethé* prévios, que precedem à construção da imagem no discurso, correspondem ao que Maingueneau prefere chamar de “*ethos* pré-discursivo”.

Segundo Amossy (2005:125) “no discurso político, os enunciadores, que ocupam constantemente a cena midiática, são associados a um *ethos* que cada enunciação pode confirmar ou infirmar”. Na visão da autora, a idéia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso devem ser assumidas em uma *doxa* (devem se indexar em representações partilhadas), a fim de serem reconhecidas pelo auditório e parecerem legítimas. A estereotipagem (operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado) possibilita a uma comunidade avaliar e perceber o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. Assim, “Caso se tratar de uma personalidade conhecida, ele será percebido por meio da imagem pública forjada pelas mídias”. (Amossy, 2005:126)

Em uma perspectiva argumentativa, a autora mostra que “o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da *doxa* na qual ele se situa”, ou seja, a construção do auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem. O mesmo ocorre com a construção da imagem de si, que confere ao discurso uma parte relevante de sua autoridade.

Convém salientar que textos de entrevistas coletivas, declarações e congêneres podem ser elaborados de forma a modificar ou confirmar o *ethos* prévio de determinado político. Neste caso, segundo Amossy (2005:130), o discurso:

tenta explorar em seu proveito o potencial de certas imagens já prontas, que ele reutiliza em contextos novos para responder a necessidades particulares. Essa reelaboração das representações de si e dos estereótipos se efetua no âmbito de um discurso que comporta suas coerções genéricas e sua distribuição de papéis. A construção de uma imagem de si leva em conta as exigências do discurso político (a ‘cena englobante’ de Maingueneau) e, mais particularmente, as da entrevista coletiva (a ‘cena genérica’ do mesmo autor). O contrato relacionado à última supõe uma interação, pela intermediação de jornalistas, entre um político importante e o grande público...

Tendo em vista que a eficácia da palavra acontece simultaneamente nos níveis externo (institucional) e interno (linguageiro), Amossy (2005) propõe a articulação da análise retórica, que examina o *ethos* como construção discursiva em um quadro interacional, com a Pragmática e a reflexão sociológica, na medida em que esta lhe permite destacar a dimensão social do *ethos* discursivo e a relação com posições institucionais exteriores, ao passo que aquela lhe possibilita trabalhar a materialidade do discurso e analisar a construção do *ethos* em termos de enunciação e de gênero de discurso: “A construção discursiva, o imaginário social e a autoridade institucional contribuem, portanto, para estabelecer o *ethos* e a troca verbal da qual ele é parte integrante” (Amossy, 2005:136-137). Essa autoridade não provém somente de seu estatuto exterior e das modalidades da troca simbólica da qual o locutor participa, sendo também produzida pelo discurso em uma troca verbal que visa a produzir e a fazer reconhecer sua legitimidade.

Com base nesse percurso, a autora propõe uma abordagem do *ethos* fundada em um estudo da enunciação que considera que a instância do locutor compreende: (i) a posição assumida de forma implícita pelo ser empírico no campo; (ii) a imagem preexistente do locutor ou *ethos* prévio (pré-discursivo); (iii) a imagem construída no discurso ou *ethos* propriamente dito. Ela conclui que “ao trabalhar com estereótipo, isto é, com esquemas coletivos e representações sociais que pertencem à *doxa*, o *ethos* se torna sócio-histórico”. (Amossy, 2005:142).

4.2.8 CHARAUDEAU: *ETHÉ* RELACIONADOS AO ESPAÇO POLÍTICO

Em uma abordagem próxima àquela de Amossy, Charaudeau (2006b:115) propõe considerar o *ethos* sob dois aspectos: enquanto imagem que se liga àquele que fala (*ethos* prévio ou pré-discursivo), mas também enquanto *ethos* discursivo que supõe o sujeito languageiro. O autor explica que, para se construir a imagem daquele que fala, é necessário se apoiar ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem.

De acordo com esse autor, o *ethos* é encenado com a ajuda dos meios discursivos que resultam de uma intenção e de um cálculo voluntário da parte do sujeito que fala. Ele os emprega de maneira mais ou menos consciente e sua percepção e reconstrução pelo

interlocutor ou pelo público ocorrem parcialmente. Os procedimentos discursivos que contribuem para a fabricação do *ethos* são numerosos e diversos, sendo que cada um deles combina com outros, podendo um único procedimento produzir ao mesmo tempo efeitos diversos.

Esses procedimentos, segundo o autor, não podem ser confundidos com uma técnica de persuasão tal como ela é empregada no *marketing* político e para poder julgar a eficácia deles deve-se levar em conta o conjunto das circunstâncias que presidem seu emprego (valores da época, situação de comunicação, personalidade do orador etc.), o que na maior parte do tempo é apreciada *a posteriori*. Desse modo, o público pode se mostrar sensível a um *ethos* utilizado em uma determinada época e se mostrar saturado do mesmo *ethos* utilizado posteriormente.

Ao evidenciar alguns dos modos de expressão capazes de produzir efeitos de *ethos*, Charaudeau (2006b) afirma que seu resultado não pode ser garantido *a priori*. O autor inicia pelos procedimentos expressivos, os quais dizem respeito às características da enunciação da palavra em sua forma oral, categorizando a vocalidade dos políticos, ao distinguir o “bem falar”, o “falar forte”, o “falar tranquilo”, o “falar regional”.

Em seguida, o autor aborda os procedimentos enunciativos: tem-se a enunciação elocutiva quando o sujeito que fala coloca-se em cena, enunciação alocutiva quando este implica seu interlocutor no mesmo ato de linguagem e delocutiva quando o que é dito é apresentado como se ninguém estivesse implicado.

Acerca de tais procedimentos, Charaudeau (2006b) propõe que se questione se, neste momento, não estaríamos assistindo a uma deriva do discurso político. Para o autor, a influência que teria o discurso político, importante em um regime democrático - uma vez que é o discurso que estabelece a ligação entre a instância do poder e a instância cidadã - passaria mais pelo afeto do que pela razão; mais pelos sentimentos irracionais provocados no cidadão do que pela reflexão; mais pela oferta de imagens pessoais que se faz circular no mercado político do que pela oferta de argumentos que poderiam ser discutidos. Assim, o *ethos* teria uma função ofuscante que ocultaria o *logos* por seu aspecto de evidência.

Charaudeau (2006b) acrescenta que o *ethos* pertence ao domínio das representações sociais e sua valorização no domínio político depende das circunstâncias fazendo com que diferentes figuras que o compõem se entrecruzem, coexistam, se reforcem ou mesmo se contradigam. Na visão do autor (2006b: 183), “para surtirem efeito, os *ethé* dependem da conjugação das estratégias empregadas pelo ator político com certa demanda

social (vaga e inconsciente) por *ethos*, de forma que esta última possa reconhecer-se no espelho que lhe é mostrado”.

Propõe ainda (2006b) o reagrupamento das figuras identitárias do discurso político em *ethos* de credibilidade e *ethos* de identificação, sendo os primeiros fundados no discurso da razão e os outros em um discurso do afeto.

A credibilidade deve satisfazer as condições: (i) de sinceridade que, como ocorre com o discurso da informação, obriga a dizer a verdade; (ii) de desempenho que obriga a aplicar o que se promete; (iii) de eficácia, que obriga a provar que o sujeito tem os meios de fazer o que promete e que os resultados serão positivos. A fim de responder a essas condições, o político procura construir para si o *ethos* de seriedade, de virtude e de competência, conforme detalharemos:

(i) **o *ethos* de sério** depende das representações que cada grupo social faz do que significa ser sério. Esse *ethos* é construído com a ajuda de índices corporais e mímicos como certa rigidez na postura do corpo, uma expressão raramente sorridente na face; de índices comportamentais que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, frieza diante da adversidade, não se entregar a acessos de cólera nem mostrar que ela está dissimulada (na verdade, calculada) com objetivos táticos; índices que demonstram grande energia e capacidade de trabalho, presença em todas as linhas de frente da vida política e social, particularmente junto aos que sofrem; índices verbais como tom firme e comedido, sem muitos efeitos oratórios, sem “frases de efeito” e outros artifícios que frequentemente desacreditam o sujeito, com uma escolha de palavras e de construções simples, apropriadas, uma elocução constantemente serena.

Esse *ethos* se constrói igualmente com a ajuda de declarações a respeito de si mesmo, sobre idéias que norteiam o político. A austeridade é o limite para que essa imagem de sério não seja percebida como negativa. Convém, ainda, que as propostas apresentadas nas diversas declarações do político não contenham promessas que possam ser consideradas de difícil realização.

(ii) **O *ethos* de virtude** exige que o político demonstre sinceridade e fidelidade, ao que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal. Esse tipo de imagem é construído através do tempo, pois necessita para seu julgamento da constatação de certa coerência de pensamento e ação personificada por determinado político, o qual deve mostrar que age em nome dos valores que estão na base de seu propósito político, que estes não são nem discutíveis, nem negociáveis, que são sempre eles que inspiram sua ação.

Essa imagem de honestidade pessoal, em oposição àquela de ardiloso, remete à retidão e à sinceridade, tanto na vida pública, quanto na vida privada. Deve-se dizer o que se pensa, ter uma vida transparente (nada a esconder), não ter participado de negócios escusos e mostrar que seu engajamento político não foi motivado por uma ambição pessoal. Essa honestidade pode igualmente exprimir-se em relação aos adversários em termos de lealdade na medida em que combate seu oponente sem jamais desferir golpes baixos e que, em caso de derrota, é capaz de reconhecer a excelência do julgamento do outro e mesmo seus próprios erros.

(iii) **O *ethos* de competência** exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade: ele deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos. Na aferição do grau de competência de um político, é levado em conta um misto de trajetória política, de resultados a ele atribuídos e de qualidades por ele sustentadas na elaboração de seu *ethos* de competência: ascendência, estudos, funções exercidas e experiência adquirida.

O discurso de justificação é, segundo Charaudeau (2006b), constituído por declarações emitidas por políticos com o objetivo de inocentarem-se das críticas e/ou das acusações dirigidas a eles por seus adversários. Isso pode ser feito *a priori*, por antecipação, ou *a posteriori*. Ele pode responder a uma crítica relacionada aos motivos que o compeliram à ação. Aqui, o ataque visa à intenção do sujeito; ou à crítica relacionada ao resultado da ação, e então é sua competência que é atacada.

No primeiro caso, o sujeito pode defender-se argumentando que sua ação é legítima, apesar do resultado produzido, sempre reconhecendo que esse resultado não corresponde ao seu projeto original. No segundo caso, ele pode contestar que o resultado tenha sido negativo e recorrer a uma explicação que, sem deixar de reconhecer os limites dos resultados obtidos, enfatize os aspectos positivos.

Em ambos os casos, é importante para o político responder à acusação de culpa ou de responsabilidade, se quiser sair ileso do ataque. A acusação de culpa designa o autor do ato delituoso como tendo agido de maneira consciente e voluntária; justificar-se consiste, então, em negar o caráter voluntário do ato e a possibilidade de ter sido mal-intencionado. A responsabilidade designa o autor como tendo sido parte interessada na cadeia de causalidade que gerou o ato delituoso ainda que de maneira involuntária; justificar-se consiste em minimizar seu papel na cadeia de causalidade, em evidenciar o caráter não intencional do ato e em protestar sua inocência, criando a figura do responsável, mas não culpado.

Assim, a justificação, segundo Charaudeau (2006b), pode-se dar por meio de três estratégias: (i) a *negação*, a qual consiste em contestar a acusação e declará-la nula e improcedente; (ii) a *alegação* de um motivo ou razão superior que levou o político a agir daquele modo; (iii) a *não-intencionalidade* ou a evocação do caráter não-intencional do ato. O político pode justificar-se declarando sua inocência, ignorância, as circunstâncias ou a responsabilidade coletiva.

Esta última pode ser adotada por meio de: (i) argumento de inocência, declarando não compreender a causa da recriminação ou protestando a inocência; (ii) argumento de ignorância, o qual retira da acusação a possibilidade de atribuir ao acusado a intenção voluntária de cometer um ato que causa prejuízos a outros; (iii) argumento das circunstâncias que consiste em fazer a acusação se deslocar das pessoas para o que preside a tomada de decisão ou a realização da ação.

Segundo Charaudeau (2006b), as imagens que caracterizam os *ethé* de identificação são destinadas a tocar o maior número possível de indivíduos. Tendo em vista que esse número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários, os políticos jogam com valores opostos e mesmo contraditórios. Por esse motivo, essas imagens tornam-se polivalentes, dificultando sua classificação. Dessa maneira, Charaudeau (2006b: 139) destaca apenas as mais recorrentes, a saber:

(i) o ***ethos de potência*** é visto como energia física que emerge das profundezas terrestres, anima e impulsiona os corpos na ação; não deve ser confundido com o do poder e pode se exprimir mediante uma figura de virilidade sexual, nem sempre explicitamente declarada. A determinação em agir constitui uma de suas figuras mais brandas. A figura da potência pode ser construída também por meio de um comportamento oratório feito de denúncias, gestos de indignação, lançamento de frases de efeito ou a manutenção da ironia;

(ii) o ***ethos de caráter*** participa em um imaginário de força que não deve ser confundido com o precedente. Trata-se mais da força do espírito que do corpo e pode aparecer por meio de diversas figuras: a vituperação que brada, critica e indigna-se ao exprimir-se aos berros; a provocação, feita com declarações que têm por fim único fazer alguém reagir, a ponto de não se saber jamais se suas manifestações devem ser consideradas reflexo do pensamento daquele que as enuncia; a polêmica, a qual aparece quando os debatedores ou adversários se encontram em uma situação de conflito, cada qual negando os argumentos de seu oponente; a coragem, que dá a entender ao cidadão que os políticos que a possuem saberão enfrentar a adversidade sem esmorecer e sem ceder à demagogia; o orgulho, necessário aos políticos para garantir seu desejo de defender os valores e a integridade

identitária de seu povo, até a ponto do sacrifício ou do absurdo; a firmeza, por meio da qual os políticos demonstram energia e determinação inabalável para agir; a moderação, como atitude a ser demonstrada na intermediação de conflitos;

(iii) o **ethos de inteligência** se impõe por meio da demonstração de cultura, astúcia ou malícia. Esse tipo de *ethos*, segundo Charaudeau (2006b: 145), “faz parte dos *ethé* de identificação na medida em que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele”. Fazem parte desse *ethos* a premissa de que “um homem culto não pode ser senão um homem de bem” e a figura de astúcia/malícia;

(iv) o **ethos de humanidade** permite a avaliação do político por sua capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos, até os mais íntimos. Neste caso, a figura do sentimento deve transparecer em diversas ocasiões, a figura da confissão deve-se manifestar com sabedoria, a figura do apuro que também deve transparecer pela presença do político em manifestações artísticas; a figura de intimidade que completa a anterior com a cumplicidade dos jornalistas;

(v) o **ethos de chefe** se dirige ao cidadão. É voltado, ao mesmo tempo, para si e para o outro, constituindo uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por outro si-mesmo idealizado. Ele se manifesta por meio de diversas figuras, como de guia, de soberano e de comandante. O guia supremo é uma necessidade para a permanência de um grupo social, respondendo à necessidade imaginária de um grupo se confiar a um ser superior capaz de guiá-lo. Essa figura tem diversas variantes: o guia-pastor, o guia-profeta, o guia-soberano. A figura do chefe soberano possui características que permitem ao político assumir uma posição de fiador dos valores até o ponto de se confundir com eles, proferindo discursos que expõem seus valores, como se os encarnasse e mostrando-se como ser superior aos demais e aos conflitos. Ele pode, ainda, escolher uma atitude de silêncio, deixando que sua imagem seja construída por declarações de um terceiro. A figura do comandante participa das precedentes, mas de maneira autoritária ou agressiva;

(vi) o **ethos de solidariedade** faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas. No domínio político, a figura da solidariedade se constrói em uma relação de reciprocidade entre atos e declarações. Pode-se ser solidário de maneira silenciosa ao associar-se a manifestações ou mostrando que as opiniões dos membros de seu grupo, de seu clã, de sua comunidade, são partilhadas e defendidas pelo orador.

Acreditamos que, a partir dessas categorias, dentro de uma problemática discursiva, na qual se consideram os efeitos de sentido dos saberes coletivamente partilhados, podemos depreender o que chamaremos de efeitos de *ethos*, bem como algumas formas solidificadas de imaginários sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nosso intuito até aqui foi mostrar o percurso teórico seguido por nós. Iniciamos com os fundamentos da Teoria Semiolingüística no qual situamos nossa pesquisa. Em seguida, tratamos das características do discurso midiático enfatizando, portanto, as especificidades do contrato de informação. Focalizamos alguns pontos de contato entre discurso informativo e discurso político. O estudo dessas noções nos conduziu às categorias centrais de nosso estudo: representações sociais, domínios de avaliação e *ethos*. É especialmente nesse eixo que se baseiam nossas análises das representações dos políticos.

PARTE II
DO MÉTODO À ANÁLISE DOS
CORPORA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Nesta parte, composta por dois Capítulos, focalizamos os aspectos metodológicos de nossa pesquisa, a descrição e a análise dos *corpora*. Inicialmente, detalhamos o método a ser empregado em nosso trabalho. Em seguida, recorremos aos estudos de Maingueneau (2007) acerca dos enunciados aforizantes, a fim de propor um sub-recorte metodológico das passagens concernentes às representações de políticos nas reportagens selecionadas nas revistas *Época*, *Veja* e *IstoÉ*. Finalmente, descrevemos os *corpora* a partir do recorte proposto e procedemos às suas análises.

5. - A OPÇÃO PELA METODOLOGIA PROPOSTA PELA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

A pesquisa em Análise do Discurso objetiva, como observa Charaudeau (1996:38), “levantar as características dos comportamentos linguageiros (como dizer) em função das condições psicológicas que as limitam segundo os tipos de situação de intercâmbio (contrato)”. Desse modo, o analista deve considerar o discurso em uma dada situação de comunicação, na qual se encontram inter-relacionadas suas três dimensões: lingüística, psicológica e social.

Nessa perspectiva, o autor propõe que a seleção de um *corpus* se dê a partir de textos semelhantes, em nome de um tipo de situação (contrato) que os subordina. As constantes (regularidades) e as variantes dessas situações devem ser estudadas a fim de se definir um gênero e uma tipologia de estratégias possíveis, respectivamente. Essa abordagem permite, segundo Charaudeau (1996:40-41), “realizar uma análise centrada na descoberta dos jogos de significação psicossocial dos atos de linguagem que se trocam numa comunidade sociocultural”.

Dessa maneira, a abordagem semiolingüística torna possível a realização da análise de nossos *corpora* a partir da observação das dimensões: (i) situacional, permitindo-nos a observação do conjunto de condições nas quais se realizam as reportagens; (ii) representacional, possibilitando-nos a descrição de alguns imaginários sociodiscursivos, a fim

de chegarmos às estratégias discursivas presentes nas reportagens; (iii) cognitiva, fornecendo-nos categorias que auxiliam na descrição desses imaginários.

Portanto, a opção por esse viés nos possibilita analisar algumas estratégias adotadas por jornalistas como produtores de um discurso relatado, sujeitos informadores no ato de linguagem do qual participam, no intuito de propor uma análise interpretativa das representações dos políticos por meio do estudo do funcionamento dessas estratégias nas reportagens selecionadas.

5.1 - A SELEÇÃO DOS *CORPORA*

A pesquisa em análise do discurso é, segundo Charaudeau (1996), empírico-dedutiva. Este tipo de pesquisa permite ao analista partir da linguagem já configurada em certa substância verbal.

Convém salientar que foi adotado nesta pesquisa, primeiramente, o modelo de procedimento de Charaudeau para o recorte dos *corpora* e, em seguida, um critério de sub-recorte de acordo com os estudos de Maingueneau (2007).

Ao adotarmos o modelo de análise do discurso proposto por Charaudeau (1996:38), o qual “consiste em levantar as características dos comportamentos linguageiros (sobre ‘como dizer’) em função das condições psicológicas que as limitam segundo os tipos de situação de intercâmbio (ou seja, o ‘contrato’)”, levaremos em conta: (i) a condição de contrastividade determinada pelo duplo trabalho de agrupamento das produções que se supõem pertencer ao mesmo tipo de situação, no que se denomina um *corpus* de textos e pelo levantamento empírico das constantes que possibilitam reunir tais textos; (ii) o critério de constituição do *corpus*, ou seja, a construção de uma tipologia com base nas condições de realização dos textos (contratos de comunicação). Considerados esses dois aspectos para que um *corpus* seja bem constituído, selecionamos reportagens impressas pertencentes a revistas de informação.

Entre uma extensa gama de veículos de comunicação impressos, optamos pelas revistas *Época*, *Veja* e *IstoÉ* por fazerem parte da imprensa escrita do jornalismo informativo de referência e por possuírem grande público leitor em todo o território nacional. Além disso, as três abordam temas relacionados ao cotidiano da sociedade brasileira como política,

economia, cultura, comportamento, mundo, guerras, com textos elaborados em sua maior parte por jornalistas, geralmente matérias assinadas.

5.2 - PROCEDIMENTOS, ETAPAS E GRADES DE ANÁLISE

No sentido de conferir representatividade quantitativa e comparativa à nossa análise, foram selecionados três *corpora* a partir de cinco edições de cada uma das revistas informativas supracitadas, totalizando quinze reportagens de capa, veiculadas nos meses de junho e julho de 2005. A delimitação desse período foi motivada pela deflagração e a cobertura do auge das denúncias de envolvimento de membros do governo Luís Inácio Lula da Silva no pagamento de suborno mensal a deputados para votarem nas propostas do Governo.

A propósito da grande extensão de nossos *corpora*, esclarecemos que não analisamos todo o seu conteúdo. A fim de procedermos a uma seleção de passagens representativas de nosso objetivo de pesquisa, ou seja, trechos que se referem à representação de políticos, adotamos os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO I

- Primeira etapa: identificar as reportagens da capa em cada uma das revistas selecionadas.

- Segunda etapa: selecionar, em um recorte mais específico: (i) as sobreasserções imputadas aos enunciadores Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu e Roberto Jefferson; (ii) as sobreasserções de políticos acerca de Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu e Roberto Jefferson; (iii) parte do corpo das reportagens em que se recupera a sobreasserção.

Com base na primeira etapa, elaboramos o seguinte modelo de grade de análise:

MODELO DE GRADE DAS REPORTAGENS DAS REVISTAS:

TÍTULO DA REPORTAGEM	DATA	NÚMERO DA REVISTA
Nesta coluna, transcreveremos o título da reportagem da capa, na qual selecionaremos as sobreasserções dos políticos.	Nesta coluna, indicaremos a data da publicação da revista.	Nesta coluna, apontaremos o número da edição da revista.
X		
Y		
Z		

(X, Y e Z seriam os títulos das reportagens de cada revista selecionada).

Com base na segunda etapa do procedimento I, elaboramos o seguinte modelo de grade de análise:

MODELO DE GRADE DO *CORPUS* FORMADO PELAS SOBREASSERÇÕES (S) ENCONTRADAS NAS REVISTAS *ÉPOCA*, *VEJA* E *ISTOÉ*.

REPORTAGEM	Quantidade de páginas contendo matérias jornalísticas	Quantidade de páginas contendo publicidades que intercalam as reportagens	Enunciadores e numeração das Sobreasserções (S) encontradas	
Nesta coluna, serão listados os títulos das reportagens das revistas <i>Época</i> , <i>Veja</i> e <i>IstoÉ</i> .	Nesta coluna, será indicada a quantidade de páginas contendo matérias jornalísticas em cada reportagem.	Nesta coluna, será indicada a quantidade de páginas contendo publicidade em cada reportagem.	Nesta coluna, enumeraremos as (S) encontradas em cada reportagem e indicaremos o nome do sujeito enunciador de cada uma delas.	Nesta coluna, indicaremos as (S) recuperáveis no corpo do texto.

MODELO DE GRADE DAS OCORRÊNCIAS DOS DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO PRESENTES NAS SOBREASSERÇÕES DOS POLÍTICOS:

	DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO				
	ÉTICO	PRAGMÁTICO	ESTÉTICO	HEDÔNICO	VERDADE
Político por outro político (enunciador: político X, Y e Z...). Nestas linhas, indicaremos as sobreasserções dos políticos acerca de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson de acordo com o domínio ao qual pertencem.					
Enunciadores: Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson. Nestas linhas, apontaremos as sobreasserções de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson em conformidade com o domínio ao qual pertencem.					
Político pela revista. Nestas linhas identificaremos os domínios de avaliação presentes no corpo dos textos que recuperam essas sobreasserções, quando for o caso.					

Com base na segunda etapa do procedimento II, elaboramos a seguinte grade de análise.

MODELO DE GRADE GERAL DOS *ETHÉ* PRESENTES NAS SOBREASSERÇÕES DOS POLÍTICOS NAS REVISTAS *ÉPOCA*, *VEJA* E *ISTOÉ* :

	IMAGEM FORMADA (<i>ETHOS</i>)						
	Sério	Virtude	Competência	Inteligência	Caráter	Chefe	Solidariedade
<i>Ethé</i> atribuídos aos políticos por outros políticos.							
<i>Ethé</i> dos políticos pelos próprios políticos.							
Imagens atribuídas a Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson no corpo das reportagens, quando for o caso.							

5.3 - A NOÇÃO DE SOBREASSERÇÃO E O RECORTE DOS *CORPORA*

Com o propósito de esclarecermos esse sub-recorte metodológico dos *corpora* propostos em nossa pesquisa, recorreremos aos estudos de Maingueneau (2007) sobre a noção de “destacabilidade” de um enunciado. Para esse teórico, a constatação da existência da exploração de uma vasta gama de “citações” e de “sobreasserções¹³” em textos midiáticos justifica um estudo aprofundado dessas ocorrências.

Dessa maneira, aborda alguns aspectos da citação, objetivando definir a relação entre o enunciado original e o enunciado destacado, sendo que a compreensão dessa relação conduz a uma distinção entre sobreasserção e aforização. A fim de cumprir tal propósito, o autor apresenta uma reflexão sobre “destacabilidade” e “sobreasserção”, apoiando-se em fenômenos citacionais empregados em gêneros de discursos bem diversos.

Segundo Maingueneau, pode-se designar por “fórmulas” os enunciados curtos e, por isso, facilmente memorizáveis, cujo significante e significado são colocados em uma organização evidenciada (prosódia, rimas internas, metáforas, antíteses...), sendo que algumas dessas fórmulas circulam em uma comunidade mais ou menos restrita como é o caso de uma disciplina acadêmica, por exemplo. Outras são conhecidas de um grande número de locutores distribuídos em múltiplos setores do espaço social.

Essas fórmulas, segundo o autor, podem apresentar dois tipos de funcionamento diferentes: (i) como enunciados autônomos que, de um modo geral, podem ser interpretados por seu sentido imediato em uma interação entre locutores não especialistas do tipo de discurso do qual provêm; (ii) fórmulas citadas para marcar um posicionamento singular que se opõe implicitamente a outros. Neste último caso, o uso que se faz da fórmula pode servir para marcar um posicionamento estético, uma concepção historicamente determinada de relações entre o sentido, a linguagem e a subjetividade.

Maingueneau (2007) assevera que a maior parte dessas fórmulas corresponde a enunciados que se apresentam como “destacáveis” no texto de origem. Como exemplo disso, o autor cita as “máximas” ou “sentenças” muito presentes nos textos dos séculos XVI e XVII

¹³ Nossa tradução dos termos “surassertion” e “surassertée” por “sobreasserção” e “sobreasserir”, respectivamente, fundamentou-se nos estudos de Bueno (1988:388) que os define da seguinte maneira: “Assertar – V. T. Fazer afirmações, declarações. Derivado de asserto, part. pass. de asserir (pouco usado). Asserto – S. M. Declaração, afirmação, opinião dada como certa. Part. Pass. de asserir, asserto. Lat. Advertus. Assertor – S.M. asseverador, pessoa que emite opinião e a defende, a sustenta. Lat. Adsertorem. Teve o significado jurídico de pessoa que, perante o juiz, afirmava que uma pessoa era de condição livre ou escrava.

que, por suas propriedades lingüísticas, se apresentavam como consagradas ao “destacamento”.

Ao constatar que “as fórmulas”, bem como os fenômenos associados a elas, têm proliferado, especialmente na mídia, Maingueneau (2007) deixa entrever que a aforização está em toda parte. Desse modo, o autor ilustra a “destacabilidade” por meio de exemplos literários e filosóficos para, posteriormente, introduzir a noção de sobreasserção e seu correlato “sobreassertor”.

Pelo fato de nosso objeto de estudo ser constituído de reportagens de revistas, não retomamos os exemplos de destaque dos textos filosóficos e literários apresentados pelo autor; concentramo-nos somente na relevância da “destacabilidade” em textos midiáticos, noção fundamental em nossa pesquisa.

Maingueneau (2007) afirma que, a princípio, uma seqüência sobreasserida em um texto: (i) é relativamente curta, de estrutura evidenciada sobre o plano do significado e/ou significante; (ii) está em posição relevante no texto ou é uma passagem do texto, de maneira a lhe atribuir o estatuto de um condensado semântico, o produto de uma espécie de sedimentação do discurso; (iii) é tal que sua temática deve estar em relação com o intuito do gênero do discurso, do texto em questão; (iv) trata-se de uma tomada de posição no interior de um conflito de valores; (v) implica uma espécie de “amplificação” da figura do enunciador, manifestada por um *ethos* apropriado.

De acordo com o autor, a sobreasserção está presente na mídia contemporânea como um fenômeno que ela própria denomina “pequenas frases”; ou seja, enunciados curtos que serão intensamente retomados nas emissões de informação.

Ao afirmar que a temática da sobreasserção consiste em uma tomada de posição no interior de um conflito de valores, Maingueneau (2007) fornece alguns elementos que nos permitem concluir que a sobreasserção revela a linha editorial da reportagem, além de implicar uma espécie de “amplificação” da figura do enunciador, levando-nos a possíveis figuras de *ethos* dos sujeitos enunciadoreis: revista, jornalista/narrador, político/personagem.

Segundo Maingueneau (2007), é impossível determinar se as “pequenas frases” são assim porque os locutores dos textos-fonte as pretendiam como tais, quer dizer, destacáveis, destinadas a retomada pela mídia, ou se são os jornalistas que as formulam desse modo para legitimar seu destaque. O autor afirma que os formadores de enunciados geralmente tendem a produzi-los em função de reempregos que serão realizados. Isso ocorre, segundo ele, por meio do jogo clássico de antecipação de modalidades da repetição.

Em decorrência disso, a citação está inscrita no próprio funcionamento da máquina midiática, cujos atores passam seu tempo a destacar fragmentos de textos para convertê-los em citações (pelos títulos e intertítulos, resenhas, resumos, entrevistas, por

onde o enunciado sobreasserido se encontra integrado no corpo do artigo, não implicando necessariamente uma fidedignidade deste. Em seu entendimento, isso apenas confirma os resultados de trabalhos recentes sobre o discurso direto, os quais evidenciam o caráter de simulação desse tipo de discurso e a intervenção do locutor citante.

O referido autor (2007) sugere não confundir uma lógica de sobreasserção que faz surgir uma seqüência sobre um fundo textual com uma lógica de aforização (ou um destaque aforizante) que implica outro tipo de enunciação totalmente diferente: outra figura do enunciador, do co-enunciador e do estatuto pragmático do enunciado.

Não nos aprofundamos nos estudos acerca dos fenômenos referentes à citação, os quais, conforme explica Maingueneau (1997:85-86), visam descobrir, por exemplo, “o contraste entre diferentes formas de relatar a mesma enunciação, ou ainda o distanciamento muito variável que o discurso, ao citar, introduz com relação ao discurso citado”.

Em nossa pesquisa, consideramos o discurso citado como estratégia das instâncias produtoras das revistas para captar o leitor e, ao mesmo tempo, construir uma imagem de credibilidade diante de seu público-alvo. Dessa maneira, os ditos atribuídos aos políticos funcionariam como um testemunho da verdade.

Reiteramos que, no tratamento dispensado à informação, a mídia muitas vezes publica somente parte do conteúdo de entrevistas ou pronunciamentos, por exemplo. Isso impossibilita a recuperação de algumas sobreasserções no corpo da reportagem. Como os leitores geralmente não têm acesso ao texto-fonte das sobreasserções e, além disso, algumas declarações de políticos são utilizadas por mais de um veículo midiático, dão a impressão de terem sido realmente proferidas por eles.

Portanto, com base nos estudos de Maingueneau (2007), realizamos um sub-recorte dos referidos *corpora*, selecionando sobreasserções específicas, pertencentes ao gênero reportagem impressa. Essa seleção considerou as sobreasserções atribuídas ou acerca dos políticos que estiveram em maior evidência na mídia durante o período de divulgação do caso Mensalão: o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (Lula), José Dirceu (Ministro-Chefe da Casa Civil na época das denúncias) e Roberto Jefferson (Deputado que denunciou o “Mensalão”).

5.4 - O MÉTODO DE ANÁLISE DA IMAGEM

Adotamos como complemento de nosso método de análise, o trabalho de Joly (2004:38), no qual a imagem é definida “como algo que se assemelha a outra coisa”. Para analisar as fotografias que acompanham as sobreasserções, baseamo-nos na abordagem da referida autora, considerando que a imagem é composta de diferentes tipos de signos: lingüísticos, icônicos, plásticos, que juntos concorrem para a construção de uma significação global e implícita relacionada ao saber cultural e sociocultural do espectador.

Assim, para interpretar uma imagem, o espectador deve realizar um trabalho de dissociações e associações que lhe permitirá reexaminar em detalhe as possibilidades de interpretação mais fundamentadas e mais coletivas sem, entretanto, esgotar a totalidade ou a variedade das interpretações individuais. Nossa abordagem da imagem será desenvolvida em função de uma eventual necessidade frente aos enunciados estudados.

6.- DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS *CORPORA*

A fim de descrever as representações dos referidos políticos, selecionamos sobreasserções presentes nas reportagens das revistas *Época*, *Veja*, *IstoÉ*. Optamos por essas revistas em virtude da importância delas para o jornalismo de referência nacional.

Em consonância com a primeira etapa do procedimento I dessa pesquisa, selecionamos cinco edições de cada uma das referidas revistas totalizando quinze reportagens da capa, todas tematizadas pela denúncia de envolvimento de agentes do Governo Luís Inácio Lula da Silva no escândalo denominado “O escândalo do Mensalão”. Essa primeira seleção pode ser visualizada nas três grades seguintes.

GRADE 1: REPORTAGENS DA REVISTA *ÉPOCA*

TÍTULO DA REPORTAGEM	DATA	NÚMERO DE EDIÇÃO DA REVISTA
Os piores dias de Lula	13/06/2005	369
Homem da Mala	20/06/2005	370
A história secreta de uma guerra suja	27/06/2005	371
Entrega garantida	04/07/2005	372
A farsa	25/07/2005	375

GRADE 2: REPORTAGENS DA REVISTA *VEJA*

TÍTULO DA REPORTAGEM	DATA	NÚMERO DE EDIÇÃO DA REVISTA
Quem mais?	15/06/2005	1909
Tem concerto?	22/06/2005	1910
O grande erro	29/06/2005	1911
O elo se fecha	06/07/2005	1912
A chantagem	27/07/2005	1915

GRADE 3: REPORTAGENS DA REVISTA *ISTOÉ*

TÍTULO DA REPORTAGEM	DATA	NÚMERO DE EDIÇÃO DA REVISTA
A esperança encurralada	15/06/2005	1861
Agora é guerra	22/06/2005	1862
A rota do Mensalão	29/06/2005	1863
É hora da faxina	06/07/2005	1864
Desilusão	27/07/2005	1867

Com base nessas reportagens, selecionamos sobreasserções do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Ministro José Dirceu e do Deputado Roberto Jefferson. A seleção desses políticos, inclusive as declarações de outros políticos referentes a eles, se deveu à menção deles pelos jornalistas como sendo políticos envolvidos diretamente no referido episódio. Dessa maneira, efetuamos o recorte metodológico especificado na segunda etapa do procedimento I, conforme visualização nas três grades seguintes.

GRADE 4: *CORPUS 1* (SOBREASSERÇÕES ENCONTRADAS NAS REPORTAGENS DE CINCO EDIÇÕES DA REVISTA *ÉPOCA*)

Títulos das reportagens de <i>Época</i>	Quantidade de páginas contendo matérias jornalísticas	Quantidade de páginas contendo publicidade	Enunciadores e numeração das Sobreasserções encontradas	
OS PIORES DIAS DE LULA	11	2	S1. Luís Inácio Lula da Silva	C1A
			S2. José Dirceu	C2A
			S3. Aldo Rebelo	C3A
			S4. Aécio Neves	-
HOMEM DA MALA	15	2	S5. José Dirceu	-
			S6. José Dirceu	C6A
			S7. Roberto Jefferson	-
			S8. Roberto Jefferson	-
			S9. Roberto Jefferson	-
			S10. Roberto Jefferson	C10A
A HISTÓRIA SECRETA DE UMA GUERRA SUJA	10	3	S11. José Dirceu	-
			S12. Roberto Jefferson	-
ENTREGA GARANTIDA	11	2	S13. Luís Inácio Lula da Silva	C13A
			S14. Roberto Jefferson	C14A
A FARSA	15	2	-	-
TOTAL	62	11	14	7

(S = Sobreasserção; C = Corpo da reportagem).

GRADE 5: *CORPUS 2* (SOBREASSERÇÕES ENCONTRADAS NAS REPORTAGENS DE CINCO EDIÇÕES DA REVISTA *VEJA*)

Títulos das reportagens de <i>Veja</i>	Quantidade de páginas contendo matérias jornalísticas	Quantidade de páginas contendo publicidade	Enunciadores e numeração das Sobreasserções (S) encontradas	
QUEM MAIS?	20	3	S15. Heloísa Helena	C15A
			S16. Delúbio Soares	C16A
TEM CONCERTO?	18	2	-	-
O GRANDE ERRO	26	2	S17. Luís Inácio Lula da Silva	-
			S18. Roberto Jefferson	-
O ELO SE FECHA	31	6	-	-
A CHANTAGEM	31	1	-	-
TOTAL	126	14	4	2

(S = Sobreasserção; C = Corpo da reportagem).

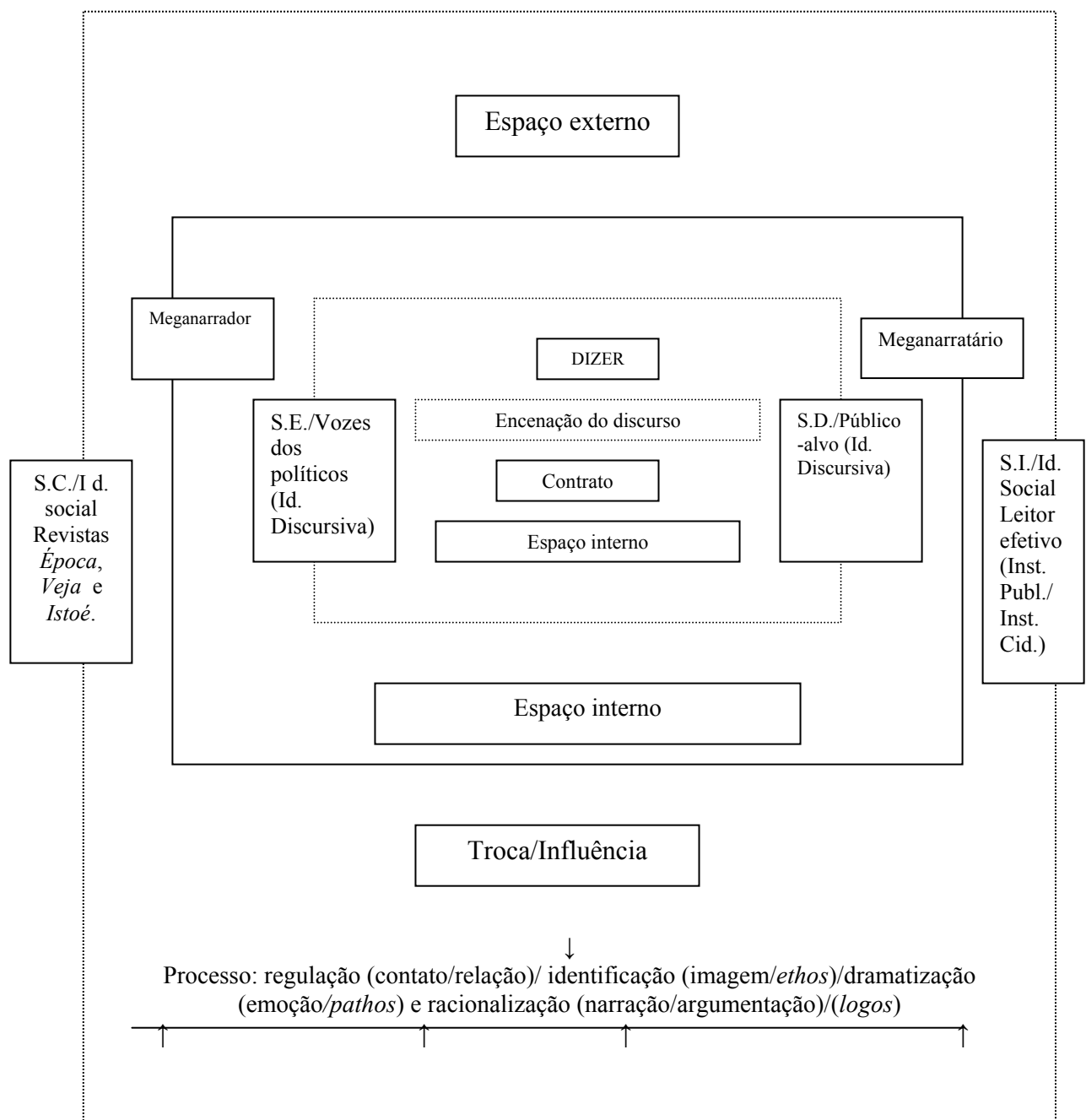
GRADE 6: *CORPUS 3* (SOBREASSERÇÕES ENCONTRADAS NAS REPORTAGENS DE CINCO EDIÇÕES DA REVISTA *ISTOÉ*)

Títulos das reportagens de <i>IstoÉ</i>	Quantidade de páginas contendo matérias jornalísticas	Quantidade de páginas contendo publicidade	Enunciadores e numeração das Sobreasserções encontradas	
A ESPERANÇA ENCURRALADA	16	1	-	
AGORA É GUERRA	24	-	S19 Cristovam Buarque	C19A
A ROTA DO MENSALÃO	17	4	-	
É HORA DA FAXINA	23	8	-	
DESILUSÃO	22	4	-	
TOTAL	102	17	1	1

(S = Sobreasserção; C = Corpo da reportagem).

A seguir, retomamos a figura utilizada por Charaudeau (2007), já apresentada no tópico que trata da dimensão argumentativa do discurso relatado. Faremos uma composição entre elementos dessa figura com os do quadro enunciativo de Charaudeau adaptado por Mendes (2004) para o discurso ficcional, relacionando-os aos nossos *corpora*. Esclarecemos que as modificações ocorreram para atender às especificidades dessa pesquisa.

QUADRO 1: SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E OS SUJEITOS DA LINGUAGEM NO ENTRECruzAMENTO DE DOIS CONTRATOS: INFORMATIVO MIDIÁTICO E POLÍTICO.



No quadro acima, podemos visualizar os seguintes elementos do ato de linguagem relacionados ao nosso objeto de pesquisa: (i) no espaço externo, estão inseridos os sujeitos reais, dotados de intencionalidade e expectativa, S.C. (sujeito comunicante) e S.I. (sujeito interpretante); (ii) no espaço interno, encontramos dois sujeitos resultantes da encenação do dizer: S.E. (sujeito enunciador) e S.D. (sujeito destinatário), além de seres e elementos construídos na e pela linguagem e pertencentes ao mundo discursivo.

Em nossos *corpora*, os sujeitos concernidos no espaço externo constituem as instâncias de produção/informação e de recepção/interpretação das revistas *Época*, *Veja* e *IstoÉ*. Alguns dados relativos às identidades sociais das instâncias de produção ou do sujeito comunicante (S.C.) de cada uma dessas revistas foram obtidos no *site* da wikipédia¹⁴. A *Época* é considerada uma das maiores revistas semanais publicadas no Brasil e tem circulação média estimada em aproximadamente 420 mil exemplares; a *Veja* é uma publicação brasileira semanal criada pela Editora Abril, sendo considerada a revista semanal de maior tiragem e inserção na classe média brasileira. A revista *IstoÉ* caracteriza-se como revista semanal de informações gerais, sendo publicada pela *Editora Três*. É considerada uma das quatro principais revistas do gênero a circularem no país (as outras são a *Veja*, a *Época* e a *Carta Capital*). A revista *IstoÉ* tradicionalmente disputa com a *Época* o posto de segunda revista de informação mais lida do país.

Quanto às identidades sociais das instâncias de recepção ou sujeito interpretante (S.I.) de cada uma dessas revistas, é possível salientar algumas de suas principais características.

A maioria dos leitores da revista *Época*¹⁵ pertence às classes A e B e possui entre 25 e 34 anos de idade. Do total de leitores, 51% são do sexo feminino e 49% do sexo masculino, sendo que 87% são assinantes e 13% correspondem à venda avulsa e a maior vendagem ocorre na região Sudeste do Brasil.

O perfil do leitor de *Veja* é, segundo dados da *Editora Abril*¹⁶, constituído por 53% de mulheres e 47% de homens, a maioria pertencentes às classes A e B, sendo que 62% do total de leitores têm 18 e 49 anos. A *Veja* possui tiragem de 1.227.560 e circulação líquida de 1.107.050 exemplares. Desse total, 919.520 são assinaturas, 187.530 são vendas avulsas e 4.589 representa a quantidade vendida no exterior. No Brasil, seu maior índice de vendas ocorre no Sudeste, registrando 60% de circulação nessa região.

¹⁴ <http://wikipedia.org/wiki/Revista> (acesso em 28/09/2006).

¹⁵ XLVII Estudos Marplan/EGM – Jan. a Set./2005 – 9 Mercados (Ipsos Marplan) – IVC – Novembro/05.

¹⁶ <http://publicidade.abril.com.br/homes.pbp?MARCA=47>

A revista *IstoÉ*, segundo informações da *Editora Três*¹⁷, possui um perfil básico formado por 53% de leitores do sexo feminino e 47% do sexo masculino, estando a maioria entre 20 e 29 anos e pertencente à classe B, sendo que 13% dos leitores têm curso Superior.

Portanto, a ampla circulação em todo o território nacional, a abrangência com relação ao perfil de leitores e as propostas de conteúdo editorial dessas revistas nortearam nossa opção na medida em que nos levam a acreditar que nelas o fato jornalístico alcança grande notoriedade.

Cumprе enfatizar que no caso das declarações de personagens políticos, a instância-público pode ser recortada em instância cidadã. Isto porque esta última sofre a interferência do modo como a instância produtora da informação trata os ditos dos políticos. Ela pode ser induzida a exigir resultados imediatos de determinado governante, a partir de reportagens sobre este, por exemplo.

As instâncias produtoras de informação das revistas projetam, cada uma a seu turno, um meganarrador compósito (fonte da informação, jornalista, redação) que produz, no caso da reportagem jornalística das revistas, uma narrativa de reconstituição dos acontecimentos. Essas reportagens são difundidas a *posteriori* com comentário não simultâneo. O meganarrador, no caso de nosso estudo, é uma projeção das instâncias de produção das revistas e, ao mesmo tempo, o responsável pela projeção das vozes dos personagens políticos.

Dessa maneira, somente seria possível falar de um meganarratário na medida em que uma instância compósita idealizada pudesse ser detectada na reportagem por meio de expressões como “Caros cidadãos”, por exemplo.

As identidades discursivas das instâncias internas ao discurso, ou seja, do sujeito enunciador (S.E.) e do sujeito destinatário (S. D.) são definidas da seguinte maneira: (i) declarações proferidas por políticos projetadas por sua identidade social, cada um deles assumindo um papel distinto: Luís Inácio Lula da Silva (Presidente da República), José Dirceu (Ministro-Chefe da Casa Civil na época do Mensalão) e Roberto Jefferson (Deputado e adversário político); (ii) público-alvo da revista, desdobrado em instância-alvo do político, considerando que, como afirma Charaudeau (2006b: 289), “os políticos sabem que devem jogar com a tendência da mídia de colocar as luzes sobre certos temas e determinadas declarações que ocultarão aquelas que lhes são mais particularmente caras”. Nesse sentido, o destinatário-alvo do discurso político não coincide necessariamente com o público-alvo das

¹⁷ <http://editora3.terra.com.br/publicidade-português/motorshow/perfil-do-leitor-html>

revistas, pois este primeiro deveria ser bem categorizado, definindo os cidadãos favoráveis, os contrários e os indecisos; o segundo consistiria em um público fluido e heterogêneo do ponto de vista de suas opiniões. Dessa maneira, o político pode somente elaborar hipóteses gerais sobre os imaginários de expectativas dessa instância cidadã, recortada em público-leitor da revista.

Portanto, as identidades discursivas desse público serão as projeções das identidades sociais deles. Como exemplo, na seguinte declaração de José Dirceu: “O PT é maior que o governo. Não podemos sacrificar o PT para garantir a reeleição”¹⁸. Por um lado, a instância produtora da revista *Época* colocou em cena um meganarrador que projetou certa expectativa de seu público-alvo para selecionar e sobreasserir essa declaração. Este público pode ou não gostar desse modo de relatar e, por isso, aderir ou não ao discurso da revista. Por outro lado, o enunciador José Dirceu elaborou hipóteses sobre o seu destinatário-alvo ao fazer esta declaração. Ainda que soubesse que sua declaração seria retomada pela revista *Época* e, possivelmente, lida por alguns cidadãos brasileiros, no caso, os leitores de *Época*, ele não poderia prever seguramente os efeitos de seu dito.

A partir dessas observações, buscaremos a identificação de alguns dos processos, apontados por Charaudeau e descritos na adaptação do quadro acima, no jogo de influência entre Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Acresce que a construção das imagens desses enunciadores está submetida, tanto às restrições do dispositivo político, quanto às do midiático, pois a encenação discursiva do primeiro, mesmo possuindo um dispositivo próprio que lhe confere relativa autonomia, não se constrói independentemente da encenação linguageira que, no caso das sobreasserções, se realiza por intermédio do segundo.

Assim, o discurso político, por exemplo, pode ser encontrado em uma situação midiática, como ocorre com as reportagens de nossa pesquisa, em que diferentemente dos comícios e debates (situação política ritualística), as declarações dos políticos são selecionadas e enfatizadas pelas instâncias produtoras das revistas *Época*, *Veja* e *IstoÉ*.

Tendo em vista a importância de se considerar o *ethos* prévio dos políticos na construção das imagens destes pelo discurso, conforme propõe Amossy (2005) em estudos já mencionados nesta pesquisa, transcrevemos alguns dados relativos às biografias ou atuações públicas dos sujeitos enunciadores que constituem as referências de nossa análise pelo fato de que eles são as figuras centrais do Mensalão, de acordo com a divulgação midiática:

¹⁸ Revista *Época*, edição 369, de 13/06/2005, p. 36.

(i) PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Segundo Abreu (*et al.*, 2001), Luís Inácio Lula da Silva, atual Presidente da República Federativa do Brasil em seu segundo mandato, nasceu em Garanhuns (PE), no dia 27 de outubro de 1945. Em 1956, mudou-se com a família para São Paulo, onde, aos 14 anos, ingressou na Fábrica de Parafusos Marte. Nessa época, fez um curso de torneiro mecânico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e passou a trabalhar na Metalúrgica Independência. Em 1967, indicado pelo irmão, frei Chico, passou a compor o quadro efetivo de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, como primeiro-secretário.

A partir de 1975, liderou uma campanha pela recuperação de perdas salariais em plena ditadura militar e chegou a um radicalismo de esquerda que redundou em greves, demissões, intervenções sindicais e prisão de Lula.

Sua liderança ganhou notoriedade, e em 1980, fundou, com outros dirigentes sindicais e participantes de movimentos sociais (inclusive de comunidades eclesiais de base) o Partido dos Trabalhadores (PT), que se tornou um dos maiores partidos brasileiros e o maior entre os da esquerda brasileira.

Concorreu pela legenda em cinco eleições (a partir das primeiras Diretas, em 1989) a Presidente da República, tendo perdido as três primeiras (para Fernando Collor de Melo e as outras duas para Fernando Henrique Cardoso) e vencendo as duas últimas em 2001 e 2005 (superando respectivamente a José Serra e Geraldo Alckimin).

(ii) EX-MINISTRO-CHEFE DA CASA CIVIL JOSÉ DIRCEU

De acordo com Abreu *et al.* (2001), José Dirceu de Oliveira e Silva nasceu em Passa Quatro (M.G.), no dia 16 de março de 1946. Teve, entre outras atuações, participação em movimento estudantil, militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderança da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo (1968), proposição de ações ao Ministério Público e Judiciário, especialmente nos casos de contratos irregulares de publicidade e na privatização da VASP. Foi uma das presenças mais ativas do PT nas mobilizações populares

que exigiam o afastamento de Fernando Collor, acusado de crime de responsabilidade por ligações com o esquema de corrupção liderado por P.C. Farias; propôs a criação de comissões específicas para a investigação de empreiteiras e bancos e apresentou projetos de lei regulamentando a quebra do sigilo bancário para a fiscalização de transações bancárias de alta monta pela Receita Federal.

De acordo com o site da wikipédia¹⁹, José Dirceu exerceu vários mandatos como Deputado federal até 2003, quando, com a ascensão do Partido ao Governo Federal, deixou o posto para assumir a chefia da Casa Civil da Presidência da República. Teve seu mandato de Deputado Federal cassado no dia 1º de dezembro de 2005 sendo, portanto, inelegível até 2015, a pedido da CPI do *Mensalão*.

(iii) DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON

Segundo Abreu *et al.* (2001), Roberto Jefferson Monteiro Francisco nasceu em Petrópolis (R.J.) no dia 14 de junho de 1953. Iniciou sua trajetória política no MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Formado em Direito pela Faculdade Estácio de Sá, conquistou popularidade por sua participação no programa *Aqui Agora* da TV Tupi e, posteriormente, como apresentador do programa *O Povo na T.V.*, da qual foi também consultor jurídico na década de 80.

Em decorrência do sucesso alcançado nesses programas, elegeu-se deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Rio de Janeiro, em novembro de 1982, com expressiva votação de 84 mil votos. Atuou como militante na defesa do então Presidente Fernando Collor de Melo. De acordo com Abreu *et al.* (2001: 2834):

Ainda em 1992, foi um dos principais aliados do Presidente da República, Fernando Collor de Melo, durante o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional criada para investigar as ligações de Collor com o ex-tesoureiro de sua campanha, presidencial [...] Na CPI, Jefferson integrou a chamada “tropa de choque” do Executivo, grupo que atuou na linha de frente da defesa de Collor. Com declarações agressivas e bombásticas, sustentou que o Presidente sofria de perseguição [...] Confirmando sua fidelidade a Collor, na sessão da Câmara de 29 de

¹⁹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Dirceu, acesso em 12/02/08.

setembro de 1992, Jefferson foi um dos 38 parlamentares que se opuseram à abertura do processo de *impeachment*.

Foi por intermédio de Roberto Jefferson que o *Mensalão* ficou conhecido. Em uma entrevista publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* no dia 06 de junho de 2005, o Deputado acusou congressistas aliados de receberem uma mesada para votarem a favor de projetos do Poder Executivo.

Segundo o *site* da wikipédia²⁰, em 14 de setembro de 2005, o mandato de Jefferson foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos e, em 10 de outubro de 2005, teve sua aposentadoria, como Deputado, publicada no Diário Oficial.

Esses dados são relevantes nas análises pelo fato de remeterem aos *ethé* prévios dos enunciadores e, por isso, participarem na construção da imagem que cada um deles tenta construir por meio de seu discurso que, por sua vez, é refletido pelas revistas em questão.

6.1 - ANÁLISE DO *CORPUS* 1: SOBREASSERÇÕES ENCONTRADAS NAS EDIÇÕES DA REVISTA *ÉPOCA*

Com base nas sobreasserções correspondentes ao *corpus* 1, passemos à análise.

SOBREASSERÇÃO 1 (ANEXO 1):

Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.

Essa sobreasserção, em letras brancas entre aspas amarelas, é acompanhada por uma fotografia de Lula trajando terno cinza, camisa branca e gravata listrada de vermelho, cinza e branco, cabelos alinhados. Ela aparece do lado esquerdo do enunciado do Presidente, sobre um fundo também vermelho. A foto mostra o Presidente com o rosto enrubescido, inclinado para a direita numa expressão que parece denotar preocupação.

²⁰ <http://pt.wikipedia.org/wiki>, acesso em 29/11/07.

A expressão de gravidade na face do Presidente é passível de remeter a um *ethos* de seriedade advindo de uma demonstração de capacidade de autocontrole diante da crise desencadeada pelas denúncias do Mensalão, porém a predominância da cor vermelha na fotografia, principalmente o rubor no rosto de Lula, rompe com esse aspecto na medida em que pode ser associada a uma possível perturbação dele em relação aos acontecimentos.

Ao relacionarmos as informações acerca da biografia do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, mencionadas nesta pesquisa no tópico que trata das identidades dos enunciadores políticos, com o uso do termo “história” na sobreasserção, podemos interpretar a utilização da cor vermelha na composição da página como forma de aludir a dados biográficos e históricos da trajetória de Lula, evocando seu *ethos* prévio, cuja imagem já é conhecida pela instância cidadã²¹. A esta que, por sua vez, está recortada em possível público leitor, são fornecidos elementos verbais e visuais que permitem associar a imagem do atual Presidente ao seu passado como sindicalista, fundador do PT e, ao mesmo tempo, provável candidato, na época, a um segundo mandato para Presidente da República.

A interpretação do uso do termo “história”, como meio de evocar uma imagem prévia, pode ser confirmada por outras declarações do Presidente como ocorre, por exemplo, em seu discurso de posse, proferido em primeiro de janeiro de 2003: “Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram”.

Na sobreasserção de Lula, percebemos marcas relacionadas ao domínio do ético. Reiteramos que esse domínio leva em consideração a moral externa e a moral interna no que tange aos comportamentos humanos. O fato de o indivíduo dever agir de uma certa maneira o insere no domínio do dever e da obrigação no qual o argumento é colocado como origem de uma ação. Essa ação, segundo Charaudeau, se realiza em nome de um princípio que é o próprio argumento. É como se o enunciador ao invés de dizer “Ajo assim para me tornar X”, dissesse “Porque sou X é que ajo assim”.

Percebemos um argumento equivalente a esse no enunciado “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”, já que os valores de honestidade, dignidade, honra e responsabilidade nele evocados permitem interpretá-lo como: É porque sou o Lula (possuidor de uma história que está em jogo) que agirei assim (farei algo no segundo mandato); e não: Agirei assim (Farei algo no segundo mandato) para me tornar Lula.

²¹ De acordo com o objeto dessa pesquisa, sempre quando nos referirmos à instância cidadã, estaremos tratando de uma instância recortada em possível público leitor, já que se trata de um contrato de informação midiático.

Na seqüência, o enunciador Lula utiliza a “diferença como argumento de sedução” (Charaudeau, 1992:819). Esse argumento, concernente ao domínio pragmático, associa-se ao anterior, permitindo ao enunciador comparar-se com seu antecessor, Fernando Henrique. Essa distinção, que segundo o enunciador pode ser constatada pelo conhecimento de sua “história”, remete a uma imagem, supostamente partilhada pela instância cidadã, que se solidariza com sua proposição de competência superior no exercício das atribuições inerentes ao cargo de Presidente da República.

A imagem, criada pela citação de Lula, parece equivaler a um *ethos* de virtude. Segundo Charaudeau (2006b:125), o *ethos* de virtude, reiteramos, exige que o político demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal. Esse tipo de imagem é construído através do tempo, pois necessita para sua afirmação do reconhecimento de certa coerência entre pensamento e ação encarnada por determinado político, o qual deve mostrar que age em nome dos valores que estão na base de seu propósito político, que estes não são discutíveis, nem negociáveis, que são sempre eles

Os *ethé* de “sério” e de “virtude” sustentados pelo enunciador (Lula) na sobreasserção 1A não correspondem exatamente à imagem criada por meio do texto onde se recupera essa sobreasserção. No corpo da reportagem, após o dito de Lula, “É a minha história que está em jogo”, a instância jornalística insere o comentário “disse um Lula irritado a um auxiliar”. Intercalada por comentários, a declaração (que deu origem à referida sobreasserção) aparece relacionada a outras declarações do Presidente, as quais ligam a imagem de Lula a um *ethos* de competência, na medida em que podem ser interpretadas como condições requeridas por ele para se candidatar a um segundo mandato.

A imagem advinda do domínio dos julgamentos, nesse caso, de valor afetivo e expressa pelo adjetivo “irritado” pode ser julgada como positiva ou negativa, dependendo dos valores partilhados pelos indivíduos da comunidade na qual se insere.

Dessa maneira, a instância jornalística realiza uma apreciação subjetiva do dito de Lula por meio do uso do termo “irritado”, o qual permite pelo menos duas interpretações: uma, de valor negativo, que sugere algum descontrole emocional do Presidente diante da crise e da possibilidade de não ser reeleito; outra, de valor positivo, que conduz à idéia de que Lula estaria disposto a se defender da suspeita de envolvimento com o Mensalão e manter sua candidatura para a próxima eleição.

O primeiro caso invalida a associação entre um *ethos* de sério e Lula na medida em que, para a construção desta imagem, o político deve demonstrar autocontrole e frieza diante das adversidades. O segundo caso evoca valores pertencentes ao domínio do Pragmático, permitindo ligar sua imagem ao *ethos* de competência, ou seja, de um político com habilidade e experiência para governar.

SOBREASSERÇÃO 2 (ANEXO 1):

Enunciado de José Dirceu: “O PT é maior que o governo. Não podemos sacrificar o PT para garantir a reeleição”.

A fotografia que acompanha a sobreasserção aparece do lado direito superior da página e acima da declaração do então Chefe da Casa Civil. Nela, José Dirceu aparece usando óculos escuros, com o corpo inclinado para a direita, com a boca entreaberta esboçando um

sorriso e parecendo abotoar o terno. A expressão do Ministro parece denotar tranquilidade e confiança.

A instância produtora dessa reportagem destaca uma sobreasserção de José Dirceu e junto dela indica o nome, a função governamental e o local onde teria sido proferida tal declaração. Ao declarar que “O PT é maior que o governo”, o então Chefe da Casa Civil utilizou a comparação. Esta última é, segundo Charaudeau, um dos principais procedimentos discursivos da argumentação utilizados para produzir certos efeitos de persuasão. Para o referido autor (1992: 821):

Les procédés discursifs consistent à utiliser ponctuellement ou systématiquement certaines catégories de langue, ou les procédés d’autres modes d’organisation du discours pour, dans le cadre d’une argumentation, produire certains effets de persuasion).

Os procedimentos discursivos consistem em utilizar pontual ou sistematicamente certas categorias de língua, ou os procedimentos de outros modos de organização do discurso para, no quadro da argumentação, produzir certos efeitos de persuasão. (Tradução nossa).

Assim, a comparação participa ao mesmo tempo de duas categorias da língua, a saber: a quantificação e a qualificação. Ao comparar o PT ao governo, o enunciador evidencia uma extensão expressa pelo termo “maior”, demonstrando dessa maneira o posicionamento em favor de uma superioridade de seu partido com relação ao governo, como se não fosse óbvia a interdependência entre ambos.

Em seguida, José Dirceu utiliza o verbo na primeira pessoa do plural, nós, na passagem: “Não podemos sacrificar o PT para garantir a reeleição”. Desse modo, o enunciador implica os outros políticos do Partido dos Trabalhadores em seu dizer, incitando-os a apoiar o partido.

A importância atribuída por José Dirceu ao seu partido o inscreve em um pragmatismo militante que pode ser entendido como “o governo passa, mas o partido fica”. No domínio pragmático, reiteramos, o argumento é empregado como consequência de uma ação, o que nos possibilita dizer que a declaração de José Dirceu, direcionada aos políticos do PT, tenta persuadi-los a defender o partido, enfatizando a transitoriedade de um mandato no governo.

Essa utilização de um argumento pertencente ao domínio pragmático contribui para ligar a imagem de José Dirceu a um *ethos* de inteligência na medida em que permite ao enunciador demonstrar uma certa habilidade em defender o partido. A demonstração de tal

capacidade é passível de provocar a admiração e o respeito dos indivíduos, fazendo-os aderir ao enunciador.

Vale destacar que fazem parte desse *ethos* as figuras de “um homem culto não pode ser senão um homem de bem” e a figura de astúcia, ou malícia. Tendo em vista que a astúcia denota uma capacidade de simular certas intenções a fim de fazer crer que se têm certos objetivos para melhor atingir seus fins, o enunciador, por meio de seu discurso, tenta fazer crer na sua superioridade com relação ao governo.

Charaudeau (2006b:147) propõe a seguinte distinção entre apreciação positiva e negativa da malícia: a primeira ocorre quando a astúcia testemunha a sutileza e a habilidade do político na resolução de problemas próprios da política; a segunda se dá “quando a astúcia for colocada a serviço da dissimulação ou da simulação moral que permite ao político mergulhar em negócios corruptos ou desviar bens públicos, sempre fabricando uma imagem de virtude, a ponto de fulminar aqueles que agem do mesmo modo”.

Assim, a dissociação entre partido e governo sugerida no enunciado de José Dirceu, e percebida como estratégica na defesa de seu partido, pode ser vista como uma manifestação de astúcia (ou malícia) no sentido positivo do termo.

Acrescentamos que tanto a fotografia quanto a declaração possuem elementos que ligam a imagem de José Dirceu a uma aparente tranquilidade, o que não ocorre no texto onde se recupera a sobreasserção dele, como veremos abaixo.

CORPO DA REPORTAGEM 2 A (ANEXO 1):

Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O Partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição.”

No corpo do texto que recupera a sobreasserção de José Dirceu, a instância jornalística insere um comentário antes da declaração do Ministro: “Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo”. A utilização do termo “exasperado” (muito irritado, enfurecido, encolerizado), referindo-se a José Dirceu pode ser interpretada como uma apreciação negativa da instância jornalística em relação à atitude do

político perante a “tática do Planalto de se distanciar do PT...”. Nesse sentido, o corpo da reportagem 2A vai de encontro à sobreasserção 2.

Por outro lado, a inserção desse termo pertencente à ordem do afetivo é passível de provocar a adesão do cidadão (leitor) ao projeto de fala de José Dirceu que, por sua vez, pode estar irritado com uma possível falta de malícia do governo para combater seus adversários políticos.

A interpretação da malícia como positiva se justifica pelo fato de o político poder forjar falas já prevendo as modificações destas pela mídia. Nas palavras de Charaudeau (2006b:147), “o político deve prever uma utilização deformada de suas próprias declarações e fabricar frases ambíguas que sejam diversamente interpretadas, uma das fontes daquilo que se chama língua de madeira”. Essa expressão, já definida na nota de rodapé número seis desta pesquisa, revela o caráter estereotipado de parte da linguagem política.

Dessa maneira, o comentário introdutório da declaração, juntamente com as alterações e o acréscimo, “disse Dirceu a um amigo”, parecem não apenas coincidir com o *ethos* de inteligência criado pelo próprio político, mas reforçá-lo. O uso da palavra “tática” remete ao jogo político entre Partido/Dirceu e Governo/Planalto. Ferreira (1999) registra os seguintes significados da palavra tática:

Do gr. *taktiké* (*téchne*), i. e., 'arte de manobrar tropas'; 1. Parte da arte da guerra que trata da disposição e da manobra das forças durante o combate ou na iminência dele. 2. Parte da arte da guerra que trata de como travar um combate ou uma batalha. [Cf., nesta acepç., estratégia (2).] 3. Fig. Processo empregado para sair-se bem num empreendimento.

Logo, ao utilizar a palavra “tática” para se referir à decisão do Planalto, a instância jornalística revela sua visão de que a relação entre o governo e José Dirceu é conflituosa. A opção por esse termo pertencente a um campo semântico amplamente encontrado nas declarações de José Dirceu, além de remeter ao domínio Pragmático, denota proximidade entre os pontos de vista do jornalista e de José Dirceu.

SOBREASSERÇÃO 3 (ANEXO 1):

Enunciado de Aldo Rebelo (Ministro da Coordenação Política): “Não há acusação contra o governo. Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares”.

A fotografia à esquerda da página e acima dessa sobreassessão mostra Aldo Rebelo da cintura para cima, com o corpo inclinado para a esquerda, de frente para microfones como se estivesse falando aos jornalistas em uma entrevista, o que pode ser confirmado pela presença de uma mulher ao fundo da foto, que parece segurar um microfone. Esse procedimento confere um efeito de presentificação do Ministro, já que dá a impressão de que a declaração se dá no momento em que a fotografia é tirada.

Ao dizer: “Não há acusação contra o governo. Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares”, o Ministro não nega a existência de uma acusação, mas nega que tenha sido contra o governo. Ele realiza, por meio de seu dito, uma dissociação entre o PT e governo, provavelmente visando inocentar este último. Essa estratégia, utilizada para inocentar Lula, evoca valores pertencentes ao domínio da verdade.

O discurso de justificação parece estar presente na declaração de Aldo Rebelo, na medida em que este nega haver uma acusação contra o governo e acrescenta que “Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares”. Assim, o alvo da acusação é desviado do governo para o partido, de modo que, não havendo acusação contra o governo, não há o que justificar. Trata-se, portanto, de um discurso de justificação por meio de uma negação.

A interpretação dessa sobreassessão como discurso de justificação para inocentar o Presidente, colocando-o como vítima da ação do PT, possibilita sua associação com a construção de um *ethos* de sério, ou seja, de um político que não se envolve em atos escusos.

A sobreassessão 3 é recuperável no corpo da reportagem, porém com algumas modificações, como mostra nossa próxima análise.

CORPO DA REPORTAGEM 3 A (ANEXO 1):

Foi a pedido de Lula que Aldo Rebelo reagiu à entrevista de Jefferson dizendo que “a denúncia refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu nenhuma acusação”.

No corpo da reportagem, há um comentário da instância jornalística antecedendo à declaração de Aldo Rebelo, alterada na sobreassessão, adquirindo um sentido diferente, na medida em que o jornalista evidencia que não se trata de um dito espontâneo do Ministro, mas sim de um pedido de Lula.

Nesse comentário, percebemos alguns elementos do domínio pragmático. Esse domínio, conforme explicado anteriormente, define em termos de útil/inútil o que surge de um cálculo. O termo “reagiu” funciona como uma marca desse domínio, pois remete à necessidade racional do sujeito que realiza uma ação, ou melhor, delega sua realização a outrem capaz de fazê-lo. Esse jogo permite atribuir ao Presidente a imagem de alguém que tem uma certa malícia para propor a seu Ministro reagir contra o adversário.

Desse modo, a imagem de um Lula inocente, construída pela declaração sobreasserida de Aldo Rebelo, não condiz com a imagem de malícia atribuída ao Presidente no comentário jornalístico. O texto jornalístico é revelador da estratégia utilizada pelo Presidente, ou seja, “deixar que sua imagem seja construída por declarações de um terceiro” (Charaudeau, 2006b:159) a fim de se esquivar das denúncias. Essa estratégia permite associar a imagem do Presidente a um *ethos* de chefe-soberano.

SOBREASSERÇÃO 4 (ANEXO 1):

Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece o nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello.”

Na fotografia que acompanha essa sobreasserção, Aécio Neves aparece com o corpo ligeiramente inclinado para a direita, gesticulando com a mão esquerda, com a boca entreaberta e as sobrancelhas arqueadas, numa expressão que parece denotar contrariedade. A posição da fotografia ao lado da declaração de Aécio cria um vínculo entre ambas, como se a declaração que deu origem à sobreasserção fosse proferida no exato momento em que a foto foi tirada. Ao evocar a “história de Lula” como um “modelo de conduta” e dizer que esta “merece o nosso respeito”, o enunciador torna público seu posicionamento em favor do Presidente.

O uso do pronome possessivo “nosso” pode ser interpretado como uma estratégia do enunciador visando inscrever o cidadão/leitor na declaração. Esse “embreante”²² funciona como elemento que marca a operação, que permite ao enunciado se ancorar na situação de

²² Para Maingueneau (2002:108), embreantes, “dêiticos”, elementos dêiticos ou elementos incidenciais são terminologias utilizadas para se referirem aos elementos que marcam a embreagem (conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação) em um enunciado.

enunciação, criando um efeito de sentido no qual a responsabilidade pela declaração passa a ser também do cidadão/leitor. É como se um sujeito coletivo enunciasse: “Lula tem uma história que merece o nosso respeito”.

Dessa maneira, Aécio destaca a importância da “história de Lula” que, de acordo com ele, “merece o nosso respeito” e, na seqüência, distingue-o de Fernando Collor de Melo, ex-presidente da República que, segundo Abreu *et al.* (2001:3332) foi afastado da presidência em 1992 para responder a processo de “acusação de crime de responsabilidade por ligações com o esquema de corrupção liderado por P. C. Farias”.

Portanto, a imagem atribuída ao Presidente se assemelha ao que analisamos na sobreasserção 1A com relação ao dito de Lula sobre si mesmo. Trata-se, aqui, de atribuir a Lula um *ethos* de virtude pelo fato de supor uma imagem de retidão construída, através do tempo, por meio de suas atuações políticas. Além disso, a menção de Aécio ao “respeito” merecido em decorrência de uma “história” de Lula suscita a imagem de seriedade que o coloca acima das suspeitas de envolvimento no caso denunciado por Jefferson, imputando-lhe um *ethos* de sério por meio das figuras da honra e da dignidade.

Os valores evocados nessa sobreasserção se inscrevem em uma “norma de comportamento sobre o que é singular, original” (Charaudeau, 1992:819). A ênfase dada na declaração de Aécio Neves à diferença entre Lula e Collor pode funcionar de dois modos: (i) como argumento de sedução, evocando uma suposta superioridade de Lula com relação a Collor, avaliando o primeiro como um homem de bem, incapaz de praticar atos corruptos, diferentemente do que fizera o segundo; (ii) como argumento de autoridade, pois para se expressar dessa maneira, Aécio conta com a aura de um político de oposição (ele faz parte do PSDB), cuja história familiar remete à tradição de participação na política governamental do país.

Ao afirmar que “Lula tem uma história que merece o nosso respeito”, o enunciador utiliza um pronome possessivo em primeira pessoa do plural promovendo, dessa maneira, uma aproximação entre ele e o destinatário da declaração, evocando o valor de solidariedade em relação a Lula, marcando um valor pertencente ao domínio ético, o qual “visa colocar o indivíduo diante de uma escolha moral (em nome do que é preciso agir)” (Charaudeau: 2006b:102). É preciso agir em nome da história de Lula.

A palavra “merece” acrescenta um valor pragmático à sobreasserção de Aécio Neves, na medida em que esse valor (mérito) remete à organização racional da vida de Lula (domínio pragmático) decorrente de sua conduta histórica (domínio ético), reforçando a honestidade de Lula em contraposição à desonestidade de Collor.

SOBREASSERÇÃO 5 (ANEXO 1):

Enunciado de José Dirceu: “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas”.

Essa sobreasseração, em letras brancas entre aspas de cor cinza e identificação do enunciador em letras amarelas, está localizada nas costas de José Dirceu. Na fotografia, o Ministro aparece trajando terno escuro e de costas, com a cabeça inclinada para a direita, parecendo segurar o que pode ser um envelope contendo documentos.

Percebe-se uma certa ambigüidade na fotografia, pois o Ministro pode estar dando as costas a Lula, ao partido, às denúncias de Roberto Jefferson, aos eleitores, ou ainda estar carregando “simbolicamente” sua declaração nas costas, juntamente com os documentos que servirão para comprovar sua inocência. Nesse sentido, vale lembrar alguns dos sentidos possíveis de expressões compostas pelo termo costas. De acordo com Ferreira (1999), “carregar nas costas” significa “fazer praticamente sozinho o trabalho de todos”; “desejar ver pelas costas” é o mesmo que “desejar a ausência, o desaparecimento de (alguém)”; “mostrar as costas” significa “fugir”; “ter as costas largas” pode significar tanto “estar sob a proteção de alguém” quanto “ser capaz de arrostar responsabilidade, encargos, culpas, etc.”.

A indeterminação da fotografia fica mais evidente pelo fato de haver na mesma página uma foto do Presidente Luís Inácio Lula da Silva com um crucifixo ao fundo e outras duas de Roberto Jefferson às gargalhadas que, associadas à sobreasseração apresentada nas costas do enunciador, permitem as seguintes interpretações: (i) José Dirceu carrega nas costas a declaração, ou seja, fará sozinho o trabalho que deveria ser feito por todos: “defender o patrimônio ético que a sociedade conhece”; (ii) Dirceu deixa o cargo de Ministro e, visto pelas costas, provoca as gargalhadas de Jefferson; (iii) O enunciador “mostra as costas”, foge levando um envelope com um conteúdo desconhecido; (iv) O Ministro pode ter as costas largas e ter sido protegido de Lula, ou ainda ser capaz de encarar a responsabilidade, assumindo a culpa, reforçando a idéia de Lula como vítima do escândalo do Mensalão, e de posse de documentos, ele defenderá “o patrimônio ético do PT” e a si próprio, provando que tem “as mãos limpas” .

Nessa sobreasseração, José Dirceu inicia a declaração pelo pronome pessoal (nós), implícito no verbo “temos”. Charaudeau (2006b:175) afirma que “a enunciação elocutiva

expressa com a ajuda do ‘nós’ contribui freqüentemente para a instalação de um *ethos* de ‘solidariedade’ na convicção, no dever ou na ação”. Ao enunciar “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece”, o “sobreassertor” implica os outros membros do partido, os do governo Lula e o cidadão brasileiro, evocando, pois, um *ethos* de solidariedade. Ele se mostra como político que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas.

Além disso, percebe-se uma reciprocidade entre sua atitude e sua declaração na medida em que o Ministro defende seu partido, unindo-se a ele a partir do momento em que se encontra ameaçado. Vale recuperar, aqui, o nível situacional que possibilita interpretar a declaração de Dirceu como uma manifestação de solidariedade em defesa do partido (PT) ameaçado de condenação e perda do poder e /ou em defesa da sociedade que se identifica com o “patrimônio ético do partido”. A solidariedade, neste caso, passa pelo processo de identificação de um grupo unido por valores éticos.

O sobreassertor José Dirceu parece buscar uma identificação com a instância cidadã, evocando seu *ethos* prévio caracterizado pela apresentação de uma conduta que liga sua imagem à “seriedade”, em decorrência da ausência de divulgações midiáticas que envolvem seu nome em escândalos pessoais. Ao contrário, até o surgimento do escândalo do Mensalão, sua imagem aparecia geralmente relacionada à sua trajetória política, já mencionada nesta pesquisa, no tópico que trata dos dados correspondentes às identidades públicas dos enunciadores.

Vale lembrar que a sociedade cidadã é definida por Charaudeau (2006b: 255) como um subconjunto da sociedade civil. Porém, diferentemente desta, aquela é “caracterizada, ao mesmo tempo, por um engajamento cidadão determinado pelo seu papel de mandante e pela consciência de ter uma função a desempenhar na boa marcha da vida política”. Dessa maneira, a sociedade civil se distingue qualitativamente da sociedade cidadã pelo fato de a primeira constituir um lugar de pura opinião relativo à vida em sociedade e a segunda implicar engajamento do cidadão no que diz respeito às questões sociais.

De acordo com Charaudeau (2006b:272), “o grupo militante constitui um subconjunto da sociedade cidadã: ele partilha com ela a preocupação pela coisa política e se caracteriza por uma especificidade que é seu engajamento na ação”. Quando José Dirceu declara que “irá defender esse patrimônio ético”, é ao grupo militante que se dirige e, ao mesmo tempo, se integra a ele, evocando um passado de militância do P.T. e de si próprio quando, juntos, se opunham ao(s) governo(s). O enunciador constrói um discurso de sujeito engajado na ação “Eu vou defender...”, tentando fazer crer que “irá defender” um patrimônio

ético pertencente ao grupo dos militantes com o qual busca identificar-se. Esse empenho na ação demonstrado pelo enunciador auxilia na construção da figura do herói salvador da Pátria. Esta, por sua vez, parece constituir o ideal de bom governante de acordo com o imaginário dos brasileiros.

Portanto, o enunciador joga com elementos que ligam sua imagem tanto ao *ethos* de sério quanto ao *ethos* de solidariedade. O primeiro permite a José Dirceu responder às condições de credibilidade; o segundo é destinado a tocar o maior número de indivíduos, os quais, como mencionado anteriormente, constituem uma quantidade heterogênea e vaga do ponto de vista dos imaginários, fazendo com que os políticos joguem com valores diversos e às vezes contraditórios.

A esses *ethé* de seriedade e de “solidariedade” são combinados valores pertencentes ao domínio da verdade, pois o enunciador se apresenta como “puro” ao dizer “Tenho as mãos limpas”, do ético na sua solidariedade e do pragmático por seu engajamento na ação a que se propõe na sobreasserção.

SOBREASSERÇÃO 6 (ANEXO 1):

Enunciado de José Dirceu: “Eu me sinto como um soldado que perdeu a batalha, mas tem outras pela frente”.

Essa sobreasserção aparece localizada no centro da página e não contém nenhuma fotografia muito próxima que possa ser percebida numa relação de complementaridade.

Nessa sobreasserção de José Dirceu, o enunciador/sobreassertor tenta construir para si um “*ethos* de caráter”. Considerando que esse tipo de *ethos* pode aparecer por meio de figuras como: a vituperação cujas variantes são a provocação e a polêmica; a força tranqüila, e seu correlato, o autocontrole; a coragem e o orgulho; parece-nos possível identificar, na declaração de José Dirceu, a construção de um *ethos* de caráter por meio da figura de coragem, marcada pelos termos “soldado”, “batalhas pela frente”.

O enunciador tenta novamente ligar sua imagem à figura do herói salvador da Pátria. O engajamento na ação demonstrado em seu discurso, por meio das expressões “batalha”, “perdeu”, “tem outras pela frente”, corresponde a valores do domínio pragmático.

Dessa maneira, o enunciador tenta demonstrar uma imagem de homem que possui força, tenacidade e coragem para continuar lutando, apesar de reconhecer que perdera uma batalha. Esse discurso pode ser recuperado no interdiscurso²³ pois remete ao provérbio “Perdeu a batalha, mas não perdeu a guerra”. Nesse caso, o enunciador parece produzir uma outra figura de enunciador, o qual pertence à *vox populi* brasileira que o auxilia na construção desse *ethos* de caráter.

CORPO DA REPORTAGEM 6 A (ANEXO 1):

“Volto a ser militante do partido”, disse o ex-ministro, em encontro minutos antes da demissão. “Eu me sinto como um soldado que perdeu uma batalha, mas tem outras pela frente”.

No corpo da reportagem em que se recupera a sobreasserção 6, o jornalista cita uma outra fala atribuída a José Dirceu: “Volto a ser militante do partido”, referindo-se a ele como ex-ministro, indicando o local, o tempo, a circunstância e a quem se dirige à fala. Ao inserir esses elementos antes de citar o dito correspondente à sobreasserção, a instância jornalística parece reforçar o *ethos* de caráter evocado por José Dirceu em sua fala, mesmo porque o termo “militante” (que milita; combatente, que atua; participante, que funciona ou está em exercício) evoca a coragem e a força necessárias para “enfrentar a adversidade sem enfraquecer e sem ceder à demagogia” (Charaudeau, 2006b:143), remetendo ao *ethos* prévio do Ministro, à sua imagem pública divulgada pela mídia e, por isso, conhecida pela instância cidadã.

Na reportagem, a declaração do Ministro apresenta uma mudança, ou seja, usou-se o artigo indefinido “uma” para se referir à batalha. Diferentemente do que ocorre na sobreasserção, a instância jornalística, ao utilizar o indefinido “uma” para designar “batalha”, exclui todas as outras “batalhas”, colocando como foco de atenção apenas “o caso Mensalão”, o qual ocasionou a perda do cargo de José Dirceu.

²³ O termo interdiscurso é utilizado neste trabalho no sentido mais amplo, remetendo ao “conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita”.(Charaudeau & Maingueneau, 2004a: 286).

Também nesta reportagem há uma associação do Ministro com a imagem do herói salvador da Pátria e a utilização de termos e expressões que remetem a valores do domínio Pragmático.

SOBREASSERÇÃO 7 (ANEXO 1):

Enunciado de Roberto Jefferson: “Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Sílvio Pereira”.

A sobreasserção 7 é acompanhada por uma fotografia de Sílvio Pereira que aparece dentro de um automóvel dirigido por outra pessoa. Na foto, situada acima da declaração de Roberto Jefferson, Sílvio aparece com a cabeça e os olhos totalmente inclinados para a direita. Essa mesma declaração foi sobreasserida em outra edição da mesma revista, conforme transcrição abaixo:

SOBREASSERÇÃO 12 (ANEXO 1):

Enunciado de Roberto Jefferson: “Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público ainda não investigou o Correio Aéreo Noturno, do seu Silvinho Pereira”.

Acima dessa sobreasserção, aparece uma fotografia de Roberto Jefferson com a boca aberta, os olhos arregalados, apontando o dedo indicador para frente, em uma atitude que denota acusação. Vale lembrar que esta leitura é possível de acordo com a cultura brasileira que interpreta os gestos realizados com o dedo indicador em riste como forma de acusar, denunciar, imputar falta ou incriminar alguém.

As sobreasserções 7 e 12 foram analisadas conjuntamente em decorrência das semelhanças entre elas e pelo fato de serem atribuídas ao mesmo enunciador. A primeira foi destacada na revista, de 20/06/2005, cujo conteúdo é o seguinte: “Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Sílvio Pereira”. A segunda foi destacada de uma edição posterior a essa: “Não compreendi ainda como é que o

cioso Ministério Público ainda não investigou o Correio Aéreo Noturno, do seu Silvinho Pereira”. Na primeira, aparece a seguinte indicação: “Roberto Jefferson, Deputado do PTB”; na segunda, a atribuição é: “Roberto Jefferson, Presidente licenciado do PTB”.

Em ambos os casos, aparentemente, trata-se de uma ironia do acusador. Para Charaudeau (1992), a ironia, assim como toda atividade de transferência de sentido, é destinada a produzir um efeito de discurso. Acerca desta, o autor (2007:249) afirma:

Trata-se de uma categoria humorística difícil de manejar no campo político porque a ironia, tendo sempre um efeito destruidor, pode ser contra-producente, a não ser, especificamente no caso em que seja o indício de uma posição de força, que seja provocadora (permitir-se ocupar a posição do cínico).

Nesse sentido, essa figura faz parte de um discurso populista que surge da reação emocional da massa²⁴ diante de uma crise social. A encenação desse tipo de discurso pode ser realizada por meio de uma dramaturgia que, segundo Charaudeau (2007), consiste em: (i) denunciar uma situação de declínio da qual o povo é vítima, jogando com a tópica da angústia; (ii) designar a fonte do mal sob a figura de um culpado que não deve estar determinado de forma precisa e deve deixar pairar a impressão de que age em surdina; (iii) instaurar-se como salvador, construindo para si uma imagem de potência por meio de um comportamento oratório feito de denúncias, gestos de indignação, lançamento de frases de efeito ou a manutenção da ironia.

Segundo Machado (1995), a ironia pode ser utilizada para fins argumentativos enquanto elemento de comunicação. Nesse sentido, ela estaria ligada ao social, considerando, portanto, a situação psicossocial que envolve os sujeitos “argumentantes” ou, ainda, consistindo somente em um dos meios dos quais dispõe a argumentação para expor as afirmações e teses que deseja sustentar. Para a referida autora, na perspectiva da pragmática lingüística, a ironia remete ao prolongamento de sentido dos enunciados, o qual obedeceria às direções desejadas pelo locutor (que constrói seus enunciados seguindo os princípios da força e o valor argumentativo).

Com base nos estudos desses autores, os quais apontam elementos que possibilitam distinguir um enunciado irônico, identificamos a ironia nas sobreasserções 7 e 12. Com relação à primeira, na qual Roberto Jefferson declara “Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Silvio Pereira”, o uso

²⁴ “A massa é uma agregação de indivíduos em torno de um inconsciente coletivo dizendo que esta agregação tem a pretensão de representar o povo na sua soberania popular”. Charaudeau 2007:248

do advérbio “ainda” após a negativa “não consegui entender” funciona como um modalizador que provoca uma inversão no sentido do enunciado para, logo em seguida, inserir uma reticência antes da informação propriamente dita.

De acordo com Ferreira (1999), a reticência indica “omissão intencional de uma coisa que se devia ou podia dizer”. Para Maingueneau (2002:174-175), o uso de reticências constitui um dos índices que marcam a enunciação irônica. Esta, por sua vez, “apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida”. Aqui, parece que o “dito” é “mostrado” pela maneira de dizer do enunciador, fazendo surgir uma outra voz que ironiza no interior desse ato de linguagem. Assim, na sobreasserção 7, o efeito de ironia é obtido pela maneira como o enunciador Roberto Jefferson “finge” não conseguir compreender o porquê da “não investigação”, instigando a que se investigue prontamente o Correio Aéreo Noturno.

Já na sobreasserção 12, a negativa é mais direta, pois nela foi omitido o verbo “conseguir” que reforça a negativa da sobreasserção anterior. Outra diferença se dá pela substituição de um termo de valor positivo, ou seja, “cioso” (zeloso, cuidadoso), por todo um contexto de valor negativo no qual o termo “cioso” se torna inadequado. Em outras palavras, o enunciador Roberto Jefferson se refere ao Ministério Público como cioso e, em seguida, enuncia uma postura contrária à que se esperaria de uma instituição que possuísse essa característica. A partir do uso da ironia, o enunciador desqualifica o Ministério, sugerindo sua conivência com os envolvidos no Mensalão.

Roberto Jefferson foi o autor das denúncias contra o PT (Partido dos Trabalhadores). A ampla divulgação de imagens televisuais nas quais o Deputado se apresentava como uma figura de personalidade forte é passível de ligar sua imagem à figura da vituperação. Esta, por sua vez, se manifesta na sobreasserção 7 por meio da crítica expressa em um “tom irônico que, apesar de não contar com apoio da linguagem gestual, é construído por meio de estratégias languageiras” (Machado: 1995:144). Na sobreasserção 12, a figura da vituperação é percebida também pelos gestos de acusação presentes na fotografia de Roberto Jefferson.

Assim, por meio da vituperação, o enunciador mostra-se indignado com a “falta de cautela” do Ministério Público por não investigar o Correio Aéreo Noturno do Senhor Sílvio Pereira e, desse modo, faz declarações que têm por fim pressionar o Ministério a investigar os envolvidos, bem como instigar o cidadão a reagir contra os acusados. Essa tentativa de construir para si a imagem de político indignado com a corrupção do governo, ou um *ethos* de caráter, além de um *ethos* de inteligência associado a seu discurso irônico,

demonstra uma finalidade patêmica, pois o tempo todo o enunciador visa tocar a afetividade da instância cidadã.

Finalmente, ambas as sobreasserções possuem um questionamento implícito acerca da atuação do Ministério Público, participam na construção de uma imagem de benevolente do enunciador que visa levar tanto o Ministério quanto o cidadão a uma ação e/ou reação. Isso nos permite vê-las como pertencentes aos domínios Ético e Pragmático, na medida em que se espera de toda pessoa investida do cargo de Presidente a iniciativa de mandar investigar as denúncias envolvendo seus agentes, demonstrando, dessa maneira, a eficácia de uma regra de comportamento (Pragmática). Essa iniciativa que constitui um dever ou modelo de conduta (Ética) é incitada pela declaração de Jefferson.

SOBREASSERÇÃO 8 (ANEXO 1):

Enunciado de Roberto Jefferson: “O Delúbio disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha e faria repasses ao PTB”

Na fotografia que acompanha essa sobreasserção, Delúbio aparece vestido de terno, usando camisa branca, gravata vermelha e um emblema do PT, posicionado de frente para o ouvinte/leitor, com a mão direita suspensa, como se estivesse se preparando para falar ao microfone. O fundo da fotografia contém algumas formas geométricas semelhantes a pontas de estrelas vermelhas.

Nessa sobreasserção, Roberto Jefferson se vale de um “dito atribuído por ele a Delúbio Soares, tesoureiro do PT”. Trein (2005) define unha encravada como “problema legislativo, como a oposição de deputados a projetos do Governo Federal, resolvido ‘a golpes’ de mensalão”.

Para realizarmos uma análise dessa sobreasserção, vale lembrar os estudos de Machado (1995:144-145) sobre a ironia, nos quais a autora afirma:

O ironista (Jec) que se manifesta através da palavra escrita não tem, como quem a pratica oralmente, o apoio da rica linguagem gestual. A situação de um escritor é, pois delicada, porquanto, para passar o “tom” irônico, só conta com a ajuda de estratégias languageiras. Para ter sucesso na sua empreitada, o escritor-ironista deve fazer uma escolha judiciousa dos elementos passíveis de provocar a expressão irônica. Assim, o ironista pode usar uma série de

elementos figurativos (hipérboles, metáforas...) ou palavras que não são “suas” ou que toma “emprestado” de outras vozes, de outros discursos e de outras situações de comunicação. O “empréstimo” é bem favorável à eclosão da ironia: as palavras do “outro”, usadas em novos contextos e por outros locutores, assumem um caráter duplo, “bivocal”, como o diz Bakhtin. Se a intenção for irônica, o “empréstimo” será usado para subverter o significado primeiro das palavras do “outro”. (grifos da autora).

Essa citação remete às várias maneiras de que o sujeito comunicante dispõe para produzir um enunciado irônico por meio da escrita. Reiteramos que o político sabe que suas declarações poderão ser retomadas pela mídia. Porém, mesmo não podendo afirmar que as declarações de Roberto Jefferson são calculadas de modo a produzir um efeito irônico quando retomadas pela mídia, podemos identificar a ironia nessas declarações quando transformadas em sobreasserção.

Assim, retomando a sobreasserção de Roberto Jefferson, percebemos que o enunciator toma emprestado do discurso do adversário Delúbio Soares um dito utilizado por este em outra situação, na qual Delúbio teria utilizado a metáfora “desencravar uma unha”. O enunciator joga com esse empréstimo, invertendo, assim, o sentido anterior do enunciado. Desse modo, faz aparecer uma distância entre sua voz e a voz que ironiza, ou seja, do tesoureiro do PT.

Essa sobreasserção apresenta um dito relatado que reforça o caráter irônico das declarações de Roberto Jefferson, sobreasseridas nas reportagens da revista *Época*. Além disso, citar o dizer de Delúbio “... faria repasses ao PTB” constitui uma estratégia do enunciator para provar a veracidade de sua denúncia. Uma vez mais, podemos perceber uma tentativa de se construir um “*ethos* de caráter” na medida em que o enunciator se coloca como benfeitor do cidadão ao desvendar a verdade sobre os fatos (domínio da verdade) e prová-la.

SOBREASSERÇÃO 9 (ANEXO 1):

Enunciado de Roberto Jefferson: “O dinheiro chega a Brasília em malas. Vem de estatais e empresas privadas. José Janene, do PP, é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega e vem.”

Essa sobreassessão aparece destacada na parte superior da página sobre um fundo escuro onde se vê o braço de um homem, trajando um terno e segurando uma maleta. Há também a indicação de que essa declaração fora retomada de uma entrevista do Deputado Roberto Jefferson à *Folha de São Paulo*.

Por meio de um período composto por orações curtas, o enunciador revela um jeito de falar claro e simples, explicando detalhadamente como ocorre o esquema Mensalão. Essa maneira de falar reforça a tentativa de construir um *ethos* de caráter de Roberto Jefferson ligando sua imagem à figura do testemunho da verdade, ou seja, alguém que conhece a verdade dos fatos e se mostra disposto a revelar ao cidadão tanto os nomes dos envolvidos quanto os detalhes do esquema. Dessa maneira, a honestidade demonstrada por meio de um discurso denunciante e relacionada a um domínio ético auxilia na construção de um *ethos* de caráter pelo enunciador.

SOBREASSERÇÃO 10 (ANEXO 1):

Enunciado de Roberto Jefferson: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”.

A foto que acompanha a sobreassessão é de Roberto Jefferson e está localizada na parte superior da página. Nela, o Deputado, simulando a posição de atirador que parece mirar o alvo ao mesmo tempo em que fala ao microfone.

Nessa sobreassessão, Roberto Jefferson se dirige a José Dirceu: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”. Trata-se de um ato alocutivo produzido pelo enunciador Roberto Jefferson. Por meio desse ato, o enunciador Roberto Jefferson implica o interlocutor José Dirceu (você) em seu ato de enunciação, sugerindo que ele saia do governo a fim de não prejudicar o Presidente Lula.

Além disso, o hipocorístico de José tem na cultura brasileira um sentido pejorativo. Por isso, ao tratá-lo como “Zé”, o enunciador remete sua imagem à de qualquer indivíduo de camada social mais baixa, um “zé-povinho” a quem ele ordena a saída de modo semelhante ao que se faz, geralmente, com os cães sem dono quando invadem as casas: “Saí daí”, “rápido”.

A declaração de Jefferson permite pelo menos duas interpretações: a primeira como uma advertência a José Dirceu para preservar o governo “inocente”; a segunda como enunciado irônico, podendo ser interpretado como uma insinuação da cumplicidade entre o interlocutor implicado nesse ato e o Presidente “inocente” que dependeria da demissão de Dirceu para manter essa imagem. Colocando o destino de Lula na dependência da decisão de José Dirceu, o enunciador contradiz a inocência deste na medida em que, sendo inocente, Lula não poderia estar vinculado ao suposto “culpado”, José Dirceu.

A utilização do termo “inocente” para se referir a Lula remete a valores pertencentes aos domínios do ético e da verdade, funcionando como apreciação negativa do enunciador com relação a José Dirceu, mas positiva com relação ao governo Lula.

Considerando a primeira interpretação, o valor evocado é o da justiça, ou seja, deve ser dado a cada ser humano aquilo que lhe é de direito. Logo, para o enunciador, Lula não pode ser prejudicado por Dirceu. Como vítima inocente, pode-se atribuir a Lula um *ethos* de virtude.

De acordo com a segunda leitura possível, a verdade sobre os fatos pode ser revelada caso José Dirceu permaneça no cargo de ministro. Ao utilizar declarações que têm por fim fazer Dirceu reagir, Roberto Jefferson constrói para si um *ethos* de caráter, de homem que tem coragem para “acertar” o adversário.

CORPO DA REPORTAGEM 10 A (ANEXO 1):

Base arrasada pelas cinco horas do depoimento em que Jefferson acusou Deputados do PP e do PL de receber mesadas – mensalão, nas palavras dele — patrocinadas pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. “Sai daí, Zé, rápido, se não vai fazer réu um homem bom”, disse Jefferson dirigindo-se a Dirceu em tom de ironia.

No corpo da reportagem em que se recupera a sobreasserção 10, a instância jornalística insere após a declaração o seguinte comentário “... disse Jefferson, dirigindo-se a Dirceu em tom de ironia”. Esse comentário ratifica o caráter irônico do dizer de Jefferson. Além disso, o uso do adjetivo “arrasada” para qualificar a “base política” e a indicação do tempo “cinco horas” deixam entrever a eficácia de um discurso de denúncia que serviu para

“destruir” os adversários. O *ethos* de caráter é, então, construído por meio das figuras da coragem e da firmeza atribuídas a Jefferson.

A utilização do termo “bom” (domínio ético) presente no comentário da instância jornalística substitui o termo “inocente” (domínio da verdade) presente na sobreasserção, facilitando a percepção da ironia nesta última.

SOBREASSERÇÃO 11 (ANEXO 1):

Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.

Essa sobreasserção aparece em letras pretas e é acompanhada por uma foto de José Dirceu à sua esquerda. Nela, o Ministro aparece em presença de vários políticos, segurando uma bandeira do PT. A expressão fisionômica de José Dirceu demonstrada na foto parece denotar satisfação.

Na declaração acima, José Dirceu oferece à instância cidadã uma qualificação positiva de si mesmo. Essa qualificação se relaciona à virtude, no sentido que lhe é dado por Comte-Sponville (2003:633):

o esforço para se portar bem, que define o bem por esse esforço mesmo. Não é a aplicação de uma regra que preexistiria, menos ainda o respeito de um interdito transcendente: é a realização, ao mesmo tempo normatizada e normativa, de um indivíduo que se torna sua própria regra, vedando-se o que considera indigno do que ele é ou quer ser.

Nesse caso, a regra consistiria na honestidade do enunciador ao demonstrar, por meio de seu discurso, uma imagem de homem honesto que “não tem nada a esconder”, possuidor de certa dignidade na medida em que se propõe a ir “ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.

A evocação de valores éticos é marcada no enunciado de José Dirceu na medida em que remetem à honestidade necessária à construção de um *ethos* de virtude. No caso do político, a honestidade pessoal pode ser também referenciada nos adversários, como ocorre na declaração de José Dirceu ao reconhecer a validade do julgamento do outro, se dispondo a “prestar os esclarecimentos necessários ao Conselho de Ética e à corregedoria”.

Ao dizer “Não tenho nada a esconder” e que irá prestar os “esclarecimentos necessários”, o enunciador mostra a diretividade necessária à construção de uma imagem de transparência e utiliza termos que remetem ao domínio da verdade, na medida em que essas ações corresponderiam às expectativas da instância cidadã que tem como “modelo de boa conduta” o político possuidor de uma atitude de respeito para com o cidadão.

Essa construção da imagem de honestidade por meio do discurso é reforçada pelo *ethos* prévio de Dirceu, fundamentada em sua trajetória marcada por certo engajamento político e uma vida pública e privada sem envolvimento em escândalos.

Portanto, o *ethos* de virtude construído pelo discurso de Dirceu fundamenta-se em valores concernentes aos domínios da verdade e ético como ocorre em “Volto para ir ao Conselho de Ética” e no seu *ethos* prévio, construído através do tempo, ao menos antes de seu suposto envolvimento no caso Mensalão.

SOBREASSERÇÃO 13 (ANEXO 1):

Enunciado de Lula: “Quem ficar (no ministério) terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”.

Abaixo dessa sobreasserção, há uma fotografia do Presidente de perfil. Nela, Lula está sentado, com o corpo inclinado para a esquerda e com o dedo indicador e o polegar da mão direita próximos à orelha, apoiando o rosto que também está inclinado para o lado esquerdo, num gesto que parece denotar preocupação.

A declaração contida na sobreasserção 13 insere-se no domínio pragmático, que se traduz pela expressão “terá de se comprometer comigo”, a qual explicita a condição para permanência dos ministros nos respectivos cargos. Ao exigir o comprometimento por parte dos ministros, o enunciador parece “encarnar-se” nos valores de compromisso e de responsabilidade evocados, deixando transparecer uma “imagem de homem que domina a cena política” (Charaudeau, 2006b:157) como podemos atestar pelo uso do verbo “ter” no imperativo, reforçando a idéia de ruptura com os parlamentares envolvidos no Mensalão.

Essa declaração permite ligar a imagem de Lula ao *ethos* de chefe soberano, pois mostra seu posicionamento como fiador de valores com os quais se confunde e exige dos ministros: “terá que se comprometer comigo”.

CORPO DA REPORTAGEM 13 A (ANEXO 1):

Para fazer as mudanças, usou como argumento a idéia de afastar imediatamente todos os ministros e mesmo diretores de empresas estatais que sejam candidatos nas eleições de 2006. “Quem ficar terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”, disse.

Nesse texto, a instância jornalística insere um comentário que reforça tanto os valores de domínio ético quanto o *ethos* de chefe soberano erigido pelo enunciado de Luís Inácio Lula da Silva na sobreasserção 13.

Esse comentário, interpretando o enunciado como um argumento de Lula para fazer as mudanças, associa a imagem do Presidente a certo pragmatismo traduzido pela expressão “mudanças a serem feitas” e a um *ethos* de chefe-soberano, já que o termo “mudanças” remete a avanço, e a expressão “usou como argumento a idéia” relaciona-se à estratégia de se mostrar como ser superior aos demais e ao conflito provocado pelas denúncias do Mensalão.

SOBREASSERÇÃO 14 (ANEXO 1):

Enunciado de Roberto Jefferson: “Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora”

À esquerda dessa sobreasserção, aparecem três fotografias de Roberto Jefferson: na primeira, o Deputado, com o olho esquerdo machucado, aponta o dedo indicador para frente; na segunda, uma mulher de roupa branca, utilizando um crachá faz um curativo no olho do Deputado; na terceira, o Deputado, já com o curativo no olho, está com as mãos sobre a face.

No enunciado acima, de Roberto Jefferson, o pronome “eu” revela a presença de “si mesmo”, um sujeito externo, recuperável na situação de comunicação e que assume a responsabilidade pelas denúncias. Este, por sua vez, se desdobra em outro “eu”, homem que testemunhou e por isso se mostra apto a legitimar como verdadeiro, ou seja, “assinar embaixo” de tudo o que dissera até o momento daquela declaração.

Por meio da utilização do dêitico “agora”, o enunciador faz referência à totalidade das “suas declarações feitas anteriormente”; mais precisamente às denúncias de envolvimento de agentes do governo no “Mensalão”. Esse procedimento permite ao enunciador se colocar ao mesmo tempo como autor e testemunha das denúncias e criar um efeito de verdade em seu discurso, na medida em que não apenas diz o que deve ser dito, mas também se responsabiliza pelo seu dizer.

O emprego dos dêiticos de tempo e de pessoa na sobreasserção analisada pode também funcionar como estratégia do enunciador para mostrar-se honesto e digno de confiança, construindo, desse modo, um *ethos* de virtude. Ele se engaja como testemunha e participante dos fatos relatados, projetando a imagem de um “eu” passado que assume as conseqüências morais ou, até mesmo, jurídicas que podem decorrer de seu dito. Nesse sentido, pode-se interpretar o uso de ironias nas declarações anteriores de Roberto Jefferson como contribuição para se construir uma imagem positiva deste, servindo para criar a empatia com a instância-cidadã pela estilização das denúncias.

Dessa maneira, mesmo não se tratando de um debate com uma visada argumentativa explícita, percebe-se a dimensão argumentativa na enunciação de Roberto Jefferson pela referência deste às acusações anteriores: “tudo que disse até agora”; pelo modo como tenta validar a autenticidade delas: “eu assino embaixo”; pela apresentação de si como testemunha confiável dos fatos relatados. Enquanto a instauração da polêmica entre a veracidade e a falsidade das denúncias inscreve essa sobreasserção no domínio do pragmático, os valores de honestidade e dignidade presentes nele o inserem no domínio ético.

Além disso, o fato de as fotografias que acompanham essa sobreasserção mostrarem o Deputado machucado, com expressões fisionômicas e gestos que denotam nervosismo é passível de criar um efeito de dramaticidade que visa à adesão do público a seu projeto de fala.

CORPO DA REPORTAGEM 14A (ANEXO 1):

Acusador Teatral, Jefferson reafirmou denúncia contra diretores de Furnas à CPI.

A sobreasserção 14, apesar de não constar no corpo da reportagem, aparece em uma legenda, na qual a instância jornalística comenta a declaração de Roberto Jefferson. Esse

comentário parece mostrar qual é o juízo de valor da instância jornalística com relação ao enunciador Jefferson, na medida em que o qualifica como “teatral”.

Esse adjetivo, segundo Ferreira (1999), pode significar: (i) aquilo que é relativo ou próprio da arte teatral; (ii) aquele que “busca produzir efeito no espectador; (iii) fig. ostentoso, espetaculoso. Assim, a imagem de “acusador teatral”, atribuída ao enunciador pela instância jornalística, permite interpretar a estratégia utilizada por Jefferson como uma encenação deste para chamar a atenção para a denúncia contra diretores de Furnas e para produzir um efeito de espetáculo em seu público.

O comentário jornalístico estaria, então, revelando a visão da revista acerca do Deputado e a estratégia de dramatização utilizada por ele na tentativa de persuadir seu público da veracidade de seu dito. Nessa perspectiva, são utilizados valores dos domínios da verdade e do ético que auxiliam na construção de um *ethos* de inteligência atribuído a Jefferson. Esse *ethos* pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele. No caso em questão, o adjetivo “teatral” liga a imagem do enunciador à figura da inteligência demonstrada pela cultura e capacidade de exercer a arte de representar.

6.2 - ANÁLISE DO *CORPUS* 2: SOBREASSERÇÕES ENCONTRADAS NAS EDIÇÕES DA REVISTA *VEJA*

SOBREASSERÇÃO 15 (ANEXO 1):

Enunciado de Heloísa Helena: LULA SABIA? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, acha que sim. “No PT, não tem atuação individual”.

A fotografia que acompanha a sobreasserção 15 é grande, ocupando quase a metade da página. Nela, Heloísa Helena aparece com o corpo virado para a direita e o rosto inclinado, como se estivesse olhando para alguém ao seu lado. A senadora parece segurar um

lápiz ou caneta e sua expressão fisionômica manifesta gravidade, sugerindo um ar de seriedade.

A declaração de Heloísa Helena, “No PT, não tem atuação individual”, aparece em resposta à pergunta “Lula sabia?”. Trata-se de um questionamento de valor argumentativo na medida em que reforça o posicionamento da instância jornalística, pois utiliza uma declaração da senadora Heloísa Helena (com trajetória histórica dentro do Partido) para justificar a hipótese de que Lula sabia da existência do Mensalão.

Uma relação de causalidade pode ser percebida entre o dito do jornalista e a declaração de Heloísa Helena, na qual a primeira funcionaria como uma hipótese “Lula sabia” e a segunda como uma confirmação da primeira “No PT, não tem atuação individual”, sendo possível concluir: Lula sabia porque atua (coletivamente/solidariamente) (com o PT).

A utilização do termo “sabia” e a afirmativa da senadora remetem aos valores de verdadeiro e falso do domínio da Verdade e à ação “coletiva” referente ao domínio Pragmático. Eles auxiliam na estratégia para associar Lula a uma imagem que serve para infirmar seu *ethos* prévio baseado na imagem de inocência.

CORPO DA REPORTAGEM 15 A (ANEXO 1):

A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina. “Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do Presidente Lula”, afirma a senadora. “Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual”.

No corpo da reportagem 15A, a instância jornalística parece assumir um posicionamento semelhante ao da sobreasserção da senadora, ou seja, a construção da imagem de Lula como conhecedor do Mensalão, recusando-se, desse modo, a acatar a imagem de inocência ou ignorância do Presidente com relação ao Mensalão.

O termo “autorização” remete à posição institucional do Presidente como detentor de certo poder para permitir ou impedir a ação dos outros políticos. O uso do vocábulo

“leniência” (brandura, suavidade, doçura, mansidão) pode ser interpretado como uma apreciação negativa da ação do Presidente, ligando sua imagem à falta de autoridade.

Essa imagem atribuída ao Presidente remete a valores do domínio Pragmático, ou seja, a falta de energia para a ação e, no contexto de denúncia de políticos por suspeita de envolvimento em corrupção, vai de encontro às figuras representativas de um *ethos* de caráter: força, coragem e firmeza.

SOBREASSERÇÃO 16 (ANEXO 1):

Enunciado de Delúbio Soares: “Nós não aceitamos chantagem. Não me prejudquem pela versão de uma chantagem”.

A fotografia de Delúbio, a qual acompanha a sobreasseração 16, é colocada no início da página, ocupando todo o lado esquerdo desta. Nela, aparece somente o rosto do tesoureiro do PT de frente para um microfone, com os olhos voltados para o lado direito e com uma expressão fisionômica que denota aborrecimento.

No enunciado atribuído a Delúbio Soares, “Nós não aceitamos chantagem. Não me prejudquem pela versão de uma chantagem”, o uso do “nós” iniciando a declaração marca o pertencimento de Delúbio a um grupo que está sendo “chantageado” pelo autor das denúncias acerca do Mensalão. O grupo ao qual o tesoureiro se refere é, provavelmente, a equipe do governo que foi denunciada por Roberto Jefferson.

Assim, ao marcar seu pertencimento ao grupo governamental que está sendo “chantageado”, mesmo sem citar o nome do Deputado na declaração, o enunciador atribui a Roberto Jefferson a imagem de chantagista. Essa estratégia de avaliar negativamente o adversário político do governo contribui para desqualificar o dito (as denúncias) de Jefferson que, nas palavras de Delúbio, é a “versão de uma chantagem”.

Segundo Ferreira (1999), entre outros significados para a palavra “versão”, constam “boato, balela, rumores”. O uso desses termos do domínio da Verdade para desqualificar o dito de Jefferson pode produzir um efeito contrário à construção da imagem de benfeitor do povo e de seu *ethos* de caráter, sendo que a desqualificação da enunciação de Jefferson como “versão de uma chantagem” isentaria o PT e Delúbio da responsabilidade de produzir um discurso de justificação para provar sua inocência.

CORPO DA REPORTAGEM 16A (ANEXO 1):

O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, na entrevista coletiva que concedeu, afirmou que as declarações de Jefferson não passam de Chantagem, (palavra que, segundo o Dicionário Aurélio, significa ‘ato de extorquir dinheiro, favores ou vantagens a alguém sob ameaça de revelações escandalosas, ou secretas’).

No corpo de texto em que se recupera a sobreasserção 16, a instância jornalística comenta a declaração de Delúbio que aponta Jefferson como chantagista. Porém, ao recorrer ao Dicionário Aurélio para descrever o significado do termo chantagem, o jornalista insere elementos que, de um lado qualificam negativamente a ação de Jefferson; por outro lado, enfatizam a autoria de “revelações escandalosas ou secretas” acerca dos políticos envolvidos no Mensalão, destacando Jefferson como alguém que poderá beneficiar o cidadão com “revelações escandalosas ou secretas” concernentes à equipe do governo. Como benfeitor, a imagem do Deputado se liga ao *ethos* de caráter, evocando figuras dos domínios da Verdade (por meio de termos como “revelações”, “secretas”) e Ético (responsabilidade pelas denúncias).

SOBREASSERÇÃO 17 (ANEXO 1):

Enunciado de Lula: “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo”.

Essa sobreasserção aparece do lado esquerdo de uma fotografia que ocupa parte desta página e toda a parte superior da página seguinte. Nela, há trinta e nove televisores ligados no mesmo canal de uma emissora que mostra a imagem do Presidente com as mãos suspensas, parecendo dar explicações aos telespectadores. Na legenda, situada nos limites de enquadramento da foto, abaixo de um homem que olha para os televisores, está escrito: “Qual deles é o Presidente? Lula: no discurso, combate à corrupção. Na prática, aliança com corruptos”.

Ao declarar “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo”, o enunciador parece lançar uma hipótese que se inscreve numa relação geral de causalidade estabelecendo que a asserção (A²) dependa da asserção (A¹) para existir. Essa relação pode ser identificada no enunciado de Lula, no qual A² (é o meu governo) depende de A¹ (a existência de um governo implacável no combate à corrupção).

Dessa maneira, o enunciador parece pressupor a existência de um governo implacável no combate à corrupção para, em seguida, se colocar como representante deste. A presença desse “se” parece constituir uma maneira de o enunciador rejeitar a denúncia feita por Roberto Jefferson, tornar nula qualquer insinuação de seu conhecimento acerca do envolvimento dos agentes governamentais no escândalo do Mensalão. Desse modo, o enunciador produz um discurso de justificação, baseado em valores dos domínios Ético e Pragmático susceptíveis de criar em seu favor *ethé* de caráter e de virtude.

O uso do termo “implacável” e do tempo verbal composto “tem sido” sugerem a continuidade da ação e reforçam a associação com a figura da firmeza por meio da qual o Presidente demonstra energia e determinação inabalável para agir contra a corrupção.

Essa sobreasserção, apesar de não recuperável no corpo da reportagem, apresenta uma indicação do jornalista como tendo se originado de um pronunciamento do Presidente à nação.

SOBREASSERÇÃO 18 (ANEXO 1):

Enunciado de Roberto Jefferson: “A corrupção hoje é maior do que na era Collor, porque está concentrada nas mãos do PT”.

A fotografia que acompanha essa sobreasserção está localizada na parte superior da página e acima da declaração do Deputado. Nela, Roberto Jefferson está com o rosto inclinado para a direita, com os olhos arregalados, as sobrancelhas erguidas e a boca aberta.

Nessa declaração, o enunciador utiliza o termo “maior”, pertencente ao domínio do Pragmático, estabelecendo uma comparação entre os níveis de corrupção nos governos Lula e Collor. A comparação, reiteramos, participa ao mesmo tempo da quantificação e da qualificação. Na sobreasserção de Roberto Jefferson, esse procedimento foi utilizado com o

auxílio do termo “maior”, acompanhado por uma apreciação negativa do sujeito falante relativa à intensidade da corrupção no governo Lula.

Essa estratégia possibilita a Roberto Jefferson ligar a imagem de Lula à corrupção sem mencioná-lo diretamente, na medida em que ele compara a “corrupção concentrada nas mãos do PT” à “corrupção na era Collor”. Esta, comparada àquela, desvia a atenção do interlocutor/leitor para uma possível correspondência: “Era Collor”, corrupção; “Era Lula”, maior corrupção. Logo, o foco deixaria de ser o PT para se concentrar sobre Lula.

Cabe ressaltar, a distinção proposta por Charaudeau (1992) entre comparação objetiva, ou aquela que se faz com um comparativo que é verificável e subjetiva, a qual procede por uma analogia mais ou menos imaginada, destinada a despertar no espírito do interlocutor uma evidência tanto mais forte quanto a imagem for agradável. No caso da declaração de Jefferson, o comparativo “maior” força uma intensificação da corrupção no governo Lula com relação a Collor sem ser necessariamente verificável, apontando como indício dessa intensificação a concentração da corrupção nas mãos do PT.

Essa comparação traz implícita a confirmação de corrupção no governo Collor, fato negado várias vezes por Roberto Jefferson e que remete a sua imagem prévia de aliado do governo Collor, confirmada pelos dados já mencionados nesta pesquisa, no tópico que trata das identidades públicas dos enunciadores políticos.

Assim, alguns elementos ligados ao *ethos* prévio de Roberto Jefferson desqualificam seu dito, pois sua declaração deixa entrever algo antes negado publicamente por ele: a existência de corrupção no Governo Collor. Dessa maneira, ao criticar a dimensão da corrupção no PT, o enunciador se vale da figura de indignação para criar um *ethos* de caráter. Porém, este parece destoar da imagem preexistente de Roberto Jefferson.

Essa sobreasserção embora não seja recuperável no corpo da reportagem possui uma indicação de sua fonte: uma entrevista.

6.3 - ANÁLISE DO *CORPUS* 3: SOBREASSERÇÕES ENCONTRADAS NAS EDIÇÕES DA REVISTA *ISTOÉ*

SOBREASSERÇÃO 19 (ANEXO 1):

Enunciado de Cristovam Buarque: “A crise é mais grave do que a do governo Collor”.

Ao fundo dessa sobreasserção aparece uma foto do senador Cristovam Buarque. Nela, tem-se a impressão de que o senador está olhando para o leitor. Ele segura os óculos e sua boca um pouco comprimida como se esboçasse uma explicação. A foto parece complementar o título da entrevista “Tenho que me explicar o tempo todo”, o qual também constitui uma sobreasserção atribuída ao senador e foi destacada da segunda resposta da entrevista.

A sobreasserção aparece em letras pretas, vermelhas e brancas, destacada por aspas em tamanho grande e de cor bege, sendo que as letras pretas contrastam com o fundo branco, as brancas com o fundo preto do terno do senador; as palavras “crise” e “Collor” aparecem em vermelho.

O enunciador, ao declarar que “A crise é mais grave do que a do governo Collor”, estabelece uma comparação entre o governo Collor e o governo Lula, depreciando este último e ligando sua imagem à corrupção. Cristovam Buarque, mesmo sem citar o nome do Presidente, utiliza a expressão genérica “o governo”, relacionando-o a Collor, governo conhecido pelo leitor/cidadão como corrupto.

Essa associação que evoca valores do domínio Pragmático e Ético (“mais grave” pode significar “mais intensa” ou “mais séria”) é suscetível de infirmar o *ethos* prévio de virtude, construído pelo Presidente por meio de declarações que ligam sua imagem à inocência e a honestidade.

CORPO DA ENTREVISTA 19A (ANEXO 1):

ISTOÉ: — Qual é a dimensão desta crise?

Cristovam: — É mais grave do que a do governo Collor, que atingiu o Presidente e o tesoureiro. A atual crise atinge o PT, os parlamentares, o governo.

Na entrevista, a declaração surge como resposta à primeira pergunta entre dez feitas pela revista *IstoÉ*: “Qual a dimensão desta crise?”. A escolha dessa resposta para o destaque pode ser interpretada como posicionamento desfavorável da instância de produção da revista em relação ao governo Lula, pois destaca uma declaração do senador que remete a uma analogia do governo com um Presidente que tivera um passado marcado por envolvimento em escândalo de corrupção.

A resposta de Cristovam Buarque foi resumida na sobreasserção e também se vale de valores dos domínios Pragmático e Ético na medida em que qualifica a crise como intensa e séria.

Essa estratégia, de citar separadamente PT, parlamentares e governo, pode ser interpretada como uma maneira de sugerir o envolvimento do governo no Mensalão, idéia oposta à de inocência ou ignorância presente em algumas sobreasserções atribuídas ao Presidente na construção de um *ethos* de virtude.

A decisão de resumir essa declaração de Cristovam Buarque na sobreasserção, conforme visto na análise anterior, denota uma certa ambigüidade por parte da revista que retira da declaração a parte em que o enunciador cita o Presidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nesta parte, após o detalhamento do método de pesquisa, verificamos, nas sobreasserções selecionadas, os *ethé* atribuídos ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao Ministro José Dirceu e ao Deputado Roberto Jefferson e os domínios de avaliação utilizados na construção dessas imagens. Ao construir essas representações dos políticos, as instâncias produtoras das reportagens das revistas analisadas nos fornecem, respectivamente, pistas de seu próprio *ethos*. Na próxima parte, apresentamos os resultados das análises, começando pelas imagens formadas das revistas e, em seguida, focalizando os *ethé* dos políticos.

PARTE III
RESULTADOS DA PESQUISA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Nesta parte, pretendemos demonstrar os resultados desta pesquisa. A fim de realizar esse intento, dedicaremos o Capítulo 7 à descrição das imagens construídas pelas revistas. No Capítulo 8, apontaremos algumas conclusões sobre as análises. Por fim, faremos uma conclusão, relacionando as partes deste estudo.

7. - AS IMAGENS DAS REVISTAS

Na primeira etapa de nossa pesquisa, deparamo-nos com uma significativa diferença entre as quantidades de ocorrências de sobreasserções nas revistas, sendo que a revista *Época* apresenta a maior e a revista *IstoÉ* a menor quantidade de sobreasserções de um modo geral.

Mais especificamente, computamos na revista *Época* doze enunciados atribuídos aos políticos e dois de políticos se referindo a Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu e Roberto Jefferson, totalizando quatorze sobreasserções, sendo que deste total somente sete foram recuperadas no corpo das reportagens.

A situação é muito diferente na revista *Veja*, onde encontramos somente quatro sobreasserções, sendo uma atribuída a Luís Inácio Lula da Silva, uma a José Dirceu e Roberto Jefferson e duas acerca destes enunciadores. Apenas estas últimas são recuperadas no corpo das reportagens.

A diferença é mais marcante na revista *IstoÉ*, onde identificamos apenas uma sobreasserção de político. Esta, por sua vez, refere-se de modo indireto ao governo e é recuperada no corpo de uma entrevista.

Para melhor percepção dessas diferenças, vejamos o somatório de sobreasserções em cada revista analisada, representado nas seguintes tabelas:

TABELA 1

Somatório das sobreasserções (S) nas reportagens de capa das cinco edições da revista *Época*

Título da reportagem, número da edição e data.	(S) atribuídas a Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.	(S) de políticos acerca de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.	Corpo de reportagens que recuperam as (S)	Total de (S)
Os piores dias de Lula, n°. 369, 13/06/2005.	2	2	3	4
Homem da Mala, n°. 370, 20/06/2005.	6	0	2	6
A história secreta de uma guerra suja, n°. 371, 27/06/2005.	2	0	0	2
Entrega garantida, n°. 372, 04/07/2005.	2	0	2	2
A farsa, n°. 375, 25/07/2005.	0	0	0	0
Total de sobreasserções de <i>Época</i>	12	2	7	14

TABELA 2

Somatório das sobreasserções (S) nas reportagens de capa das cinco edições da revista *Veja*

Título da reportagem, número da edição e data.	(S) atribuídas a Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson	(S) de políticos acerca de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson	Corpo de reportagens que recuperam as (S)	Total de (S)
Quem mais?, 1909, 15/06/2005.	0	2	2	2
Tem concerto?, 1910, 22/06/2005.	0	0	0	0
O grande erro , 1911, 29/06/2005.	2	0	0	2
O elo se fecha, 1912, 06/07/2005.	0	0	0	0
A chantagem, 1915, 27/07/2005.	0	0	0	0
Total de sobreasserções de <i>Veja</i>	2	2	2	4

TABELA 3

Somatório das sobreasserções (S) nas reportagens de capa das cinco edições da revista *IstoÉ*

Título da reportagem, número da edição e data.	(S) atribuídas a Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson	(S) de políticos acerca de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson	Corpo de reportagens que recuperam as (S)	Total de (S)
A esperança encurralada, 1861, 15/06/2005.	0	0	0	0
Agora é guerra, 1862, 22/06/2005.	0	1	1	1
A rota do Mensalão, 1863, 29/06/2005.	0	0	0	0
É hora da faxina, 1864, 06/07/2005.	0	0	0	0
Desilusão, 1867, 27/07/2005.	0	0	0	0
Total de sobreasserções de <i>IstoÉ</i>	0	1	1	1

A observação dessas diferenças é importante para nosso estudo na medida em que remete ao *ethos* das revistas analisadas, pois, ao optarem pela retomada ou não de declarações de políticos no trato do fato jornalístico, constroem uma imagem de si mesmas perante seus leitores.

Elas podem, dessa maneira, se mostrar favoráveis, contrárias ou manter uma imparcialidade diante das personalidades políticas envolvidas em situações de escândalo, como é o caso de nosso objeto de pesquisa que aborda a denúncia do Mensalão.

O fato de *Época* selecionar uma quantidade maior de sobreasserções de políticos pode criar um efeito de debate, no qual se ouvem as várias vozes dos políticos: os acusados,

Luís Inácio Lula da Silva e José Dirceu, e o acusador, Roberto Jefferson. Essa estratégia pode funcionar como uma maneira de captar o leitor, fazendo-o se interessar pela leitura da reportagem e, ao mesmo tempo, criar um *ethos* de revista democrática.

Por outro lado, essa estratégia pode prejudicar a credibilidade da revista, caso se mostre tendenciosa, seja por meio de critérios quantitativos (citações de políticos em proporções desiguais em suas matérias jornalísticas), seja de critérios qualitativos (ambigüidades, adjetivações depreciativas, distorções, por exemplo).

Apesar de a revista *Época* ter selecionado os ditos dos políticos de forma equânime, a predominância das associações de Luís Inácio Lula da Silva com as figuras de inocência e de honestidade conduziram a uma possível interpretação de sua imagem ligada a um *ethos* de chefe-soberano que foi atraído por seus ministros, tornando-se vítima em todo o processo de denúncias acerca do Mensalão. Mesmo quando rompem com o *ethos* de virtude presente nos enunciados do Presidente, os comentários de *Época* utilizam figuras do domínio Pragmático de onde emerge a personificação de um líder capaz de guiar seu povo em meio às turbulências.

Com relação a José Dirceu houve um predomínio das figuras de astúcia e da malícia, vinculando sua imagem ao *ethos* de inteligência. Ele é visto pela revista como um político estrategista que utiliza os meios disponíveis para combater o adversário e manter-se no poder.

Quanto aos comentários acerca dos enunciados de Roberto Jefferson, a revista o apresenta como um político espetaculoso, usando, por exemplo, a expressão “acusador teatral” para qualificar o dito de Jefferson e enfatizando o caráter irônico de suas declarações. Os comentários de *Época* explicitam a estratégia discursiva desse enunciador para obter a adesão da instância cidadã em seu projeto de denúncia do Mensalão.

Em regra, a revista se arrisca a parecer menos credível aos leitores se a estratégia de dar vozes aos políticos, ao invés de produzir um efeito de democracia, deixar entrever certo partidarismo em favor ou contra uma personalidade política.

Diferentemente de *Época*, a seleção de apenas quatro sobreasserções de políticos na revista *Veja* não permite a associação de suas reportagens com o efeito de debate, muito menos com o *ethos* de democracia presente na primeira. A sobreasserção de Heloísa Helena, complementada pela pergunta “Lula sabia?”, funciona como uma resposta positiva, confirmando a idéia do título, o que é ratificado posteriormente no comentário jornalístico.

A revista explorou o termo “chantagem” na sobreasserção de Delúbio, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores na época, e apresentou somente um enunciado do denunciante,

Roberto Jefferson, no qual o Deputado compara a corrupção do PT à do governo Collor. Esta, por sua vez, não é comentada pela instância jornalística. Há também uma sobreasserção do Presidente Luís Inácio Lula da Silva que também não é comentada pela revista.

Apoiada nos enunciados da senadora Heloísa Helena, a revista *Veja* revela um posicionamento desfavorável ao Presidente, pois associa sua imagem à “leniência”, figura que vai de encontro à possibilidade de construção de um *ethos* de caráter por Lula. Estratégia semelhante é utilizada pela revista *Veja* em relação ao enunciado de Delúbio que funciona como uma quase confissão de culpa. Por meio do comentário, a instância jornalística faz crer na existência de “revelações ocultas ou secretas” a serem divulgadas por Roberto Jefferson.

Além disso, a única sobreasserção de Luís Inácio Lula da Silva, embora se relacione à criação de *ethé* de caráter e de virtude, por meio da evocação das figuras de força, coragem e honestidade, não é comentada pela instância jornalística.

Com base nessas observações, a revista *Veja* parece construir um *ethos* de tradição, mais conservador, que permita manter sua credibilidade diante do público. Ela não assume nenhum posicionamento extremo, mas sugere evidências do conhecimento do Mensalão por parte do Presidente.

A linha da revista *IstoÉ*, no caso, se aproxima de *Veja* e se distancia de *Época*. Nela, encontramos apenas uma sobreasserção, a qual pode ser recuperada por meio de uma entrevista no corpo da reportagem. Neste único enunciado, o senador do PT do Distrito Federal, Cristovam Buarque, dirige uma crítica indireta ao Presidente. A inclusão de apenas uma sobreasserção que diz respeito a político e o caráter não diretivo desta conduzem-nos à associação da imagem da revista a um *ethos* de neutralidade.

Apesar disso, não se pode falar de uma imparcialidade com relação ao Presidente, pois no corpo da entrevista que recupera a sobreasserção, é perceptível a insinuação do envolvimento do Presidente no Mensalão por meio da expressão “atingiu o presidente e seu tesoureiro”, o que foi suprimido na sobreasserção. Essa supressão pode ser reveladora de um posicionamento favorável ao Presidente.

Portanto, a inclusão ou não de sobreasserções de políticos em reportagens, a distribuição desses enunciados de acordo com a personalidade política a que se queira dar visibilidade e a opção por inserir ou não a sobreasserção no corpo da reportagem constituem estratégias que fornecem pistas do posicionamento da instância jornalística, participando, dessa maneira, na construção do *ethos* das revistas sob análise.

8. CONCLUSÕES SOBRE AS ANÁLISES

8.1 - *ETHOS* ATRIBUÍDOS AOS POLÍTICOS

A partir das sobreasserções extraídas das cinco edições da revista *Época* e de algumas fotografias que acompanham os enunciados destacados, foi possível identificar, no discurso do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a criação da figura de honestidade pessoal e autocontrole diante das denúncias de Roberto Jefferson acerca do Mensalão. Ao enfatizar a sua “história”, o enunciador evoca um *ethos* prévio que remete a sua trajetória política que contém dados biográficos e históricos conhecidos pela maioria dos brasileiros e, por esse motivo, passíveis de ligar a sua imagem aos *ethé* de sério e de virtude.

Pelo fato de possibilitarem a constatação da coerência entre o pensamento e a ação do Presidente, esses *ethé* são dirigidos pelo enunciador à instância cidadã para

jornalística que interpreta a sobreasserção de Lula como um “argumento para fazer as mudanças”. Tal interpretação permite ligar a imagem do Presidente também ao *ethos* de inteligência.

As fotografias que acompanham as sobreasserções mostram Luís Inácio Lula da Silva com a expressão fisionômica que denota preocupação, corroborando na interpretação da construção da imagem formada por meio dos *ethos* de virtude e de chefe soberano.

Nas sobreasseções de José Dirceu, identificamos recorrência a termos relacionados com situação bélica: “defender”, “soldado”, “guerra”. As figuras evocadas com maior evidência foram a força/coragem e a malícia/astúcia, as quais possibilitam a criação de *ethos* de caráter e de inteligência, respectivamente. Além destes, José Dirceu tenta vincular sua imagem a um *ethos* de solidariedade quando se propõe a defender um patrimônio Ético do Partido dos Trabalhadores, e ao *ethos* de virtude quando evoca a honestidade pessoal advinda de sua trajetória política, ligada a um *ethos* prévio conhecido de parte dos brasileiros. As figuras do herói e do salvador da Pátria predominam nos enunciados de José Dirceu por meio da disposição de defender a si mesmo e ao Partido dos Trabalhadores.

Essas imagens construídas no discurso de José Dirceu não são confirmadas pelas sobreasserções dos outros enunciadores políticos. Ao contrário, em um deles, Roberto Jefferson apresenta uma expressão depreciativa de Dirceu ao tratá-lo como “Zé” e pressionar para que se demita do cargo de Ministro.

No corpo das reportagens, a imagem de Dirceu aparece mais vinculada à estratégia, à malícia, confirmando um *ethos* de inteligência. Este, por sua vez, é também demonstrado nas fotografias que acompanham as sobreasserções do Ministro. Nelas, Dirceu aparece sempre de terno, com os cabelos bem alinhados, sendo que, em uma delas, o Ministro aparece sorrindo, portando a bandeira do PT, acompanhado por várias pessoas.

Nas sobreasserções de Roberto Jefferson, prevalece a ironia a ponto de não deixar claro se o Presidente sabia ou não do Mensalão. O enunciador tenta criar a imagem do benfeitor que presta um favor ao cidadão pelo fato de denunciar o pagamento de mensalão aos parlamentares em troca dos votos em favor das propostas do governo.

Essa tentativa, passível de ligar sua imagem a um *ethos* de caráter, pode ser identificada no enunciado em que Roberto Jefferson mostra-se indignado com a ausência de investigação das denúncias e incita o Ministério Público a fazê-la, na sobreasserção onde explica detalhes do esquema e na provocação dirigida a José Dirceu sugerindo sua demissão do cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil, na demonstração de coragem em denunciar os políticos envolvidos em corrupção no governo.

No corpo dos textos em que se recuperam as sobreasserções de Roberto Jefferson, percebe-se uma explicitação das estratégias discursivas utilizadas por este a fim de fazer com que a instância cidadã adira às suas denúncias. Em um dos comentários, o Deputado é qualificado como “acusador teatral”; em outro, seu dito possui um “tom de ironia”. Dessa maneira, a imagem de Jefferson é vinculada à inteligência pela demonstração da capacidade de representar.

Não somente os comentários, mas as fotografias que acompanham as sobreasserções também corroboram a construção da imagem de Jefferson como homem espetaculoso e eloqüente. O Deputado aparece sempre gesticulando, com expressões fisionômicas que denotam alguma teatralidade da fala.

Entre as sobreasserções dos políticos não há nenhum enunciado implicando Roberto Jefferson diretamente. O *ethos* prévio de Roberto Jefferson é ratificado por toda construção linguageira de suas declarações, bem como do tratamento delas pelas revistas.

Quanto à revista *Veja*, a partir das sobreasserções extraídas das cinco edições, foi possível identificar, por meio do único enunciado do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a associação entre sua imagem e a figura de firmeza passível de suscitar um *ethos* de caráter.

A fotografia que acompanha essa sobreasserção possui uma legenda que sugere a discordância entre o discurso e a prática de Lula, estando o primeiro ligado ao “combate à corrupção” e a segunda à “aliança com corruptos”, desqualificando o dito do Presidente.

As sobreasserções de Heloísa Helena e de Roberto Jefferson vão de encontro à tentativa de construção de um *ethos* de caráter no enunciado de Lula. A primeira funciona como testemunho de que Lula sabia sobre o Mensalão e a segunda é uma crítica ao PT, partido do governo.

Os comentários seguem a mesma linha das sobreasserções de Heloísa Helena e de Roberto Jefferson com relação ao Presidente. Um deles associa a imagem de Lula à passividade, opondo-se à figura de força necessária à construção de um *ethos* de caráter. O outro joga com as significações do termo “chantagem” para sugerir a existência de “revelações escandalosas ou secretas” acerca do tesoureiro do PT.

A única sobreasserção de Roberto Jefferson permite contrapor seu *ethos* de benfeitor do cidadão, que tem coragem para denunciar, a seu *ethos* prévio que remete à sua aprovação declarada ao governo Collor de quem fora aliado no passado.

Quanto à revista *IstoÉ*, a única sobreasserção encontrada, atribuída ao Ministro Cristovam Buarque e, embora pareça ligar de modo indireto a imagem do Presidente à

corrupção, suprime uma parte da declaração do Ministro na qual este afirma que a crise “atingiu o Presidente e seu tesoureiro”.

Para melhor visualização dos resultados, passemos à grade com a síntese de ocorrências dos *ethé* nas sobreasserções.

GRADE 7: *ETHÉ* PRESENTES NAS SOBREASSERÇÕES DOS POLÍTICOS NAS REVISTAS *ÉPOCA*, *VEJA* E *ISTOÉ*

	IMAGEM FORMADA (<i>ETHÉ</i>)						
	Sério	Virtude	Competência	Inteligência	Caráter	Chefe	Solidariedade
<i>Ethé</i> atribuídos aos políticos por outros políticos.	S4L	S4L	-	-	-	-	-
	S3L	S10L	-	-	-	-	-
<i>Ethé</i> dos políticos pelos próprios políticos.	S1L	S1L	-	S2JD	S6JD	S13L	S5JD
	S5JD	S11JD	-	S7RJ	S7RJ	-	-
	S14RJ	S17L	-	S12RJ	S8RJ	-	-
	-	-	-	-	S9RJ	-	-
	-	-	-	-	S10RJ	-	-
	-	-	-	-	S12RJ	-	-
	-	-	-	-	S17L	-	-
Imagens atribuídas a Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson no corpo das reportagens	-	S19AL	C1AL	C2AJD	C6AJD	C3AL	-
	-	-	C2AJD	C14ARJ	C16ARJ	C13AL	-

(S = Sobreasserção e C = Corpo da reportagem)

(L = Lula; JD = José Dirceu e RJ = Roberto Jefferson)

8.2 - SÍNTESE DOS DOMÍNIOS E VALORES PRESENTES NAS SOBREASSERÇÕES

Tendo em vista a existência de uma dimensão argumentativa nas sobreasserções dos políticos, levamos em conta em nossas análises os valores supostamente partilhados pelas instâncias política e cidadã, público das revistas, assim como os domínios nos quais se inscrevem esses valores.

Nas sobreasserções, destacamos a ocorrência do domínio (i) Ético, e dos seguintes valores concernentes a esse domínio: engajamento, fidelidade, honestidade, bondade, sensatez, superação, honra e responsabilidade; (ii) Pragmático, e os valores relacionados ao domínio da experiência; (iii) Da Verdade.

Vale lembrar que, acerca deste último, Charaudeau (2006b:46) afirma que no discurso político assim como no midiático “os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade”.

A partir de nossas análises foi possível identificar na maior parte das sobreasserções valores relacionados ao domínio Ético, talvez porque neste se situam os imaginários do discurso político. Registramos também várias associações com o Pragmático e algumas com o domínio da Verdade. Ao proceder a uma escolha moral, ou seja, em nome do que é preciso agir, o político busca os valores do domínio Ético; ao se colocar diante de uma responsabilidade para agir, ele se vale do domínio pragmático, ao tentar provar que diz a verdade, ele recorre aos valores de Verdade, ou aos seus atuais substitutos: os valores de *ethos* e de *pathos*.

Acresce que os domínios Pragmático e Ético podem se combinar, fazendo com que uma regra de comportamento eficaz surja como um dever ou um modelo de conduta tal qual ocorre com os valores relacionados ao trabalho e ao mérito, por exemplo.

Finalmente, a constituição de *ethé* se baseia em valores presentes em nossa sociedade. Estes, por sua vez, estão no cerne dos domínios de avaliação nos quais se fundamentam as representações sociais. Vejamos como se deu a ocorrência desses valores em nossos *corpora*:

GRADE 8: OCORRÊNCIAS DOS DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO NAS SOBREASSERÇÕES DOS POLÍTICOS

	DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ético	Pragmático	Estético	Hedônico	Verdade
Político por outro político (enunciador: político X, Y e Z...).	S4	S4	-	-	S3
	S19	S15	-	-	S15
	-	S19	-	-	S16
Enunciadores: Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.	S 1	S 1	-	-	S8
	S 5	S 2	-	-	S9
	S7	S 5	-	-	S10
	S9	S6	-	-	S11
	S12	S7	-	-	S14
	S10	S12	-	-	-
	S11	S13	-	-	-
	S14	S17	-	-	-
Político pela revista.	C10 A	C1A	-	-	C14A
	C14A	C2A	-	-	C16A
	C19A	C6A	-	-	-
	-	C13A	-	-	-
	-	C15A	-	-	-
	-	C19A	-	-	-

(S = Sobreasserção e C = Corpo da reportagem)

GRADE 9: OCORRÊNCIAS DOS VALORES RELACIONADOS AOS DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO DA GRADE ANTERIOR

	TIPOS DE OCORRÊNCIA											
	Engajamento	Fidelidade	Honestidade	Disciplina	Justiça	Bem	Sensatez	Honra	Responsabilidade	Dignidade	Superação (força/coragem)	Lealdade
Político por outro político (enunciador: político X, Y, Z...)	-	-	S4 S19	-	-	S 4	-	S4	S3 S16	S4	S15	-
Enunciadores: Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.	S1 S5 S11 S17	S1	S1 S9 S11 S14 S18 S19	-	S10	S2 S11	-	S1	S 1 S5 S13 S14	S11 S14	S6 S7 S8 S9 S10 S12	-
Político pela revista (corpo da reportagem)	C1A C2A C13A	-	C3A C14A C16A C19A	-	-	C2A	-	-		-	C6A C10A C15A	-

(S = Sobreasserção e C = Corpo da reportagem)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esperamos que nossas análises tenham demonstrado de que maneira as sobreasserções de políticos, em reportagens, podem constituir estratégia de captação de leitores. Essa utilização é passível de criar um efeito de debate que auxilia na credibilidade da revista, mas pode, por outro lado, prejudicar sua imagem quando revela posicionamento favorável ou contrário ao político no processo de construção da imagem deste. Esta, por sua vez, se forma também a partir de declarações proferidas por personalidades do mundo político e transmitidas pela mídia.

CONCLUSÃO

Neste estudo, analisamos representações sociais de políticos em três revistas do jornalismo de referência nacional: *Época*, *Veja* e *IstoÉ*. Para realizar esse intento, utilizamos como *corpora* sobreasserções extraídas de cinco reportagens da capa de cada uma das revistas mencionadas. Seleccionamos apenas sobreasserções atribuídas a Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu e Roberto Jefferson, declarações de políticos acerca destes e corpo de reportagens nos casos em que foi possível recuperar as sobreasserções.

Com base em nossas análises, percebemos a complexidade do entrecruzamento dos discursos político e midiático e a dificuldade do segundo em reportar o primeiro. Apesar da autonomia desses dois dispositivos, o político necessita da mídia para a encenação de seu dizer a fim de produzir efeitos diversos, quer nos indivíduos, quer nas coletividades.

Em decorrência de seu papel social, a mídia almeja uma fidedignidade com os fatos sociais e com a informação a ser transmitida a seu público receptor. Paradoxalmente, devido à impossibilidade de neutralidade no processo que vai da apuração à finalização do noticiário, depara com os desafios mercadológicos e utiliza estratégias de captação de leitores que refletem decisivamente na estrutura formal e na essência mesma dos conteúdos noticiados.

O ambiente de tratamento das matérias, os fatos e ditos dos políticos, por exemplo, é permeado de influências, sendo que à mídia é vedado construir a realidade. Ela reporta os fatos com base em um ponto de vista muitas vezes amplificado, simplificado ou até mesmo deformado do que se passa no mundo. Das correlações de forças entre os sujeitos, parceiros da linguagem e seus discursos e também das estratégias discursivas é que emergem os textos finais.

O efeito de sobreasserir implica escolhas e persuasão que comunicam imagens dos enunciadores de origem e da instância produtora da informação. Além disso, reflete os imaginários sociais que se fundam em valores partilhados pelos parceiros da linguagem e estão presentes no discurso político. Este joga com sua própria fala, visando à instância cidadã, sem ignorar a possibilidade de retomada de duas declarações pela mídia.

A Teoria Semiolingüística de Charaudeau constitui pertinente recurso de análise do discurso em geral, midiático em particular.

Ainda a propósito das instâncias de informação midiática, elas apresentam peculiaridades, algumas intencionais, outras involuntárias, que enriquecem os estudos comparativos de suas publicações.

A categorização dos *ethé* possibilita a identificação dos imaginários de enunciadores quando recorrem a figuras que contribuam na sua vinculação a uma imagem

ideal, adornada de virtudes, além de facilitar o desvendamento de entrecruzamentos com as instâncias midiáticas e com o público.

Os políticos, mais ou menos intencionalmente, tentam afirmar perante a instância cidadã - na face democrática da mídia -, eleitores/consumidores - na mercadológica -, os *ethé* das virtudes que os habilitariam aos misteres do Poder Público.

Dadas as necessidades dos políticos e a função da mídia, ocorrem intercâmbios, colisões, alternâncias, conchavos; em resumo, relações entre as modalidades de discursos de cuja efervescência a instância cidadã é o alvo. A recepção mais ou menos passiva por parte desta é outro elemento de análise possível e torna mais complexo o emaranhado.

O episódio do Mensalão constituiu satisfatório objeto de análise, considerando-se a amplitude da repercussão, a contundência do deflagrador (Deputado Roberto Jefferson), a abrangência da cobertura por causa do envolvimento de alguns dos principais representantes do Governo Federal, além do confronto dos protagonistas em seus históricos de militantes quando recorrem a seus *ethos* prévios e assumem posturas pragmáticas.

Portanto, conjuntos de ideários entram em jogo e, apesar de reconhecer as lacunas e os potenciais exploráveis em nosso material, ativemo-nos estritamente à proposta de analisar os *ethos* de alguns políticos quando se referem a si mesmos, quando se referem a outros políticos e algumas abordagens midiáticas sobre esses ditos, pois querer abarcar outros objetos redundaria em enovelar infundavelmente a pesquisa.

Tendo em vista que *ethos* equivale às identidades interna e externa dos parceiros de uma troca comunicativa, em sua análise, consideramos a situação de comunicação em suas dimensões situacional, discursiva e lingüística. Assim, confirmamos nossa hipótese de que o discurso dos políticos, ao ser reportado pelas instâncias midiáticas, funcionaria como estratégia discursiva na captação de leitores e na construção de uma imagem de credibilidade da revista e, ao mesmo tempo, participaria na construção do *ethos* dos políticos.

Porém, nosso estudo nos fez perceber que essa estratégia pode prejudicar a credibilidade das revistas, caso haja discordância entre suas propostas e as expectativas do público leitor. Além disso, a identificação dos *ethé* criados por políticos e refletidos pelas revistas nos forneceu algumas pistas dos saberes partilhados em nossa sociedade e, por isso, pudemos perceber a predominância de valores concernentes aos domínios da verdade, do pragmático e do ético. Este último, mais predominante do discurso político.

Finalmente, a partir deste estudo, foi possível observar os *ethé* presentes nas sobreasserções e as imagens criadas no corpo de reportagens equivalentes; alguns domínios e valores ou imaginários sociodiscursivos relacionados a essas imagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU A. A.; BELOCH I.; WELTMAN F. L.; LAMARÃO S. T. N. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso : a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2000.

AMOSSY, R. e PIERROT, A. H. *Stereotypes et clichés: langue , discours et société*. Paris, 1997.

AMOSSY, R. *Les idées reçues, sémiologie du stéréotype*. Paris : Nathan, 1991.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Casa da Moeda, 1988.

AUHLIN, A. *Ethos e experiência do discurso: algumas observações*. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 201-225.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, E. *Problemes de linguistique generale 2*. Paris: Gallimard, 1974.

BOURDIEU, P. Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques. In : AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso : a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. La distinction, critique sociale du jugement. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário da Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004a.

BUENO, F. S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. Editora Lisa S. A ., v.1, 1988. p. 388.

CHARAUDEAU, P. *Pathos e discurso político*. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W. A.; MENDES, E. (Orgs.). *As Emoções no Discurso*. Rio de Janeiro, Lucerna, NAD/FALE/UFMG, 2007. p. 240-251.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*: São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*: São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário da Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004a.

CHARAUDEAU, P. *Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual*. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004b. p.13-41

CHARAUDEAU, P. *Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem*. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

CHARAUDEAU, P. *Análise do discurso: Controvérsias e Perspectivas* In: MARI, H.; PIRES, S.; CRUZ, A. R.; MACHADO, I. L. (Orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG. Carol Borges, 1999. p.27-44.

CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997.

CHARAUDEAU, P. *Para uma nova análise do discurso*. In: CARNEIRO, A. D (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p.5-43.

CHARAUDEAU, P. *Des conditions de la mise scène du langage*. DECROSSE, A. *L' esprit de société*. Liège : Mardaga, 1993a. p. 27-65.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours. Elements de Sémiolinguistique*. Paris : Hachette, 1983.

COMPTE-SPONVILLE, A. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

EMEDIATO, W. O problema da informação midiática entre as Ciências da Comunicação e a Análise do Discurso. In: MACHADO, I. L.; SANTOS, J. B. C.; MENEZES, W. A. (Orgs.). *Movimentos de um percurso em análise do discurso: memória acadêmica do Núcleo de Análise do Discurso* da FALE/UFMG. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005. p.99-115.

EGGS, E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso : a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário eletrônico*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999.

JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L' énonciation de la subjectivité dans le langage*. 3e ed. Paris: Colin, 1980.

MACHADO, I. L. Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística. Disponível em www.letraseletras.ileel.ufu.br. Acesso em: setembro de 2007.

MACHADO, I. L. Uma teoria de análise do discurso: A Semiolinguística. In: MARI, H; MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs.). *Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p.39-62.

MACHADO, I. L. *A Ironia como fenômeno linguístico-argumentativo*. Rev. Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, ano 4, v.2, p.141-155, jul./dez. 1995.

MAINGUENEAU, D. Citação e Destacabilidade. In: POSSENTI, S.; SOUSA-E-SILVA, M. C. P. (orgs.). *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006. p.72-90.

MAINGUENEAU, D. Dos discursos constituintes aos enunciados destacados. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 5, 2007, Belo Horizonte. *Citation et Surassertion*. Revista da Univ. Fed. Cuiabá, 8., 2004, p.1-22. Disponível em: <http://www.abralin.org/abralin2007/instituto/cursos/material/maingueneau2.pdf>. Acesso em: 03 julho 2007.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

MARIN, L. Des pouvoirs de l'image. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário da Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004a.

MENDES, E. L. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MENEZES, W. A. Semiolingüística e Política. In: MACHADO, I. L.; SANTOS, J. B. C.; MENEZES, W. A.(Orgs.). *Movimentos de um percurso em análise do discurso: memória acadêmica do Núcleo de Análise do Discurso* da FALE/UFMG. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005. p.149-175.

PERELMAN, C. Rhétoriques. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

PLANTIN, C. L'Argumentation. In : AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2000.

POTTIER, B. Préface. CHARAUDEAU, P. *Langage et discours. Elements de Sémiolinguistique*. Paris : Hachette, 1983.

TREIN, S. R. Retórica da corrupção: os neologismos propagandísticos utilizados para denunciar a corrupção no Governo Lula, em 2005. Unisinos/ESPM.
http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNlrev_Trein.PDF (acesso em 12/12/2007)

Site:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Revista>. (acesso em 28/09/2006)

ANEXOS




ANEXO I

SOBREASSERÇÕES TRANSCRITAS

DAS REVISTAS

ÉPOCA, VEJA E ISTOÉ

Revista *Época*, número 369 (13/06/2005): sobreasserções de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político	Dados textuais (Sobreasserções) + Dados icônicos (fotografias que acompanham as sobreasserções)	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção
1. Lula	<p>“É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato” Página 34</p> 	<p>Corpo 1A: “É a minha história que está em jogo”, disse um Lula irritado a um auxiliar. [...] “Vai depender das condições, de como forem os acordos com os parlamentares aliados, do que der para ser feito no segundo mandato”, disse Lula a um ministro. “Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que insistiu, insistiu, e não fez nada no segundo governo”. Página 35</p>
2. José Dirceu	<p>“O PT é maior que o governo. Não podemos sacrificar o PT para garantir a reeleição” Página 36</p> 	<p>Corpo 2A: Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição”. Página 35</p>

Revista Época, número 369 (13/06/2005): sobreasserções de políticos a respeito de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político	Dados textuais (Sobreasserções) + dados icônico (fotografias que acompanham as sobreasserções).	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção.
<p>3. Aldo Rebelo (Ministro da Coordenação Política)</p>	<p>“Não há acusação contra o governo. Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares” Página 37</p> 	<p>Corpo 3A: Foi a pedido de Lula que Aldo Rebelo reagiu à entrevista de Jefferson dizendo que “a denúncia refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu nenhuma acusação”. Página 38</p>
<p>4. Aécio Neves (governador de Minas Gerais)</p>	<p>“Lula tem uma história que merece nosso respeito. O presidente Lula não é o presidente Fernando Collor de Mello” Página 38</p> 	<p>Não recuperável no corpo da reportagem.</p>

Revista *Época*, número 370 (20/06/2005): sobreasserções de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político	Dados textuais (Sobreasserções) + Dados icônicos (fotografias que acompanham as sobreasserções).	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção.
5. José Dirceu	<p>“Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas”.</p> <p>Página 31</p> 	<p>Não recuperável no corpo da reportagem.</p>
6. José Dirceu	<p>“Eu me sinto como um soldado que perdeu a batalha, mas tem outras pela frente”.</p> <p>Página 34</p> 	<p>Corpo 6A:</p> <p>“Volto a ser militante do partido”, disse o ex-ministro, em encontro minutos antes da demissão. “Eu me sinto como um soldado que perdeu uma batalha, mas tem outras pela frente”. Página 34</p>

7. Roberto Jefferson

“Não consegui compreender ainda por que ... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Silvio Pereira”. Página 32



Não recuperável no corpo da reportagem.

8. Roberto Jefferson

“O Delúbio disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha e faria repasses ao PTB”. Página 32





Não recuperável no corpo da reportagem.

<p>9. Roberto Jefferson</p>	<p>“O dinheiro chega a Brasília em malas. Vem de estatais e empresas privadas. José Janene, do PP, é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega e vem” Roberto Jefferson, em entrevista à Folha de S. Paulo. Página 39</p> 	<p>Não recuperável no corpo da reportagem.</p>
<p>10. Roberto Jefferson</p>	<p>“Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula”. Página 30</p> 	<p>Corpo 10A: Base arrasada pelas cinco horas do depoimento em que Jefferson acusou deputados do PP e do PL de receber mesadas _ mensalão, nas palavras dele _ patrocinadas pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. “Sai daí, Zé, rápido, se não vai fazer réu um homem bom”, disse Jefferson dirigindo-se a Dirceu em tom de ironia. Página 30</p>

Revista *Época*, número 371 (27/06/05): sobreasserções de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político	Dados textuais (Sobreasserções) + Dados icônicos (fotografias que acompanham as sobreasserções).	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção.
11. José Dirceu	<p>“Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”. Página 37</p> 	Não recuperável no corpo da reportagem.
12. Roberto Jefferson	<p>“Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público ainda não investigou o correio aéreo noturno, do seu Silvinho Pereira”. Página 30</p> 	Não recuperável no corpo da reportagem.

Revista *Época*, número 372 (04/07/05): sobreasserções de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político	Sobreasserções (linguagem verbal) + Dados icônicos (Fotografias).	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção.
13. Lula	<p>“Quem ficar (no ministério) terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”. Página 38</p> 	<p>Corpo 13A:</p> <p>Para fazer as mudanças, usou como argumento a idéia de afastar imediatamente todos os ministros e mesmo diretores de empresas estatais que sejam candidatos nas eleições de 2006. “Quem ficar terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”, disse. Página 39</p>
14. Roberto Jefferson	<p>“Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora”. Roberto Jefferson, deputado (PTB-RJ), em depoimento à CPI dos Correios Página 39</p> 	<p>Corpo 14A:</p> <p>Acusador Teatral, Jefferson reafirmou denúncia contra diretores de Furnas à CPI P.39 (Recuperável no paratexto: legenda de foto de Roberto Jefferson) Página 39</p>

Revista Veja, número 1909 (15/06/2005): sobreasserções de políticos a respeito de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político	Dados textuais (Sobreasserções) + Dados icônicos (fotografias que acompanham as sobreasserções).	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção.
15. Heloísa Helena	<p>LULA SABIA? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, acha que sim. “No PT, não tem atuação individual” Página 57</p> 	<p>Corpo 15A: A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina. “Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do presidente Lula”, afirma a senadora. “Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual”. Página 62</p>

16. Delúbio Soares



“Nós não aceitamos chantagem. Não me prejudquem pela versão de uma chantagem” Página 56




Corpo 16A:

O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, na entrevista coletiva que concedeu, afirmou que as declarações de Jefferson não passam de Chantagem (palavra que, segundo o PT,5-3.7(m)-/TT8-1.c(□) Jeeferações de

Revista *Veja* , número 1911 (29/06/2005): sobreasserções de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político	Dados textuais (Sobreasserções) + dados icônicos (fotografias que acompanham as sobreasserções).	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção.
<p>17. Lula</p>	<p>O PRESIDENTE “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo”. Página 60 O presidente Lula, <i>em pronunciamento à nação</i>.</p> 	<p>Não recuperável no corpo da reportagem.</p>
<p>18. Roberto Jefferson</p>	<p>O DEPUTADO “A corrupção hoje é maior do que na era Collor, porque está concentrada nas mãos do PT.” Página 63 Roberto Jefferson, <i>em entrevista</i>.</p> 	<p>Não recuperável no corpo da reportagem.</p>

Revista Istoé, número 1862 (22/06/2005): sobreasserções de políticos acerca de Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson.

Número da Sobreasserção e nome do Político.	Dados textuais (Sobreasserções) + Dados icônicos (fotografias que acompanham as sobreasserções).	Corpo da reportagem que recupera a sobreasserção
19. Cristovam Buarque	<p>“A crise é mais grave do que a do governo Collor” Página 30</p> 	<p>Corpo 19A: recuperável no corpo da entrevista.</p> <p>ISTOÉ - “Qual a dimensão desta crise?”</p> <p>Cristovam - “É mais grave do que a do governo Collor, que atingiu o presidente e seu tesoureiro. A atual crise atinge o PT, os parlamentares, o governo”. Página 30</p>

ANEXO II

QUADROS DOS *ETHÉ*

ATRIBUÍDOS AOS POLÍTICOS

ETHÉ ATRIBUÍDOS AOS POLÍTICOS.

Imagem formada <i>Ethos</i>	Tipos de ocorrência		
	Político por outro político (enunciador: político X, Y e Z...)	Político (enunciador/político: Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson)	Político pela revista (enunciador/jornalista)
Sério	Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”.	Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.	Não encontrado
Sobreasserção 3: Enunciado de Aldo Rebelo: “Não há acusação contra o governo. Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares.	Sobreasserção 5: Enunciado de José Dirceu: “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas”.		
Sobreasserção 14: Enunciado de Roberto Jefferson: “Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora.”			
Virtude	Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”.	Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.	Corpo da reportagem 19A: ISTOÉ: “Qual a dimensão da crise?” Cristovam – “É mais grave do que a do governo Collor, que atingiu o presidente e seu tesoureiro. A atual crise atinge o PT, os parlamentares, o governo”.
Sobreasserção 10: Enunciado de Roberto Jefferson: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”.			

		<p>Sobreasserção 11: Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.</p> <p>Sobreasserção 17: Enunciado de Lula: “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo.”</p>	
Competência	Não encontrado	Não encontrado	<p>Corpo da reportagem 1A: “É a minha história que está em jogo”, disse um Lula irritado a um auxiliar. (...) “Vai depender das condições, de como forem os acordos com os parlamentares aliados, do que der para ser feito no segundo mandato”, disse Lula a um ministro. “Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que insistiu, insistiu, e não fez nada no segundo governo.”</p> <p>Corpo da reportagem 2A: Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O Partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição.”</p>

Inteligência	Não encontrado	Sobreasserção 2: Enunciado de José Dirceu: “O PT é maior que o governo. Não podemos sacrificar o PT para garantir a reeleição”.	Corpo da reportagem 2A: Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O Partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição.”
		Sobreasserção 7: Enunciado de Roberto Jefferson: “Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Sílvio Pereira”.	Corpo da reportagem 14A: Acusador Teatral, Jefferson reafirmou denúncia contra diretores de Furnas à CPI.
		Sobreasserção 12: Enunciado de Roberto Jefferson: “Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público ainda não investigou o correio aéreo noturno, do seu Silvinho Pereira”.	
Caráter	Não encontrado	Sobreasserção 6: Enunciado de José Dirceu: “Eu me sinto como um soldado que perdeu a batalha, mas tem outras pela frente.”	Corpo da reportagem 6A: “Volto a ser militante do partido”, disse o ex-ministro, em encontro minutos antes da demissão. “Eu me sinto como um soldado que perdeu uma batalha, mas tem outras pela frente”.

		<p>Sobreasserção 7: Enunciado de Roberto Jefferson: “Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Sílvio Pereira”.</p>	<p>Corpo da reportagem 16A: O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, na entrevista coletiva que concedeu, afirmou que as declarações de Jefferson não passam de chantagem, (palavra que, segundo o Dicionário Aurélio, significa ‘ato de extorquir dinheiro, favores ou vantagens a alguém sob ameaça de revelações escandalosas, ou secretas’).</p>
		<p>Sobreasserção 8: Enunciado de Roberto Jefferson: “O Delúbio disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha e faria repasses ao PTB”</p>	<p>Não encontrado</p>
		<p>Sobreasserção 9: Enunciado de Roberto Jefferson: “O dinheiro chega a Brasília em malas. Vem de estatais e empresas privadas. José Janene, do PP, é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega e vem.”</p>	<p>Não encontrado</p>
		<p>Sobreasserção 10: Enunciado de Roberto Jefferson: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”.</p>	<p>Não encontrado</p>
		<p>Sobreasserção 12: Enunciado de Roberto Jefferson: “Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público ainda não investigou o correio aéreo noturno, do seu Silvinho Pereira”.</p>	<p>Não encontrado</p>

		Sobreasserção 17: Enunciado de Lula: “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo.”	Não encontrado
Chefe	Não encontrado	Sobreasserção 13: Enunciado de Lula: “Quem ficar (no ministério) terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”.	Corpo da reportagem 3A: Foi a pedido de Lula que Aldo Rebelo reagiu à entrevista de Jefferson dizendo que “a denúncia refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu nenhuma acusação”.
			Corpo da reportagem 13 A: Para fazer as mudanças, usou como argumento a idéia de afastar imediatamente todos os ministros e mesmo diretores de empresas estatais que sejam candidatos nas eleições de 2006. “Quem ficar terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”, disse.
Solidariedade	Não encontrado	Sobreasserção 5: Enunciado de José Dirceu: “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas.”	Não encontrado
Humanidade	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Potência	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado

ANEXO III

QUADROS DOS

DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO

DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO:

Imagem formada (Domínios de Avaliação)	Tipos de ocorrência		
	Político por outro político (enunciador: político X, Y e Z...)	Político (enunciador/político: Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson)	Político pela revista (enunciador/jornalista)
Ético	Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”	<p>Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.</p> <p>Sobreasserção 5: Enunciado de José Dirceu: “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas.”</p> <p>Sobreasserção 7: Enunciado de Roberto Jefferson: “Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Sílvio Pereira”.</p> <p>Sobreasserção 9: Enunciado de Roberto Jefferson: “O dinheiro chega a Brasília em malas. Vem de estatais e empresas privadas. José Janene, do PP, é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega e vem.”</p> <p>Sobreasserção 12 Enunciado de Roberto Jefferson: “Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público ainda não investigou o Correio Aéreo Noturno, do seu Silvinho Pereira”.</p>	<p>Corpo da reportagem 10 A: Base arrasada pelas cinco horas do depoimento em que Jefferson acusou deputados do PP e do PL de receber mesadas – mensalão, nas palavras dele – patrocinadas pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. “Sai daí, Zé, rápido, se não vai fazer réu um homem bom”, disse Jefferson dirigindo-se a Dirceu em tom de ironia.</p> <p>Corpo da reportagem 14 A: Acusador Teatral, Jefferson reafirmou denúncia contra diretores de Furnas à CPI.</p>

		<p>Sobreasserção 10: Enunciado de Roberto Jefferson: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”.</p>	
		<p>Sobreasserção 11: Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.</p>	<p>Corpo da reportagem 19 A: ISTOÉ- Qual é a dimensão desta crise? Cristovam: É grave do que a do governo Collor, que atingiu o Presidente e o tesoureiro. A atual crise atinge o PT, os parlamentares, o governo.</p>
	<p>Sobreasserção 14: Enunciado de Roberto Jefferson: “Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora.”</p>		
	<p>Sobreasserção 17: Enunciado de Lula: “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo.”</p>		
Pragmático	<p>Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”</p>	<p>Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.</p>	<p>Corpo da reportagem 1A: “É a minha história que está em jogo”, disse um Lula irritado a um auxiliar. (...) “Vai depender das condições, de como forem os acordos com os parlamentares aliados, do que der para ser feito no segundo mandato”, disse Lula a um ministro. “Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que insistiu, insistiu, e não fez nada no segundo governo”.</p>

		<p>Sobreasserção 2: Enunciado de José Dirceu: “O PT é maior que o governo. Não podemos sacrificar o PT para garantir a reeleição”.</p>	<p>Corpo da reportagem 2A: Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O Partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição.”</p>
		<p>Sobreasserção 5: Enunciado de José Dirceu: “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas.”</p>	<p>Corpo da reportagem 6A: “Volto a ser militante do partido”, disse o ex-ministro, em encontro minutos antes da demissão. “Eu me sinto como um soldado que perdeu uma batalha, mas tem outras pela frente”.</p>
	<p>Sobreasserção 15: Enunciado de Heloísa Helena: LULA SABIA? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, acha que sim. “No PT, não tem atuação individual”.</p>	<p>Sobreasserção 6: Enunciado de José Dirceu: “Eu me sinto como um soldado que perdeu a batalha, mas tem outras pela frente.”</p>	<p>Corpo da reportagem 13 A: Para fazer as mudanças, usou como argumento a idéia de afastar imediatamente todos os ministros e mesmo diretores de empresas estatais que sejam candidatos nas eleições de 2006. “Quem ficar terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”, disse.</p>

		<p>Sobreasserção 7: Enunciado de Roberto Jefferson: “Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Sílvio Pereira”.</p>	<p>Corpo da reportagem 15A : A senadora Heloisa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina. “Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do Presidente Lula”, afirma a senadora. “Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual”.</p>
		<p>Sobreasserção 12 Enunciado de Roberto Jefferson: “Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público ainda não investigou o Correio Aéreo Noturno, do seu Silvinho Pereira”.</p>	<p>Corpo da entrevista 19 A: ISTOÉ: — Qual é a dimensão desta crise? Cristovam: — É mais grave do que a do governo Collor, que atingiu o Presidente e o tesoureiro. A atual crise atinge o PT, os parlamentares, o governo.</p>
	<p>Sobreasserção 19: Enunciado de Cristovam Buarque: “A crise é mais grave do que a do governo Collor”.</p>	<p>Sobreasserção 13: Enunciado de Lula: “Quem ficar (no ministério) terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”.</p> <p>Sobreasserção 17: Enunciado de Lula: “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo”.</p>	<p>Não encontrado</p>

		Sobreasserção 18: Enunciado de Roberto Jefferson: “A corrupção hoje é maior do que na era Collor, porque está concentrada nas mãos do PT”.	
Estético	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Hedônico	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Verdade	Sobreasserção 3: Enunciado de Aldo Rebelo (Ministro da Coordenação Política): “Não há acusação contra o governo. Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares”.	Sobreasserção 8: Enunciado de Roberto Jefferson: “O Delúbio disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha e faria repasses ao PTB”	Corpo da reportagem 10 A: Base arrasada pelas cinco horas do depoimento em que Jefferson acusou deputados do PP e do PL de receber mesadas - mensalão, nas palavras dele – patrocinadas pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. “Sai daí, Zé, rápido, se não vai fazer réu um homem bom”, disse Jefferson dirigindo-se a Dirceu em tom de ironia.
		Sobreasserção 9: Enunciado de Roberto Jefferson: “O dinheiro chega a Brasília em malas. Vem de estatais e empresas privadas. José Janene, do PP, é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega e vem.”	
	Sobreasserção 15: Enunciado de Heloísa Helena: LULA SABIA? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje	Sobreasserção 10: Enunciado de Roberto Jefferson: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”.	Corpo da reportagem 14 A: Acusador Teatral, Jefferson reafirmou denúncia contra diretores de Furnas à CPI.

	filiada ao PSOL, acha que sim. “No PT, não tem atuação individual”.	Sobreasserção 11: Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.	Corpo da reportagem 16 A: O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, na entrevista coletiva que concedeu, afirmou que as declarações de Jefferson não passam de Chantagem, (palavra que, segundo o Dicionário Aurélio, significa ‘ato de extorquir dinheiro, favores ou vantagens a alguém sob ameaça de revelações escandalosas, ou secretas’).
		Sobreasserção 14: Enunciado de Roberto Jefferson: “Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora.”	Não encontrado
	Sobreasserção 16: Enunciado de Delúbio Soares: “Nós não aceitamos chantagem. Não me prejudquem pela versão de uma chantagem”.	Não encontrado	Não encontrado

ANEXO IV

VALORES RELACIONADOS AOS

DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO

VALORES RELACIONADOS AOS DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO:

	TIPOS DE OCORRÊNCIA		
	Político por outro político (enunciador: político X,Y e Z...)	Político (enunciador/político: Lula, José Dirceu e Roberto Jefferson)	Político pela revista (enunciador/jornalista)
Engajamento	Não encontrado	Sobreasserção 5: Enunciado de José Dirceu: “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas.”	Não encontrado
		Sobreasserção 11: Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.	
		Sobreasserção 17: Enunciado de Lula: “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo.”	
Fidelidade	Não encontrado	Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.	Não encontrado

Honestidade	Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”	Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.	Corpo da reportagem 19A: ISTOÉ- Qual é a dimensão desta crise? Cristovam: É grave do que a do governo Collor, que atingiu o Presidente e o tesoureiro. A atual crise atinge o PT, os parlamentares, o governo.
		Sobreasserção 9: Enunciado de Roberto Jefferson: “O dinheiro chega a Brasília em malas. Vem de estatais e empresas privadas. José Janene, do PP, é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega e vem.”	
		Sobreasserção 11: Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.	
		Sobreasserção 14: Enunciado de Roberto Jefferson: “Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora.”	
	Sobreasserção 19: Enunciado de Cristovam Buarque: “A crise é mais grave do que a do governo Collor”.	Sobreasserção 17: Enunciado de Lula: “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo.”	

Bondade	Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”	Sobreasserção 2: Enunciado de José Dirceu: “O PT é maior que o governo. Não podemos sacrificar o PT para garantir a reeleição”. Sobreasserção 11: Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.	Corpo da reportagem 2A: Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O Partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição.”
Justiça	Não encontrado	Sobreasserção 10: Enunciado de Roberto Jefferson: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”.	Corpo da reportagem 10 A: Base arrasada pelas cinco horas do depoimento em que Jefferson acusou deputados do PP e do PL de receber mesadas _ mensalão, nas palavras dele _ patrocinadas pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. “Sai daí, Zé, rápido, se não vai fazer réu um homem bom”, disse Jefferson dirigindo-se a Dirceu em tom de ironia.
Honra	Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”.	Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.	Não encontrado

Responsabilidade	Sobreasserção 16: Enunciado de Delúbio Soares: “Nós não aceitamos chantagem. Não me prejudquem pela versão de uma chantagem”.	<p>Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.</p> <p>Sobreasserção 5: Enunciado de José Dirceu: “Temos um patrimônio ético que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio. Tenho as mãos limpas.”</p> <p>Sobreasserção 13: Enunciado de Lula: “Quem ficar (no ministério) terá de se comprometer comigo até o último dia de governo”.</p> <p>Sobreasserção 14: Enunciado de Roberto Jefferson: “Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora.”</p>	Não encontrado
Dignidade	Sobreasserção 4: Enunciado de Aécio Neves: “Lula tem uma história que merece nosso respeito. O Presidente Lula não é o Presidente Fernando Collor de Mello”	<p>Sobreasserção 1: Enunciado de Lula: “É a minha história que está em jogo. Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que não fez nada no segundo mandato”.</p>	Não encontrado

		<p>Sobreasserção 11: Enunciado de José Dirceu: “Não tenho nada a esconder, volto para ir ao Conselho de Ética, à corregedoria, para prestar todos os esclarecimentos necessários”.</p>	
		<p>Sobreasserção 14: Enunciado de Roberto Jefferson: “Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora.”</p>	
Superação (força e coragem).	<p>Sobreasserção 15: Enunciado de Heloísa Helena: LULA SABIA? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, acha que sim. “No PT, não tem atuação individual”.</p>	<p>Sobreasserção 6: Enunciado de José Dirceu: “Eu me sinto como um soldado que perdeu a batalha, mas tem outras pela frente.”</p> <p>Sobreasserção 10: Enunciado de Roberto Jefferson: “Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o Presidente Lula”.</p>	<p>Corpo da reportagem 6A: “Volto a ser militante do partido”, disse o ex-ministro, em encontro minutos antes da demissão. “Eu me sinto como um soldado que perdeu uma batalha, mas tem outras pela frente”.</p> <p>Corpo da reportagem 10 A: Base arrasada pelas cinco horas do depoimento em que Jefferson acusou deputados do PP e do PL de receber mesadas mensalão, nas palavras dele – patrocinadas pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. “Sai daí, Zé, rápido, se não vai fazer réu um homem bom”, disse</p>

			<p>Corpo da reportagem 15A:</p> <p>A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina: “Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do Presidente Lula”, afirma a senadora. “Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual”.</p>
Lealdade	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado

ANEXO V

REVISTAS UTILIZADAS NA
CONSTITUIÇÃO DOS *CORPORA*



FIGURA 2 (ÉPOCA, N° 369, p.35)



FIGURA 3 (ÉPOCA, N.º. 369, p. 36)



FIGURA 4 (ÉPOCA, N.º. 369, p. 37)



FIGURA 5 (ÉPOCA, N.º. 369, p. 38)

BRASIL

“ Zé (José Dirceu), se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula ”

ROBERTO JEFFERSON,
deputado do PTB



Lula 2 – a missão

Depoimento devastador de Roberto Jefferson força demissão de José Dirceu e governo começa uma nova fase, menos petista

THOMAS TRUIMANN

O governo Lula, como o conhecemos, acabou. A dívida na semana passada era se o final havia sido decretado na terça-feira à tarde, quando o deputado Roberto Jefferson começou seu depoimento ao Conselho de Ética, ou dois dias depois, quando José Dirceu anunciou formalmente sua demissão como ministro-chefe da Casa Civil. A reforma ministerial ditada por esses dois acontecimentos vai provocar o surgimento de um novo governo, com contornos

mais distante do PT e mais lulista, no qual a fidelidade ao presidente contará muito mais que a obediência ao Partido dos Trabalhadores. No fechamento desta edição, o presidente trabalhava na direção de um grande acordo com o PMDB, da extinção das secretarias com status de ministério e da saída de vários ministros parlamentares para reorganizar a desastrosa base governista na Câmara.

Base arrasada pelas cinco horas do depoimento em que Jefferson acusou deputados do PP e do PL de receber mesadas – mensalão, nas palavras de

le – patrocinadas pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. “ Sei daí, Zé, rápido, se não vai fazer réu um homem bom”, disse Jefferson dirigindo-se a Dirceu em tom de ironia. O ministro, que no domingo já havia conversado com Lula sobre sua saída, ainda teve tempo para mais uma de suas famosas brechas. Na quarta-feira, no se encontrar com os líderes do PT na Câmara, Paulo Rocha, e no governo, Arturdo Chagnaglia, José Dirceu gritou: “ Seus trechos, deixaram o Jefferson falando sozinho. O Rodrigo Maia (líder do PFL) ficou com a imagem de bonzinho. Nem

“ O PT não vai aceitar se transformar em uma nova escola-base ”

JOSÉ DIRCEU,
presidente do PT




CORDA TODA Jefferson às gargalhadas

ÉPOCA 20 DE JUNHO DE 2005

FIGURA 6 (ÉPOCA, Nº. 370, p. 30)



FIGURA 7 (ÉPOCA, Nº. 370, p. 31)

BRASIL



“O Delúbio disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha e faria repasses ao PTB”

ROBERTO JEFFERSON, deputado do PTB

uma grande conspiração de direita contra a vitória do PT nas urnas. Mas a outra metade dos motivos que levaram Dirceu a se demitir explica mais sobre o futuro do governo Lula. Eles foram revelados em seu discurso de despedida: “Todos aqui sabem que sempre sonhei em governar o Brasil ao lado de Lula”. O problema todo é que Dirceu não estava governando o Brasil ao lado de Lula. A primeira vez que José Dirceu pediu demissão foi logo depois que EPOCA revelou que seu assessor Waldemiro Diniz havia pedido propina quando presidia a Loterj. “Só errei numa coisa: deveria ter saído no caso Waldemiro”, disse Dirceu a Lula no domingo à noite, quando bateram o martelo a respeito

de sua saída. O próprio Lula concorda com esse diagnóstico. Em 2004, dois meses depois de recusar a saída de Dirceu, Lula contou a um amigo dos tempos de sindicato que havia se arrependido. “Ele quer espaço demais”, reclamou o presidente. Foi o próprio Lula quem permitiu a desenvoltura de Dirceu no início do governo. Chamava-o de “capitão” da equipe, com direito a cobrar medilhas e dar brechas públicas nos demais ministros. Com o tempo, Lula passou a concordar cada vez menos com Dirceu e mais com seu ministro favorito, Antônio Palocci. Foi a queda-de-braço entre Lula e Palocci de um lado e Dirceu do outro que ditou o ritmo do go-

“Não consegui compreender ainda por que... não investigaram o Correio Aéreo Noturno do senhor Silvio Pereira”

ROBERTO JEFFERSON, deputado do PTB

Duelo no Congresso

Jefferson e Valdemar Costa Neto protagonizaram um dos momentos mais tensos da reunião do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados

Com a prerrogativa de ser o primeiro a inquirir Roberto Jefferson, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, insulta o colega a delatar os deputados do PL que recebiam o mensalão:

Valdemar – Caso o PL tenha parlamentares envolvidos, quem que o senhor dá o nome para nós investigarmos.

Jefferson – Eu pergunto se vai dizer para quem vossa excelência paga. Diga o nome dos seus.

Valdemar – Então dê os nomes.

Jefferson – Eu afirmo que vossa ex-

celência recebe o repassa. Afirmando que vossa excelência recebe.

Valdemar – O senhor não afirma nada, veio aqui para desmoralizar esta Casa.

Jefferson – Esta Casa, não, alguns deputados. Eu respeito vossa excelência, seus postos, pelo jogo, sei que é milionário.

Valdemar – Prefiro gostar de mulher que de um cidadão de Cabo Frio. A troca de mensagens provocou risos. Os microfones dos dois deputados foram cortados.

32

EPOCA, 20 DE JUNHO, 2003

FIGURA 8 (ÉPOCA, N.º. 370, p. 32)

BRASIL

Roberto Justus/Flóres, O Globo



PEDRO HENRY
O líder do PP foi acusado de pressionar José Máscio, do PTB, a aceitar o mensalão.

Roberto Justus/Flóres, O Globo



CARLOS RODRIGUES
O ex-leigo da Igreja Universal foi acusado de defender o mensalão no PL.

Roberto Justus/Flóres, O Globo



PEDRO CORRÊA
O presidente do PP apresentou seus documentos bancários e fiscais para o Conselho de Ética da Câmara.

Carlos Rodrigues, José Janene, Pedro Henry, José Genoino, Delúbio Soares, Sílvio Pereira) estão fora do governo. Qualquer punição futura não inspirará mais no governo Lula do que já ocorreu.

Há uma ironia histórica na saída de Dirceu do governo. Chamado por Lula para reformar o PT em 1996, Dirceu se notabilizou por abrir o partido. Expulsos tendenciosos radicais, interveio em eleições estaduais, quebrou as resistências às alianças, profissionalizou as campanhas. Sem Dirceu na presidência do PT, seria inviolável imaginar o partido contratando Duda Mendonça ou fechando acordo com o PL. Depois de dois anos e meio de governo, Dirceu faria o caminho inverso. Seria a voz mais potente do PT na Câmara, fazendo todas as restrições conhecidas à política econômica da Palácio e marca na independência maior do partido em relação ao governo Lula. "Volto a ser militante do partido", disse o ex-ministro, em encontro minutos antes da demissão. "Eu me sinto como um soldado que perdeu uma batalha, mas tem outras pela frente."

O efeito das acusações de Jefferson foi devastador na base partidária. Militantes petistas históricos não escondem o baixo astral. Na semana passada, o partido sentiu uma movimentação

de petistas pedindo a desfiliação da sigla. A base se queria de não receber da cúpula partidária argumentos para rebater as denúncias. Ministros como Jaques Wagner e Luiz Gushikin, senadores como Alorzo Mercedante e Delcídio Amaral pressionavam por uma reforma profunda na direção do partido.

Acusado por Roberto Jefferson de montar esquemas de corrupção no governo, o secretário-geral Sílvio Pereira pensou em renunciar. Voltou atrás até a sexta-feira achando que a de-

mação poderia ser evitada. Alguns petistas avaliavam a possibilidade de Dirceu retornar à presidência do partido, diante do desgaste de Genoino. "Não existe isso. Trabalhamos em conjunto. Ele vem adotar nossa estratégia de defesa e ataque", descreta Genoino.

Basculado em seu apartamento funcional em Brasília, Roberto Jefferson calculou seu depoimento para acertar Dirceu. Sonha que será responsável pelo fim da carreira do petista. No depoimento, mentiu ao dizer que Dirceu estava por trás de reportagens investigativas da revista *ÉPOCA* e do jornal *O Globo* que revelaram como ele transferiu duas rádios de sua propriedade - um jaranja e o mapa de seus

“Eu me sinto como um soldado que perdeu a batalha, mas tem outras pela frente”

JOSÉ DIRCEU

ciado forçar a saída de Delúbio Soares e José Genoino, também atacados por Jefferson. Uma opção analisada seria a que se chama no PT de "impac-tação", um acordo em que as alas de esquerda ganhariam mais poder na decisão do partido antes mesmo das eleições internas marcadas para setembro. Com aval de Dirceu.

Apesar de ser uma vitória das acusações de Jefferson, a saída de Dirceu é considerada fundamental para a recuperação do PT. "Governo é projeto para oito anos, e o partido para 80", afirmou o segundo vice-presidente do PT,

apadrinhados na máquina estatal. Mas conseguiu seu momento. Na quarta-feira, deu autógrafos num supermercado. Na sexta-feira, Jefferson renunciou à presidência do PTB depois de dizer que "Dirceu é o líder do mal do esquema de corrupção que eu vi em muitos anos". "Os caras penteados que no passado enfrentaram Roberto Jefferson são agora nossos companheiros para mutualizar o país", afirmou o deputado Nelson Marquizez (PTB-SP). Tensões estranhas estas. ■

COM RAQUEL ULHOA

ÉPOCA, 20 DE JUNHO, 2005

FIGURA 9 (ÉPOCA, N.º. 370, p. 34)



FIGURA 10 (ÉPOCA, Nº. 370, p. 39)



FIGURA 11 (ÉPOCA, Nº. 371, p. 30)



“Não tenho nada a esconder.

**Volto para ir ao Conselho de Ética,
à corregedoria, para prestar todos
os esclarecimentos necessários.”**

JOSÉ DIRCEU,
ao reassumir o mandato
de deputado federal

gumas exigências: querem uma manifestação pública da importância do partido para a governabilidade, uma negociação institucional – e não mais com pessoas, como Renan e Sarney – e poder total sobre as pastas que lhes couberem. Lula reservou quatro ministérios para o PMDB – que já ocupa os da Previdência e das Comunicações. O presidente não condiciona os acordos de agora ao projeto eleitoral. “Não tem de discutir após a reeleição agora, porque, se eu estiver bem, vai ser interesse do PMDB me apoiar. Se estiver mal, nem dispenso”, disse Lula a Renan.

O chamamento do PMDB mostra a mudança na disposição do presidente. Ele começou a semana irritando a oposição com um discurso provocativo na terça-feira, feito para líderes sindicais e representantes de movimentos sociais. Disse que “ninguém tem mais autoridade moral e ética” do que ele para combater a corrupção, que o assunto mensalão é do Congresso e que a oposição está com “medo” de sua reeleição. “Lula é um novo fundamentista”, resmungou o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen. “Lula é alienado e está tirando o corpo fora, transferindo a responsabilidade para o Parlamento”, disse o líder do PSDR na Câmara, Alberto Goldman.

O historiador Marco Antônio Villa, professor da Universidade Federal de São Carlos, acredita que dar mais espaço para o PMDB não vai resolver o problema do governo. “O governo vai cair nos braços do PMDB, mas o partido vai continuar dividido, como esteve durante o governo Fernando Henrique”, disse. O ►

TUMULTO A volta de Dirceu à Câmara termina em confronto protagonizado por Botelho (com o fecho ofensivo)

FIGURA 12 (ÉPOCA, Nº. 371, p. 37)

BRASIL

É só Jefferson mandar...

Depois de Dirceu, Lula demite três diretores acusados pelo deputado de desviar dinheiro de Furnas e, acuado, se prepara para mudar o ministério

RACIALLI ULIATO

Quanto mais a crise política piora, mais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se isola em seu gabinete no Palácio do Planalto. "Está impossível chegar ao Lula", desabafa um dos raros ministros cuja cabeça não correu risco de dejetos nas especulações da reforma ministerial. "No máximo, consigo falar com o Gilberto Carvalho", conta, em uma referência ao chefe de gabinete do presidente. Desde que José Dirceu deixou o Planalto e a crise afastou o presidente dos comandantes do PT, o número de interlocutores de Lula se restringiu ao mínimo. Nos últimos dias, enquanto ensaiava a reforma ministerial com a qual espera dar novo fôlego ao governo, o presidente deu sinais claros de que está acuado.

O primeiro cerco foi físico. Na quarta-feira, uma manifestação de grandes fazendeiros levou tratores e máquinas agrícolas à Esplanada dos Ministérios. As máquinas tomaram o gramado em frente ao Congresso Nacional enquanto centenas de manifestantes gritavam slogans contra o governo na porta do Palácio do Planalto. Na mesma hora, Lula almoçava em seu gabinete com os senadores Renan Calheiros e José Sarney, do PMDB. O encontro, estratégico, deveria definir a carta-premidebrada na reforma ministerial. Não durou mais de 40 minutos. Em vários momentos, a conversa de bastidores era interrompida pelos gritos provenientes da manifestação. Em outros, quem interrompia era o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, assustado com os protestos e preocupado em negociar um acordo. O final não poderia ser mais simbólico: Os agricultores conseguiram a ajuda bilionária que foram buscar em Brasília. O acordo com o PMDB foi adiado.

O segundo cerco foi encenado e passou ao ar vivo na televisão. Com o olho no olho e um cofete no

mito — segundo ele, resultado de um acidente doméstico —, o deputado Roberto Jefferson (PTB) lançou ameaças no plenário da CPI dos Carreiros no Senado. Vinha fortalecida por uma decisão do governo Lula. Horas antes, o presidente afastara três diretores da estatal Furnas. Para isso, bastou que eles fossem apontados por Jefferson, em mais uma entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, como integrantes de um esquema de corrupção.

Segundo o deputado, os diretores de Furnas distribuíam R\$ 3 milhões do

caixa da empresa todo mês. "Desse total, R\$ 1 milhão vai para o PT nacional, pelas mãos do Delúbio (Soares, insourenho do partido), R\$ 1 milhão vai para o PT de Minas Gerais, R\$ 500 mil ficam com a diretoria de Furnas e R\$ 500 mil são repartidos entre um pequeno grupo de deputados", acusou. Jefferson não deu nenhuma prova para sua acusação, mas desta vez o governo agiu com uma rapidez que pareceu medo. Talvez porque, nas últimas semanas, suas acusações tenham sido invariavelmente reforçadas pelo surgimento de novas informações.

Na CPI dos Carreiros, o senador tucano Álvaro Dias aproveitou o depoimento de Jefferson para lançar uma provocação ao Planalto. "Parece que só o senhor demite neste governo. Peitô a demissão de José Dirceu e ele saiu da Casa Civil. Provocou a demissão das diretorias dos Correios e do Instituto de Resseguros do Brasil. Agora, com uma frase, derrubou a direção de Furnas." Leitura semelhante, mas do ângulo inverso, foi feita reservadamente por um ministro. "O que vai acontecer se na próxima entrevista Jefferson atacar mais gente do governo? Todo mundo que ele disser que o lastrão vai ser demitido na hora? Esse poder seria maior que o do próprio Lula?" Se dependesse da vontade do presidente da República, Delúbio e Silvio Pereira, secretário-geral do PT, também já teriam sido afastados de suas funções. Os dois estão entre os alvos preferenciais de Jefferson.

As denúncias que constroem o governo se acumulam dia após dia. Na CPI, no Conselho de Ética da Câmara e, especialmente, nas páginas de jornais e revistas. O governo tenta reinar a insatisfação. Na quinta-feira, o ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União, foi escalado para anunciar no Palácio do Planalto um pacote de medidas anticorrupção. Não havia nenhuma novidade. Apenas pro-

"Quem ficar (no ministério) terá de se comprometer comigo até o último dia de governo."

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA,
presidente da República



38

ÉPOCA, 4 DE JULHO, 2005

FIGURA 13 (ÉPOCA, Nº. 372, p. 38)

TRATORAGOS Os agricultores comemoram o Congresso e fazem recepção às máquinas

CHANCELA Renan e Sarney (à frente) garantiram o acordo da maioria do PMDB com o governo

postas que já haviam sido anunciadas antes ou a ampliação de projetos em curso. "Foi uma cena coarctada", comentou um ministro. "Eu me sentia no governo Collor."

Foi com esse pano de fundo que o presidente costurou durante toda a semana a reforma no ministério. Não escapou de aborrecimentos, o início deles causado pelo PMDB. Na semana anterior, Lula recebeu no Planalto o presidente do partido, deputado Michel Temer. Foi uma cena previamente combinada. Pelo acordo, Lula pedira publicamente o apoio do PMDB, que aceitaria em troca de mais ministérios. O presidente fez a parte dele. Marcon e encontro e posou para uma foto, de mãos dadas, com Temer e Renan Calheiros. Ai, chegou a hora do PMDB e as coisas não correram como combinado. O partido se dividiu e uma ala, liderada pelos governadores, negou o apoio.

Temer marcou nova audiência com Lula para comunicar a decisão. Deveria ter sido às 9h30 da manhã de quarta-feira.

Meia hora antes, recebeu um telefonema seco de Gilberto Carvalho. "O presidente decidiu adiar a conversa." Pela imprensa, o presidente do PMDB soube que Lula iria receber Sarney e Renan. Temer, então, mandou um cartucho ao Planalto protocolar a carta na qual o partido dizia apoiar a "governabilidade", mas recusava o aumento no número de ministérios. Nada capaz de alterar as negociações entre Lula e a ala do PMDB que apoia o governo.

Aos trancos, Lula desenhou sua reforma. Decidiu afastar auxiliares que respondem a acusações de irregularidades e diminuir a presença do PT no primeiro escalão, ampliando o espaço de aliados como PMDB e PP. Passou a semana à caça de celebridades, nomes capazes de dar um perfil de mais competência e qualificação à equipe. Para fazer as mudanças, usou como argumento a ideia de afastar imediatamente todos os ministros e mesmo diretores de empresas estatais que sejam candidatos nas eleições de 2006. "Quem ficar terá de se comprometer comigo até o último dia de governo", disse. Em uma conversa com ministros parlamentares, o presidente cobrou despendimento. "Não sei por que todo mundo tá aí que não pode ficar sem mandato. Eu fiquei muitos anos sem mandato e buje sou presidente da República." Um dos ministros não se conteve. "Mas o senhor tem um partido que lhe garante a próxima candidatura. Nós não temos".

ACUSADOR Teatral, Jefferson realizou denúncia contra diretores de Farias à CPI

“Eu assino embaixo de tudo o que eu disse até agora”

ROBERTO JEFFERSON, deputado (PTB-RJ), em depoimento à CPI dos Correios

ÉPOCA - 4 DE JUNHO, 2005

39

FIGURA 14 (ÉPOCA, Nº. 372, p. 39)



MAIS DÚVIDAS
O tesoureiro falou à imprensa mas não esclareceu as questões mais sérias em relação às denúncias de que ele dava dinheiro a parlamentares em troca de apoio e votos favoráveis ao governo

do fato de que o PT se recusou a aumentá-la para algo entre 50 000 e 60 000 reais mensais.

A reação à denúncia é um notável choque de versões. Houve desde ministro que fez silêncio sobre o assunto (José Dirceu) até ministro que confirmou tudo mas nada fez por falta de provas (Ciro Gomes). Houve ministro que confirmou só uma parte (Mares Guia) e ministro que negou tudo (Antonio Palocci). Houve, ainda, quem tenha confirmado até mais do que lhe foi perguntado. Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia, mas acrescentou que Jefferson lhe narrou inclusive “uma cena de corrupção num ambiente ministerial”. O presidente Lula, por sua vez, admitiu ter ouvido falar da mesada, porém ressaltou que não recebeu uma denúncia, mas só um “comentário genérico”, sendo que Jefferson não apontou “fatos” nem “pessoas”. Lula mandou dizer que, ao tomar conhecimento disso, pediu a dois auxiliares que examinassem o assunto. Os dois souberam que a Câmara faria uma investigação quando o caso foi denunciado por Miro Teixeira ao *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004. Mas, como Miro disse que não disse o que dissera ao *JB*, o caso foi arquivado na Câmara. E o governo se deu por satisfeito.

De todas as negativas e explicações, a mais impressionante veio do tesoureiro Delúbio Soares. Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa, o tesoureiro, diligentemente escoltado pelo presidente do PT, José Genoíno, apareceu diante de uma cen-

“Nós não aceitamos chantagem. Não me prejudquem pela versão de uma chantagem”

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Uma chantagem pressupõe a existência de um chantagista e de um motivo que a justifique. Soares não disse quem era o chantagista nem que informação ele teria para praticar a tentativa de extorsão.

FIGURA 15 (VEJA, Nº. 1909, p. 56)

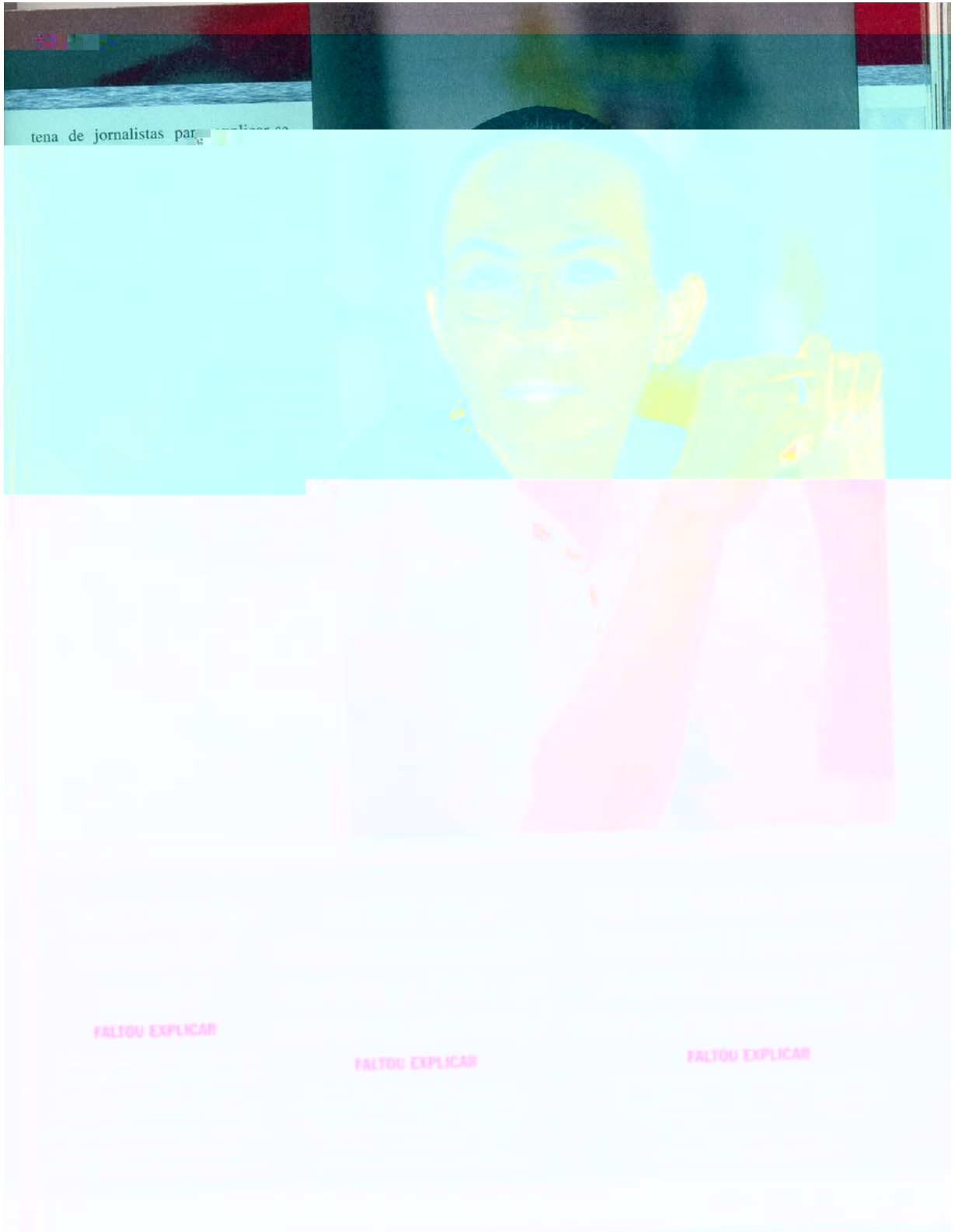


FIGURA 16 (VEJA, N° 1909, p. 57)

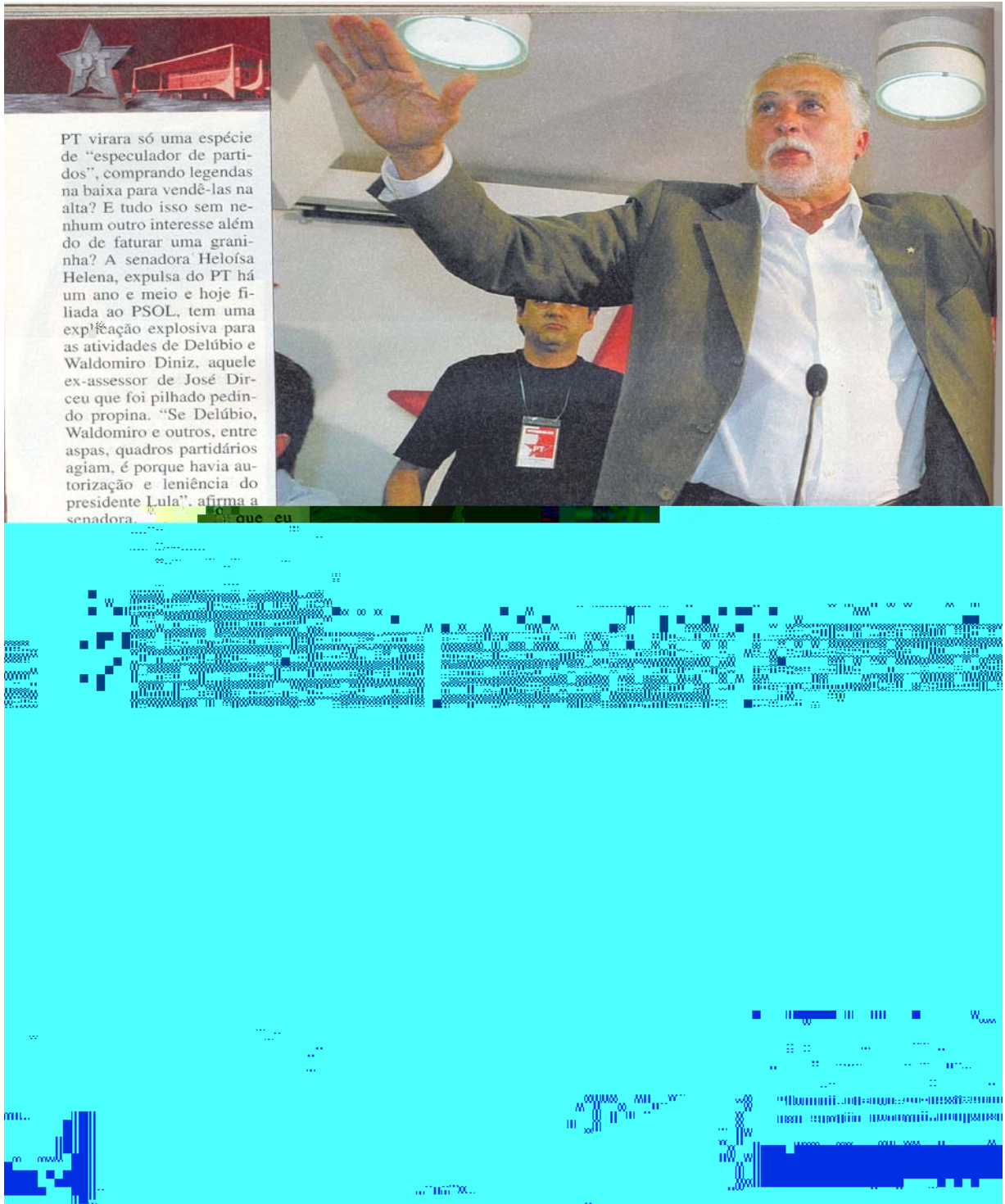


FIGURA 17 (VEJA, Nº. 1909, p. 62)

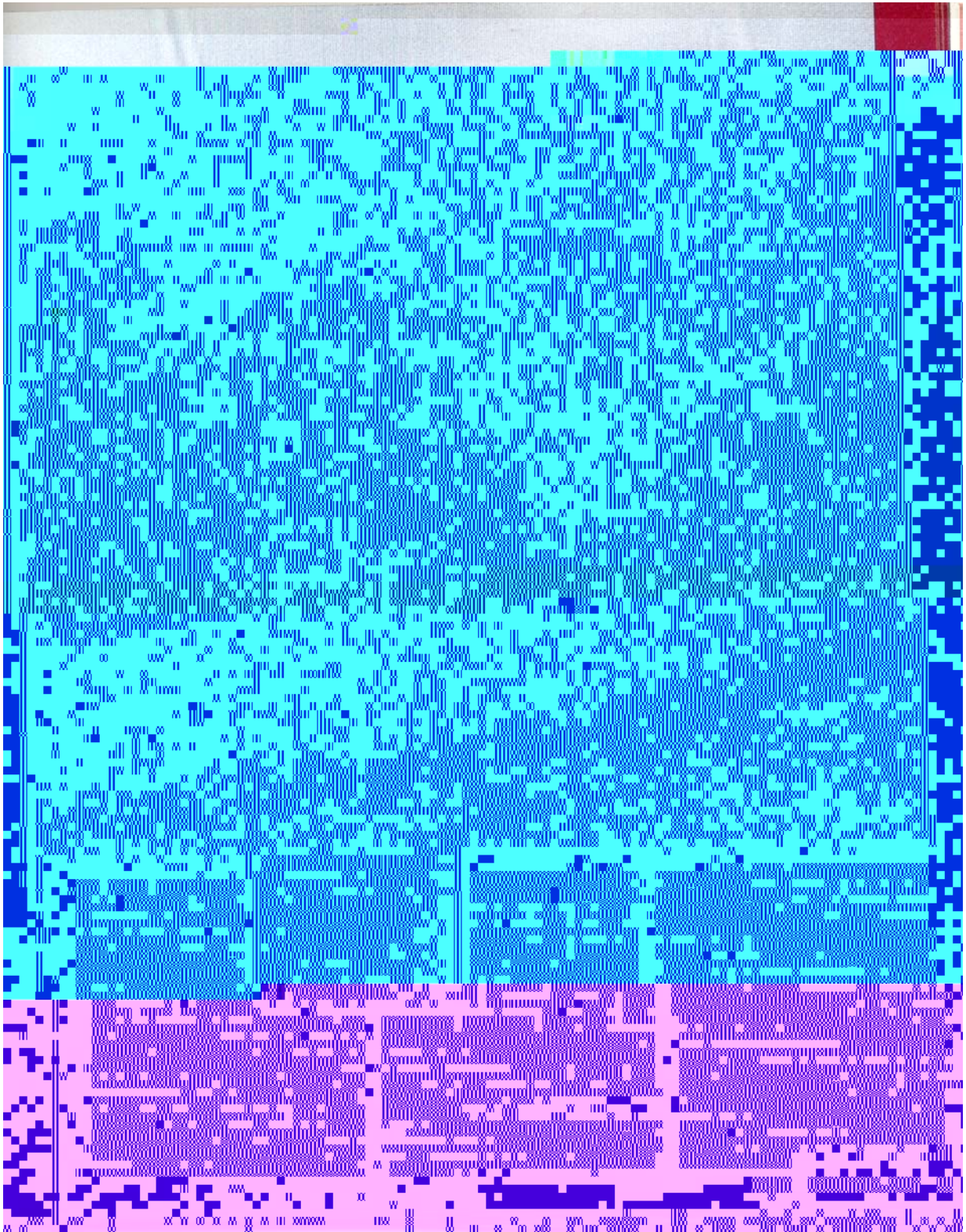


FIGURA 18 (VEJA, N° 1909, p. 65)

O PRESIDENTE

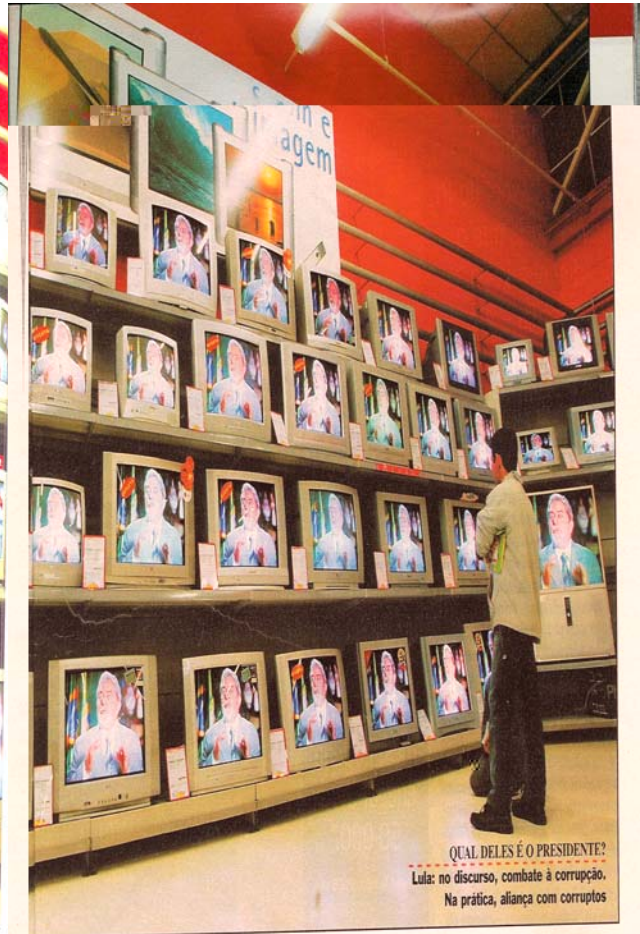
“Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo.”

O presidente Lula, em pronunciamento à nação

senários, 85 deputados, sete governadores e mais de 1.000 peletos. Mas o PMDB também é o partido do ministro das Condições, Ennio Oliveira, e responsável pelos Correios. E o partido do ministro da Presidência, Roberto Figueiredo, o processo por desvio de dinheiro público. E o alado que o governo procura na luta em atacar a corrupção e a falta de ética nos negócios públicos.

A pergunta é se esse espetáculo que correu em a bagunça política, passível de ser jogado sobre o eugenetismo, o império do presidente Lula está perdendo uma oportunidade histórica de corrigir alguns erros da política nacional. Por que isso? Há sinais de que o governo levou coisa aos parvos. Na semana passada, o ministro Márcio Marinho, protagonista do caso de corrupção, fez a abertura formal dos trabalhos do CPI dos Correios, num repertório que tinha de ser mais firme em termos de controle das instituições. Na instável agenda que se investiga a imprensa de ontem e aponta suspeitas em quatro áreas. Os Correios, como se sabe, foram alvo de um escândalo no partido e também no PMDB. O partido do PMDB, a saída do PT. A saída para a acusação de Roberto Figueiredo. “E mais nada que o escândalo de corrupção de que não dá o poder”, disse ele, referindo-se ao ministro. A ocupação de cargos públicos com autorização irregular de mudar, e também uma forma de pagamento — e talvez seu mais dispendioso do que o mensalão.

Há apurados fatos sim, de que o mensalão pode mesmo ter existido no Congresso Nacional, mas as controvérsias são feitas, mais segue envolvendo o PT. O que aparece, até agora, envolve o PL e o PP. Na semana passada, a deputada licenciada Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás, depois no Conselho de Ética da Câmara e afirmou que recebeu uma oferta de 30.000 reais por mês, podendo chegar a 50.000 reais, mais de 1 milhão de reais por ano, para aderir a este partido. Mas disse que a oferta lhe foi feita pelo deputado Sandro Mabel, líder do PL, que nega a acusação. Há suspeitas de que a distribuição do mensalão possa ter sido feita no caso do deputado José Inácio, que é do PP. Suspeita-se, também, que seja chefe de gabinete. João Claudio Car-



QUAL DELES É O PRESIDENTE?
Lula: no discurso, combate à corrupção. Na prática, aliança com corruptos.

FOTOS: ROBERTO SETTON GRIMALDO, JOACIMARDO LIMA, FERNILDO, EDCHA, CRISTIANO WAZ

A voz das ruas

O Instituto de pesquisas Ipsos monitora os índices de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu governo. O quadro ao lado permite duas conclusões. Uma é que a população acredita que Lula anda falando mais do que agindo nos últimos tempos; outra, que eventuais mudanças no governo não podem atingir um pilar central — a estabilidade econômica. Uma enquete realizada por VEJA em oito capitais apresenta resultado semelhante. As pessoas acreditam que Lula pode manter-se distante do maremoto de lama, mas deve agir, assim como o Legislativo e o Judiciário, para punir os culpados. VEJA perguntou: “Depois das denúncias das últimas semanas envolvendo o governo do PT, o que você acredita que é preciso fazer para controlar a corrupção?”

PONTOS FORTES E FRACOS DE LULA E SEU GOVERNO

Neste gráfico, os itens mais citados valem 100 e são o ponto de referência para medir a percepção popular de outros atributos



Maior transparência para a população que acontece. Tradicionalmente, quem chega ao esbanja na cor. Por isso, é importante o papel do Impen.

Atende os aposentados

<p>ALDO RUGGIERI, 43 anos, chefe proprietário de restaurante. Votou em Lula.</p>	<p>ANA BRASIL, 48 anos, farmacêutica e diretora sindical. Votou em Lula.</p>	<p>CARLOS RIBEIRO DEOUSAI, 29 anos, jogador de futebol. Votou em José Serra.</p>	<p>CARLOS DALA STELLA, 43 anos, escritor e artista plástico. Votou em Lula.</p>	<p>CARLOS PRADO, 64 anos, diretor de empresa. Votou em Lula.</p>	<p>CLAUDIO COHEN, 42 anos, músico. Votou em José Serra.</p>
---	---	---	--	---	--

FIGURA 19 (VEJA, Nº. 1911, p. 60; p.61)

VERMELHO

ao Palácio do Planalto (veja reportagem na pág. 72).

Como homem forte do governo no preenchimento dos cargos e no arranjo da base parlamentar, o ex-ministro José Dirceu tem sido acusado de ser mentor e chefe do esquema de compra e venda de deputados. Na semana passada, Dirceu deu volta à condição de deputado, quase tocou fogo na Câmara ao levar uma claque às galerias para saudá-lo como se seu regresso à Casa fosse um triunfo — e não, como é de fato, uma ameaça de cassação (veja reportagem na pág. 76). No dia seguinte, Dirceu depôs a portas fechadas na Corregedoria da Câmara durante quarenta minutos. Negou as acusações com respostas curtas e, a certa altura, tropeçou na soleira da ingenuidade. “Nunca fiquei sabendo de estatal repassar dinheiro para partido”, disse, segundo relato de seus interrogadores. As suspeitas em torno de Dirceu decorrem de sua participação na divisão de cargos e no recolhimento de apoio político, mas também de sua concepção leninista de poder, na qual o partido está acima do Estado. Leniã, o bolchevique russo, aplicou essa idéia com sucesso, mas isso foi contra uma ditadura de czares, num país feudal e no início do século passado.

Há dados emblemáticos dessa concepção no governo petista. Uns são quase in-

O DEPUTADO
“A corrupção hoje é maior do que na era Collor, porque está concentrada nas mãos do PT.”
 Roberto Jefferson, em entrevista

pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o “operador do mensalão”. Na semana passada, Fernanda Karina Somaggi, ex-secretária de Marcos Valério, voltou à Polícia Federal para fazer um segundo depoimento. Disse que, em seu primeiro interrogatório, se sentiu forçada a mentir, devido a ameaças que recebeu. Na segunda rodada, ela confirmou que o publicitário tinha relações próximas com a cúpula do PT e que de sua agência saíam malas de dinheiro em direção a Brasília, onde supostamente serviam para remunerar deputados. O publicitário nega as acusações, mas admite ter ido muitas vezes

FOTOS: CRISTIANE GARCIA/JOEL ROCHA/ROBERTO SETTON/MARCIO LIMA/SELIM YASSUDA/CRISTIANO MARIZ/DIVULGAÇÃO/ANTONIO MILENA

<p>Fazer exatamente o que está sendo feito, a apuração por meio de uma CPI. É preciso mostrar que existem critérios e punição para irregularidades.</p> <p>EZER MARIA DE MORAES NICOLA, 52 anos, pequena empresária. Votou em Lula.</p>	<p>Que os políticos criem vergonha na cara e cumpram o seu papel. Teoricamente, eles representam o povo. Na prática, estão no poder pelos próprios interesses.</p> <p>FERNANDO CHAMLI, 38 anos, otorrinolaringologista. Anulou o voto.</p>	<p>Futurar mala. CPI não é salvação para a corrupção, mas, se for bem-feita, pode ajudar. É preciso transparência. A decepção é grande, conheço petistas que perderam o chão.</p> <p>FLÁVIA QUARESMA, 38 anos, chefe e proprietária de restaurante. Votou em Lula.</p>	<p>Ter esperanças. Sempre houve essa troca de favores. Por interesses eleitorais, agora a oposição joga com isso. Acredito que, com cobrança popular, a CPI possa chegar aos culpados.</p> <p>FRANCISCO CORDEIRO, 42 anos, lojista. Votou em Lula.</p>	<p>Prender todos os envolvidos e torná-los ineleáveis. Quem faz uma vez faz várias. Não é porque perde um mandato que o político se torna honesto.</p> <p>GABRIELA DE LAURO OLIVEIRA, 27 anos, consultora gastronômica. Votou em José Serra.</p>	<p>Que o povo tenha consciência. Se as pessoas votassem certo, não haveria corrupção. Essas denúncias não são diferentes de outros escândalos.</p> <p>GEISA AGNES SOARES DE ARAÚJO BRAGA, 26 anos, dentista. Votou em Lula.</p>
---	--	--	--	--	---

veja 29 de junho, 2005 **63**

FIGURA 20 (VEJA, Nº. 1911, p. 63)

Brasil

“Tenho que me explicar o tempo todo”

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) – demitido há um ano e meio do Ministério da Educação na primeira reforma ministerial de Lula – sente-se envergonhado com a lama que afoga ainda mais a credibilidade dos políticos. E admite: pode sair do PT se a apuração do mensalão não for rigorosa.

ISTOÉ – Qual a dimensão desta crise?

Cristovam Buarque – É mais grave do que a do governo Collor, que atingiu o presidente e seu tesoureiro. A atual crise atinge o PT, os parlamentares, o governo.

ISTOÉ – Como o sr. se sente como político?

Cristovam – Envergonhado, ansioso, preocupado, angustiado, perplexo. Sou um senador do partido do governo e estou perdido! Recebo centenas de e-mails. Perguntam: foi para isso que a gente lutou tanto? Como político do PT, me sinto ainda mais responsável. Tenho que me explicar o tempo todo, baixar um pouco a cabeça. Há um clima de depressão política, tristeza, desconforto entre meus colegas também, mesmo da oposição. Tirando um ou outro que comemora o fogo, a maioria está preocupada com a desmoralização da classe política.

ISTOÉ – O dano na imagem do PT é irreversível?

Cristovam – Não tenho o direito de achar que é irreversível. Mas o PT tem que agir corretamente, drasticamente, dramaticamente, radicalmente nas apurações nas próximas duas semanas. Para 2006 é quase irreversível. Não tem por que dizer: eu voto no PT porque é diferente.

ISTOÉ – Como o sr. vê o estilo de governar do presidente Lula?

Cristovam – O estilo do Planalto é isolado, arrogante. Não dialoga com o Parlamento. Lula foi cercado por um grupo e submeteu-se à prisão; aprisionou a esperança. Ele não definiu o legado que quer deixar na história. Talvez tenha achado que ele é o legado. Ter sido eleito presidente é um marco, ficou na história, mas não mudou o Brasil.

ISTOÉ – E a crise que atingiu José Dirceu?

Cristovam – Lula não devia ter nomeado Zé Dirceu. Era grande demais para o cargo. É um político com muito voto, forte. Chefe da Casa Civil tem que ser uma figura discreta, um ajudante do presidente.

ISTOÉ – Passou pela sua cabeça sair do PT?

Cristovam – Claro que passa quando eu vejo esses escândalos. Se a apuração não for feita com muito rigor, é difícil ficar no PT.

ISTOÉ – E aí, qual seria o caminho?

Cristovam – Ir para casa, escrever livros.

ISTOÉ – O sr. defende o afastamento de Delúbio Soares?

Cristovam – O povo gostaria de ver essa decisão, para o PT seria melhor. A gente tem que respeitar a opinião pública, que quer isso.

tante assim.” Pediu demissão por carta – aceita também por carta. Ambas em tons afáveis: “Querido companheiro e amigo”, dizia o demissionário. “Querido Zé”, respondeu Lula. As cartas foram trocadas logo depois de um almoço de Dirceu com ministros petistas no Planalto, quando todos discutiram a tática para defender o partido. “Lula teve que fazer isso para preservar o seu projeto de reeleição. Depois, vamos preservar as pessoas”, comentou um interlocutor de Lula. Outro petista que esteve no Planalto naquele dia dava o tom do que vem pela frente: “Vai vir chumbo grosso na direção dos tucanos.”

Estrela de ouro – “Vou voltar como militante dirigente do PT, não vou me afastar da minha vida. Vou voltar para junto, ao lado, e apoiando o presidente Genoino”, afirmou Dirceu no seu adeus, com sua estrela de ouro do PT cravada na lapela. E garantiu que sai de mãos limpas e coração sem amargura. Dentro da sede do PT, em São Paulo, muitos culpavam Lula pela crise, lembrando que o presidente errou muito ao demorar a fazer a reforma ministerial prometida para novembro de 2004. “Essa crise tem nome e sobrenome: Luiz Inácio Lula da Silva”, dizia um dirigente. A cúpula do PT não queria ceder às exigências do Planalto e da bancada do PT de afastar Delúbio e o secretário-geral, Silvio Pereira, de seus cargos. “Se isso acontecer, eu também me afasto”, chegou a afirmar Genoino. Talvez, agora, Delúbio, Silvinho e Genoino se convençam a seguir Dirceu e também fazer um recuo estratégico.

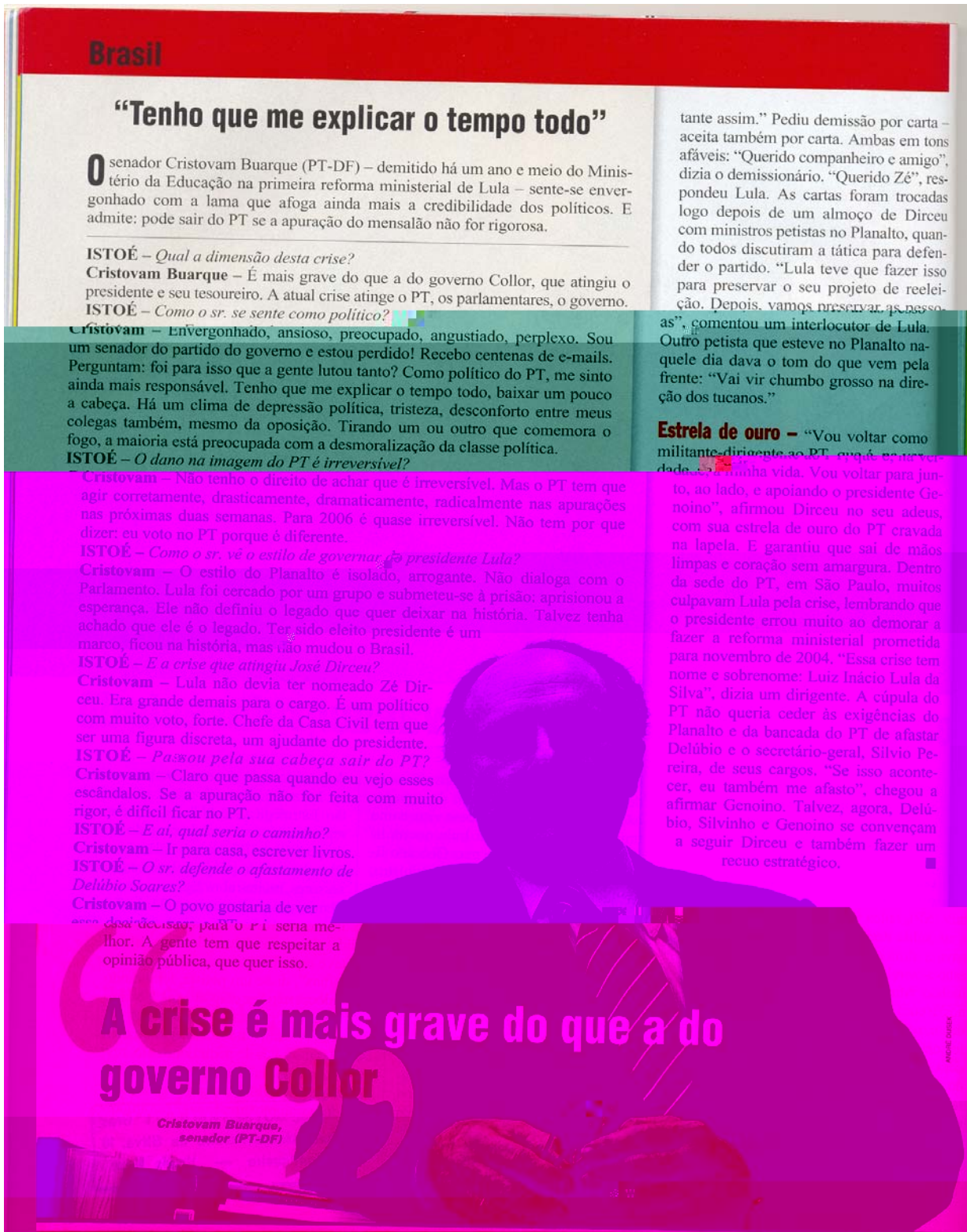


FIGURA 21 (ISTOÉ, N.º. 1862, p. 30)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)